

José Miguel Dias Rocha

A Frente Nacional francesa.

**Génese do partido e análise das intervenções parlamentares
dos seus eurodeputados durante a sétima legislatura (2009-
2014) do Parlamento Europeu**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

A Frente Nacional francesa.
Génese do partido e análise das intervenções
parlamentares dos seus eurodeputados durante a sétima
legislatura (2009-2014) do Parlamento Europeu

José Miguel Dias Rocha

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Grosso Correia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

À Avó Céu (1931-2015)

Sumário

Agradecimentos	2
Resumo.....	3
Abstract	3
Résumé.....	4
Introdução.....	5
Capítulo 1 – A divisão entre direita e esquerda	8
1.1 – As diferenças entre direita e esquerda	10
1.2 – Os partidos políticos.....	14
1.3 – Clivagens.....	18
1.4 – Os Extremos.....	22
1.4.1 – Direita	22
1.4.2 – Esquerda.....	26
1.5 – Uma divisão ultrapassada?.....	29
Capítulo 2 – O surgimento da Frente Nacional no contexto da(s) direita(s) e da extrema-direita francesas	32
2.1 – A(s) Direita(s) em França	32
2.2 – A extrema-direita em França.....	38
2.3 – A Frente Nacional	43
Capítulo 3 – A Frente Nacional no Parlamento Europeu – a sétima legislatura (2009-2014)	56
3.1 – Parlamento Europeu	56
3.2 – A Frente Nacional no Parlamento Europeu.....	57
3.3 – Sétima legislatura: as bandeiras do partido no Parlamento Europeu	61
3.3.1 – União Europeia e Mundialismo	63
3.3.2 – Imigração.....	69
3.3.3 – Alargamentos	74
3.3.4 – Perspetiva sobre países terceiros e intervenções no estrangeiro	76
3.3.5 – Críticas à situação francesa	84
3.3.6 – Assuntos diversos	86
Conclusão	90
Referências bibliográficas	94
Intervenções no Parlamento Europeu	108

Agradecimentos

A maior palavra de agradecimento é destinada ao Professor Virgílio. Este trabalho deve muito às suas profícuas contribuições e correções. O acompanhamento próximo e a disponibilidade inexcedível para esclarecer as dúvidas que foram surgindo tornam-se, por mais palavras que utilize, impossíveis de retribuir devidamente. Além disso, as conversas de orientação foram uma autêntica escola, não só no que diz respeito aos temas da dissertação, mas também no que concerne a muitos outros assuntos para os quais a conversa, com regularidade, acabava por cair.

Não posso também deixar de agradecer a todos aqueles que, de forma mais ou menos frequente, se foram interessando pelo desenvolvimento do trabalho.

Resumo

Esta investigação parte da análise da divisão política direita-esquerda e do contexto histórico da direita e da extrema-direita francesas para a compreensão da génese da Frente Nacional. Ademais, estuda-se a importância do Parlamento Europeu na afirmação e institucionalização do partido, bem como as intervenções dos seus três eurodeputados ao longo da sétima legislatura do Parlamento Europeu, compreendida entre 2009 e 2014 – no sentido de perceber, através de uma análise de discurso, de que forma argumentam os representantes frentistas no que respeita aos principais temas amiúde associados ao partido, principalmente a imigração (em especial a muçulmana), a oposição ao projeto europeu e a globalização.

Palavras-chave: Frente Nacional; Dicotomia direita-esquerda; Direita e extrema-direita em França; Parlamento Europeu.

Abstract

This investigation begins with the analysis of the political division left-right and of the right and extreme-right historical and political contexts to comprehend the genesis of Front National. Furthermore, it is studied the importance of the European Parliament on the affirmation and the institutionalization of the party, as well as the interventions of their members in the European Parliament during the seventh parliamentary term, between 2009 and 2014 – to understand, using a discourse analysis, in which way the Front National representatives argue on the main subjects related to the party, mainly the immigration (the Muslim, in special), the opposition to the European project and the globalization.

Keywords: Front National; Left-right dichotomy; Right and extreme-right in France; European Parliament.

Résumé

Cette investigation commence par l'analyse de la division politique droite-gauche et du contexte historique de droite et de extrême-droite françaises pour comprendre la genèse du Front National. Par ailleurs, on étudie l'importance du Parlement Européenne pour l'affirmation et l'institutionnalisation du parti, aussi bien que les interventions des trois eurodéputées pendant la septième législature du Parlement Européenne, entre 2009 et 2014 – pour comprendre, à travers d'une analyse du discours, de quelle façon les représentants frontistes argumentent dans les principaux enjeux liés au parti, principalement l'immigration (en particulier, la musulmane), l'opposition au projet européen et la globalisation.

Mots-clés: Front National ; Dichotomie droite-gauche ; Droite et extrême-droite en France; Parlement Européen.

Introdução

Fundada em 1972, a Frente Nacional (FN) tem-se afirmado (principalmente desde meados da década de 80) como um dos principais atores tanto da política francesa quanto da direita radical europeia. A sua história está indelevelmente ligada à dos seus dois líderes: após cerca de 40 anos de Jean-Marie Le Pen como presidente, Marine Le Pen sucedeu, em 2011, ao seu pai no cargo, tendo já alcançado o maior feito da história do partido, a vitória nas eleições europeias de 2014.

Herdeira de uma longa tradição, iniciada com a Revolução de 1789, da extrema-direita francesa, a FN faz política apoiando-se fundamentalmente no binómio “imigração – essencialmente a muçulmana – e insegurança”¹, assim como na oposição à União Europeia e à globalização, vista como um fenómeno propiciador da desindustrialização e do desemprego².

De facto, a oposição ao projeto europeu e, *a fortiori*, à própria existência do Parlamento Europeu – que, como se verifica nesta dissertação, tem sido de extrema importância para a consolidação da FN na política nacional e europeia, dada a maior facilidade (relacionada com a utilização do método proporcional, ao invés do que ocorre nas restantes eleições nacionais, como as Legislativas, nas quais se recorre ao escrutínio uninominal maioritário a duas voltas, fortemente prejudicial à FN) com que consegue eleger representantes – constitui como uma das bandeiras do partido.

O maior desiderato desta investigação passa precisamente por analisar a argumentação da Frente Nacional ao longo da sua presença no Parlamento Europeu durante a sétima legislatura, compreendida entre 2009 e 2014, escalpelizando a forma como os eurodeputados frentistas adotaram (e explicaram de forma regular) as principais causas do partido em sede parlamentar europeia.

¹ IGOUNET, Valérie – *Le Front National*. Lonrai: Éditions du Seuil, 2014. p. 21.

² GIBLIN, Béatrice – Extrême droite en Europe: une analyse géopolitique. In GIBLIN, Béatrice (dir.) – *L’extrême droite en Europe*. Paris: Éditions La Découverte, 2014. pp. 5-22, *maxime* p. 13.

Especificamente, os principais objetivos desta dissertação são:

- a) Explicar a divisão política entre direita e esquerda, sem esquecer o aparecimento e a importância dos partidos políticos, de forma a perceber a existência quer da extrema-direita, quer da extrema-esquerda;
- b) Enquadrar historicamente o aparecimento da Frente Nacional, traçando, para isso, o percurso da direita e da extrema-direita francesas desde a Revolução de 1789;
- c) Apresentar uma breve história da FN;
- d) Expor o peso atual e histórico do Parlamento Europeu na afirmação e institucionalização do partido;
- e) Analisar a argumentação dos eurodeputados frentistas ao longo da sétima legislatura do Parlamento Europeu.

Para alcançar tais propósitos, optou-se por uma estruturação da investigação assente em três capítulos.

No primeiro, explora-se o surgimento, o significado e a atualidade da dicotomia direita-esquerda, seguindo-se uma perspetivação das idiossincrasias de extrema-direita e extrema-esquerda. Além disso, efetua-se uma análise do papel dos partidos na luta política.

O percurso histórico dos vários rostos que constituíram (e constituem) a direita e a extrema-direita francesas é um dos focos do segundo capítulo deste trabalho, suporte para o gizamento do percurso da Frente Nacional desde 1972. Neste segmento do trabalho, tal como no primeiro capítulo, privilegiou-se o recurso a fontes secundárias.

O terceiro capítulo³ centra-se na presença do partido no Parlamento Europeu, pretendendo-se examinar a importância que essa instituição tem desempenhado na sua afirmação política e institucional. Nesta parte, destaque para o estudo da argumentação dos três eurodeputados frentistas ao longo da legislatura compreendida entre 2009 e 2014. Nesse sentido, a opção recaiu pelo desenvolvimento de uma análise de discurso tendo por base a totalidade das intervenções de Bruno Gollnisch, Jean-Marie Le Pen e Marine Le Pen durante esse período. Recorreu-se sobretudo à citação direta das intervenções parlamentares – nos casos em que os serviços do Parlamento Europeu

³ É da maior relevância esclarecer que a opção metodológica adotada no terceiro capítulo – pese embora seja já apresentada de forma introdutória e sucinta – é explicada com maior detalhe nesse mesmo capítulo.

disponibilizaram tradução para português, esta foi utilizada, o mesmo não acontecendo nos textos exclusivamente apresentados em francês, os quais, para uma transmissão mais eficaz da mensagem original, foram mantidos na língua original.

Capítulo 1 – A divisão entre direita e esquerda

Amplamente debatida, a divisão entre direita e esquerda tem pautado as investigações e os estudos políticos desde o seu surgimento, comumente apontado para 1789, ano que marca o início do período da Revolução Francesa.

A dicotomia é considerada útil por funcionar como um “mechanism for the reduction of complexity, which serves primarily to provide an orientation function for individuals and a communications function for the political system”⁴. Desta forma, o *continuum* direita-esquerda pretende ser um “Esperanto político”, uma expressão de Laponce⁵ para designar esta forma de facilitar o entendimento entre partidos e eleitores. Ao consistir em conceitos abstratos que se tornaram estáveis devido à sua recorrente utilização, permite igualmente um entendimento que vai para além do contexto temporal e espacial aquando da sua utilização concreta⁶.

Em adição, a importância da relação entre o posicionamento na escala direita-esquerda e o pensamento político dos eleitores, não só no voto, mas também nas discussões e nas posições políticas adotadas, tem vindo a ser comprovada em diferentes investigações empíricas ao longo do tempo⁷.

A introdução dos conceitos direita e esquerda no vocabulário político remonta, conforme supramencionado, a 1789, mais precisamente a agosto desse ano, uma altura em que a Assembleia Nacional Constituinte deliberava sobre a possibilidade de concessão ao Rei Luís XVI do direito de veto legislativo. Na votação, para facilitar a contagem, o Presidente da Assembleia pediu aos deputados que se opunham a essa possibilidade para se posicionarem à sua esquerda, ao mesmo tempo que os parlamentares favoráveis à ideia de dotar o Rei de maior poder no processo legislativo se deveriam colocar à sua direita⁸.

⁴ FUCHS, Dieter; KLINGEMANN, Hans-Dieter – The Left-Right Schema. In JENNINGS, M. Kent [et. al.] (eds.) – *Continuities in Political Action*. Berlin: de Gruyter, 1990. pp. 203-234, *maxime* p. 205.

⁵ LAPONCE, Jean A. – *Left and Right. The Topography of Political Perceptions*. Toronto: University of Toronto Press, 1981. p. 56.

⁶ WHITE, Jonathan – “Left, Right and Beyond: the Pragmatics of Political Mapping”. (2010). London. [Consultado em 08/03/2015]. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LEQS/LEQSPaper24.pdf>.

⁷ Cf., por exemplo, FREIRE, André – *Esquerda e Direita na Política Europeia – Portugal, Espanha e Grécia em Perspetiva Comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006; KNUTSEN, Oddbjørn – *Expert Judgements of the Left-Right Location of Political Parties: A Comparative Longitudinal Study. West European Politics*. London. Vol. 21, n.º 2 (1998). pp. 63-94.

⁸ BUCHEZ, Philippe J. B.; ROUX-LAVERGNE, Pierre C. – *Histoire parlementaire de la révolution Française, ou Journal des Assemblées Nationales depuis 1789 jusqu'en 1815*. Tomo XII. Paris: Paulin, 1834-1838. p. 349.

De acordo com Ignazi⁹, a diferenciação espacial ocorrida nesse momento foi automaticamente associada, pelos panfletistas da época, a uma distinção política: a direita integrava os tradicionalistas e conservadores, e a esquerda, os modernistas e renovadores. Porém, à época, a esquerda “was individualistic and opposed to group property. It was opposed to economic regulations and was orientated to the past as much as the future”, uma descrição que, no final do século XIX, passou a ser mais aplicável à direita¹⁰. Numa perspectiva mais global, a direita apoiava a monarquia absoluta, uma ordem feudal, os monopólios do Governo e, no âmbito da defesa da autoridade e da tradição, sublinhava a importância da Igreja. Pelo contrário, a esquerda alicerçava as suas políticas nas causas do sufrágio universal, numa base tendencialmente republicana, do livre funcionamento dos mercados e do secularismo¹¹.

Gauchet¹² considera que o radicalismo que marcou o turbulento período pós-revolucionário conduziu à eliminação da dicotomia que a própria Revolução havia criado. Assim, o seu “verdadeiro nascimento” apenas terá ocorrido na era da Restauração francesa, balizada entre 1814 e 1830. Na altura, a direita era associada aos *ultraroyalistes*, ao passo que os liberais eram o grupo de esquerda¹³. No entanto, o autor argumenta que a clivagem só extrapolou o âmbito exclusivo da topografia parlamentar, para entrar na sociedade civil e no vocabulário dos cidadãos, no início do século XX, com 1914 a ser o ano no qual os cidadãos começaram a pensar na política enquanto uma divisão entre esquerda e direita, isto mesmo depois de já oito anos antes, em 1906, estas terem sido noções apresentadas como sinais identitários capazes de mobilizar os eleitores nos discursos eleitorais¹⁴.

Partindo da política francesa de finais do século XVIII, a distinção espalhou-se, ao longo dos séculos XIX e XX, por vários dos regimes constitucionais e democráticos

⁹ IGNAZI, Piero – *Extreme Right Parties in Western Europe*. 2nd ed. Oxford: University Press, 2006. p. 4.

¹⁰ LAPONCE, 1981, p. 118.

¹¹ Roger Eatwell citado por FREIRE, André – A esquerda europeia ante os dilemas da imigração. *Sociologia*. Porto. Vol. 19 (2009). pp. 255-279, *maxime* pp. 256-257.

¹² GAUCHET, Marcel – La droite et la gauche. In NORA, Pierre (dir.) – *Les lieux de mémoire*. Tomo 3. *Les France. 1: Conflits et partages*. Paris: Gallimard, 1992. pp. 395-467.

¹³ Os *ultraroyalistes* pretendiam o regresso ao Antigo Regime, enquanto os liberais defendiam a Carta de 1814, que herdava princípios revolucionários, como os da liberdade e da igualdade. Sobre esta divisão, entre a velha e a nova França, cf., também, BURNS, James M. – *Fire and Light: How the Enlightenment Transformed Our World*. New York: Thomas Dunne Books, 2013. pp. 185-187.

¹⁴ Cf. CRAPEZ, Marc – De quand date le clivage gauche/droite en France?. *Revue française de science politique*. Paris. Vol. 48, n.º 1 (1998). pp. 42-75, *maxime* pp. 42-43. Para consultar as principais causas que Gauchet apresenta para a fenómeno da adoção por parte da sociedade de termos até então restritos aos círculos parlamentares, cf. CRAPEZ, 1998, p. 43.

localizados por todo o mundo¹⁵. Acabou por se consolidar “sobretudo na Europa Continental, já que no universo anglo-saxónico a divisão liberal-conservador é mais comum e apenas durante a segunda metade do século XX aquela outra [direita-esquerda] terá ganho maior difusão”¹⁶.

1.1 – As diferenças entre direita e esquerda

Sem prejuízo de ressaltarem a existência de diferenças consideráveis dentro de cada elemento da dicotomia (ou seja, aludindo à existência de “direitas” e de “esquerdas” e não de “uma direita” e de “uma esquerda”), os autores analisados de seguida apresentam elementos comuns que, a seu ver, podem ser apontados à direita e à esquerda.

Laponce¹⁷ é um dos académicos que identifica alguns dos conceitos basilares que, na sua ótica, distinguem direita e esquerda. A nível político, relaciona a ideia de hierarquia com a direita e a de preocupação igualitária com a esquerda; economicamente, liga o conceito de riqueza (classes altas) à direita e o de pobreza (classes baixas) à esquerda; em termos religiosos, ao passo que a direita surge associada a uma componente religiosa, a esquerda advoga o livre pensamento; já no que toca à orientação temporal, as ideias de continuidade e descontinuidade face ao passado são utilizadas em associação com a direita e com a esquerda, respetivamente. Em suma, Laponce vê, à direita, a “affirmation of a sociopolitical hierarchical ordering and the affirmation of a transcendental hierarchy linking man to the divinity; on the left, the denial of these two hierarchies”¹⁸.

Na sua obra “A direita e as direitas”, Jaime Nogueira Pinto¹⁹ apresenta, igualmente, a sua visão acerca dos matizes que diferenciam os elementos da dicotomia analisada. Como carácter distintivo da direita é apontado o pessimismo antropológico (perspetiva hobbesiana, de homem como lobo do homem) contraposto ao otimismo antropológico da esquerda, uma herança de Rousseau, que adotava a ideia de um

¹⁵ FERREIRA, Ana Rita; ROSAS, João Cardoso – Left and Right: Critical Junctures. In FERREIRA, Ana Rita; ROSAS, João Cardoso (eds.) – *Left and Right: The Great Dichotomy Revisited*. Cambridge: Scholars Publishing, 2013. pp. 2-20.

¹⁶ FREIRE, 2009, p. 256.

¹⁷ LAPONCE, 1981, pp. 115-137.

¹⁸ LAPONCE, 1981, pp. 119.

¹⁹ PINTO, Jaime Nogueira – *A Direita e as Direitas*. Lisboa: Difel, 1996. pp. 30-48.

homem “naturalmente bom”. A perspectiva antropológica da esquerda leva a bandeiras como o utopismo, o linearismo evolutivo e o racionalismo iluminista – a convicção de que os indivíduos de uma sociedade farão a humanidade progredir para novos níveis de civilização – adversadas pelo antiutopismo decorrente da mundividência pessimista da direita. Esta também rejeita “um dogma da «natural» igualdade de possibilidades inatas entre os homens e, no ponto de chegada, ao desejável de uma igualdade político-económica na gestão dos negócios públicos e na distribuição da riqueza”²⁰ (igualitarismo), sendo defensora do elitismo, ou seja, de uma “perspetiva hierárquica e elitista de qualquer sociedade”²¹.

Em termos especificamente económicos, a direita valoriza a propriedade e contesta o socialismo (que, na versão marxista, visa o desaparecimento da propriedade privada e, na “esquerda democrática e pluralista”, um “controlo progressivo do mercado através da planificação pública”²²) e o pensamento economicista, que considera o campo político subordinado ao económico.

Por fim, enquanto o nacionalismo e organicismo são conceitos associados ao campo ideológico da direita, a esquerda privilegia o internacionalismo e o humanitarismo, entendido como a “consideração de Humanidade como valor primeiro e superior às coletividades ou comunidades históricas nacionais e concretas”²³, uma visão divergente da organicista, da direita.

Conforme se pode verificar através das análises já efetuadas, um dos critérios recorrentemente utilizados para estabelecer a distinção existente entre direita e esquerda é o da igualdade²⁴, característica que representa o principal fator de distinção das duas correntes ideológicas nos trabalhos analisados de seguida.

Uma opinião que reproduz uma abordagem bastante difundida na questão aqui discutida é a de Lipset et al, para quem:

²⁰ PINTO, 1996, p. 41.

²¹ PINTO, 1996, p. 33.

²² PINTO, 1996, p. 42.

²³ PINTO, 1996, p. 43.

²⁴ Alain Noël e Jean-Philippe Thérien chamam-lhe a referência principal (“core concern”) da divisão entre direita e esquerda. Cf. NOËL, Alain; THÉRIEN, Jean-Philippe – “Left and Right in Global Politics (book excerpt)”. (2008). [Consultado em 05/03/2015]. Disponível em: <http://policyoptions.irpp.org/issues/canadas-working-poor/left-and-right-in-global-politics-book-excerpt>.

“by left we mean advocating social changes in the direction of greater equality, political, economic and social; by right we mean supporting a traditional more or less hierarchical social order and opposing change toward greater equality”²⁵.

Nesta discussão acerca do que distingue a direita da esquerda, e na perspectiva da igualdade como o traço distintivo entre ambas, Norberto Bobbio é um nome incontornável. O autor alerta, antes de mais, para a necessidade de se encarar os discursos sobre aspirações e possibilidades de concretização das ideias relacionadas com a igualdade atendendo a três fatores: o número de indivíduos abrangidos; os benefícios e as obrigações a repartir; e o critério que deve reger a partilha desses benefícios e encargos. Daqui, alerta o autor, pode sair uma miríade de perspectivas sobre a noção de igualdade²⁶.

Marcando o contraste entre direita e esquerda encontra-se, de acordo com o autor, a avaliação que as duas fazem da relação entre a igualdade-desigualdade natural e a social. Enquanto a direita, tendencialmente inigualitária, encara uma grande parte das desigualdades como naturais e não elimináveis, a esquerda, tendencialmente igualitária, olha para uma vasta quantidade de desigualdades como sendo sociais e elimináveis. Para demonstrar o seu ponto de vista, o autor pega em Rousseau e Nietzsche: o primeiro, crente numa igualdade natural que se ia erodindo com a influência social e consequente (inelutável) desigualdade; o segundo partindo da consideração de que os seres humanos são naturalmente desiguais (uma situação para ele positiva, baseada na experiência, na sua opinião próspera, da antiga sociedade grega, na qual existiam escravos), sendo a sociedade que os vai equalizando por via de uma moral, cristã, de rebanho. Duas perspectivas bastante antagónicas acerca da igualdade e da desigualdade que mostram, de um lado, uma apologia da igualdade social e, do outro, uma defesa da desigualdade social.

A tese principal de Norberto Bobbio é a de que a esquerda não consiste numa corrente desejosa de qualquer utopia igualitária, mas sim numa “tendência, por um lado, para exaltar mais aquilo que torna os homens iguais do que aquilo que os torna desiguais, e, por outro lado, na prática, para favorecer as políticas que visam tornar mais

²⁵ LIPSET, Seymour M. [et. al.] – *The Psychology of Voting: An Analysis of Political Behavior*. In GARDNER, Lindzey (ed.) – *Handbook of Social Psychology*. Cambridge: Addison-Wesley, 1954. pp. 1124-1175, *maxime* p. 1135.

²⁶ BOBBIO, Norberto – *Direita e Esquerda*. Lisboa: Presença, 1995. p. 77.

iguais os desiguais”²⁷. Aspetos que distanciam a esquerda da direita, atuando esta de forma tendencialmente mais inigualitária²⁸.

Já Steven Lukes define a esquerda pelo seu compromisso com o “princípio da retificação”²⁹ e a direita como o movimento de oposição a esse conceito. Este princípio assenta na assumpção de que há desigualdades injustificadas que a direita vê como sagradas, invioláveis, naturais ou inevitáveis e que devem ser combatidas pela esquerda. Uma luta que pode assumir variadas formas de linguagem: de direitos ou luta de classes, justiça, democracia, cidadania, combate à exploração e à opressão, entre outras.

O autor vê a esquerda como uma tradição espaço-temporal, originada no período do Iluminismo, que se caracteriza pela rejeição de hierarquias simbólicas e da manutenção das desigualdades. Um movimento cujo maior compromisso é o de perguntar em que consiste e o que implica a igualdade, visando o questionamento dos princípios da ordem social, e a eliminação, por intermédio da ação política, de desigualdades injustificadas de estatuto, poder, direitos e condição. Segundo Steven Lukes, a esquerda parte da ideia de igualdade enquanto "the moral principle that all human beings are equally deserving of concern and respect, that they should treat one another as ends not means, as having dignity, not price, and so on"³⁰ para atingir um ideal: quer político (uma cidadania que implique direito civis equivalentes para todos os cidadãos independentemente das suas capacidades e circunstâncias), quer social (entendido como a forma de conceção da sociedade como um espaço de tratamento por igual a todos os cidadãos, incluindo-se, neste ponto, a economia). Na ótica do autor, a direita, à qual atribui um papel predominantemente reativo face aos desenvolvimentos políticos provocados pela esquerda, é ao mesmo tempo definível por via da divisão entre uma ideia hierárquica, orgânica e tradicional (ou revolucionária, no caso do fascismo), e outra de reclamação de uma maior igualdade de oportunidades e de direitos de propriedade advinda de uma perspetiva "individualista" e "empreendedora" ligada ao mercado livre capitalista.

Expostos diversos prismas que permitem compreender os principais pontos distintivos de direita e esquerda, será que a existência de um centro diminui a

²⁷ BOBBIO, 1995, p. 87.

²⁸ De referir que, para Bobbio, a ideia de igualdade não é necessariamente (e em todas as situações) preferível à desigualdade. Ou seja, o autor analisa a conceção de igualdade de uma forma neutra e não como tendo um valor positivo *per se*.

²⁹ LUKES, Steven – Epilogue: The Grand Dichotomy of the Twentieth Century. In BALL, T.; BELLAMY (eds.) – *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. Cambridge: University Press, 2003. pp. 602-626.

³⁰ Lukes, 2003, p. 611.

importância da clivagem abordada até agora? Bobbio acredita que não, pois, para si, mesmo nos casos em que se pode falar de um Terceiro incluído (um espaço ideológico situado entre direita e esquerda), este, ao definir-se como centro e como não sendo de direita nem de esquerda, acaba por pressupor “essa antítese, de cuja existência deriva a sua razão de ser”³¹. Aliás, para o autor, esse espaço intermédio facilita o entendimento do sistema político pois permite distinguir os partidos de direita e esquerda que mais se aproximam do centro (centro-direita e centro-esquerda, respetivamente), vistos como moderados, e os partidos de ambos os campos ideológicos que se afastam do centro e do outro lado do espectro ideológico (a extrema-direita e a extrema-esquerda). Dessa forma, e evidenciando a existência de “um centro indiviso”, um “centro-centro”, a divisão direita-esquerda passa de uma tríade (esquerda-centro-direita) para uma pentíade (extrema-esquerda, centro-esquerda, “centro indiviso”, centro-direita, extrema-direita)³².

1.2 – Os partidos políticos

Atualmente, os partidos políticos são vistos como atores imprescindíveis para qualquer regime político e respetiva disputa pelo acesso a cargos de decisão.

De acordo com a perspetiva de Duverger³³, o aparecimento dos partidos políticos modernos coincide com o surgimento de eleições e da representação (nos parlamentos)³⁴. No seu formato inicial, constituíram-se como comités eleitorais cujas funções passavam pela angariação de fundos para a campanha eleitoral e por obter o apoio de personalidades notáveis. Já no interior das assembleias, e tendo em vista uma maior expressão e visibilidade, os deputados com perspetivas idênticas passaram a juntar-se sob a forma de grupos parlamentares. Os partidos políticos modernos são, assim, o resultado de dois fatores: a agrupação dos deputados das assembleias levou a que os respetivos comités eleitorais seguissem igual caminho.

³¹ BOBBIO, 1995, p. 31. A relação intrínseca entre o centro e a dicotomia direita-esquerda foi também abordada por Gauchet: cf. BOBBIO, 1995, p. 31.

³² BOBBIO, 1995, p. 31.

³³ DUVERGER, Maurice – *Os grandes sistemas políticos*. Coimbra: Almedina, 1985. p. 72.

³⁴ Uma tese que já havia sido introduzida por Max Weber, que escreveu que os partidos políticos “sont des enfants de la démocratie, du suffrage universel, de la nécessité de recruter et d'organiser les masses”. Cf. WEBER, Max – *Le savant et le politique*. Paris: Plon, 1963. p. 171.

O mesmo autor refere que até 1850, excetuando o caso dos Estados Unidos, não havia um único país que tivesse partidos políticos com o modelo atual. Até aí, encontravam-se “des tendances d’opinion, des clubs populaires, des associations de pensée, des groupes parlementaires, mais point de partis à proprement parler”³⁵.

Há diversas definições de partidos políticos. Para Sartori, “um partido é qualquer grupo político identificado por uma designação oficial que se apresenta às eleições e é capaz de colocar, através de eleições (livres ou não) candidatos em cargos públicos”³⁶. António José Fernandes define-os como “organizações sociais voluntárias, com caráter de permanência e duração razoável, que lutam pela aquisição e exercício do Poder, através de meios legais e democráticos”³⁷.

Aliás, a função de lutar “pela aquisição, manutenção e exercício do poder”³⁸ é, precisamente, o principal traço distintivo dos partidos políticos em comparação a outras organizações, como os grupos de pressão³⁹. Para além dessa característica, e reiterando o que já foi mencionado anteriormente, aponta-se a durabilidade (a organização deve durar mais tempo do que a duração de vida política dos seus dirigentes), a implementação local generalizada e a procura de apoio popular, mormente por via eleitoral⁴⁰.

No que concerne à classificação dos partidos políticos, torna-se particularmente necessário aludir à distinção, consagrada por Duverger, entre partidos de quadros e partidos de massas. Os primeiros, surgidos num contexto parlamentar – cujos exemplos mais evidentes são os partidos norte-americanos e os conservadores e liberais da Europa do século XIX – visam juntar notáveis que, por via do seu prestígio e fortuna, possam ajudar os candidatos em termos de notabilidade e financeiros⁴¹. Já os partidos de massas, nascidos com a criação dos partidos socialistas no século XX e designativos dos partidos comunistas e fascistas⁴², caracterizam-se por: “a) origem extraparlamentar; b) organização interna de alta intensidade; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; d) rigorosos requisitos de filiação; e) financiamento compartilhado entre os

³⁵ DUVERGER, Maurice – *Les partis politiques*. Paris: Librairie Armand Colin, 1976. pp. 23-24.

³⁶ Giovanni Sartori citado por PASQUINO, Gianfranco – *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia, 2002. p. 154.

³⁷ FERNANDES, António José – *Introdução à Ciência Política - teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora, 2008. p. 187.

³⁸ MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. 4.ª ed. Coimbra: Almedina, 2009. p. 189.

³⁹ FERNANDES, 2008.

⁴⁰ Lapalombara e Weiner citados por CHARLOT, Jean – *Os partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. p. 19.

⁴¹ DUVERGER, 1985, pp. 72-74.

⁴² DUVERGER, 1985, p. 74.

membros do partido; f) forte doutrinário; g) subordinação dos parlamentares ao partido”⁴³.

Nesta discussão, Kirchheimer acrescentou uma outra categoria de partido, o partido *catch-all*, que deve o seu surgimento ao nível de desenvolvimento socioeconómico alcançado pelas democracias ocidentais – conducente ao fim das divisões de classe, que haviam sido a base para o aparecimento de partidos de massas classistas, como os socialistas, e confessionais, como é o caso dos democratas-cristãos. A transição de alguns desses partidos de massas – a que se juntam, neste caso, antigos partidos burgueses de representação individual – para partidos *catch-all* é marcada por: uma desideologização da retórica da organização em prol de uma perspectiva, taticista, a curto prazo; um fortalecimento das lideranças partidárias e declínio da importância dos militantes; a adoção de uma estratégia que visa convencer eleitores de todos os grupos sociais (e não apenas de alguns), conseguindo o acesso, em simultâneo, aos mais variados grupos de interesse⁴⁴.

Na sequência do postulado de Kirchheimer⁴⁵, Panebianco avançou com a sua perspectiva sobre a progressiva profissionalização das organizações políticas. Ao invés da denominação de partidos *catch-all*, o autor italiano prefere designar de partidos profissionais-eleitorais as organizações que: dão maior importância aos profissionais na estrutura partidária; optam por uma tendência eleitoralista, cuja consequência é a erosão da estrutura (vertical) partidária; angariam fundos através do apoio de fundos públicos e de grupos de interesse; procuram privilegiar matérias com um amplo apoio social⁴⁶.

Em 1995, Katz e Mair propuseram, na sequência dos partidos de quadros, de massas e *catch-all*, a designação de *partidos-cartel* nos casos de organizações caracterizadas por uma "interpenetration of party and state, and also by a pattern of interparty collusion"⁴⁷. A “estatização” dos partidos reflete-se em aspetos como o facto de os recursos humanos (não só os representantes políticos, mas também os

⁴³ Maurice Duverger citado por AMARAL, Oswaldo E. – O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*. Porto Alegre. Vol. 7, n.º 2 (2013). pp. 11-32, *maxime* p. 14.

⁴⁴ KIRCHHEIMER, Otto – A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília. N.º 7 (2012). pp. 349-385, *maxime* pp. 370-371.

⁴⁵ Jean Charlot aplicou a denominação de “partido dos eleitores” ao tipo de organizações que, grosso modo, Kirchheimer designa de “partido *catch-all*”. Cf. CHARLOT, Jean – *Le phénomène gaulliste*. Paris: Fayard, 1970.

⁴⁶ PANEBIANCO, Angelo – *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Editora, 2005.

⁴⁷ KATZ, Richard; MAIR, Peter – Changing models of party organization and party democracy. The emergence of the cartel party. *Party Politics*. London. Vol. 1, n.º 1 (1995). pp. 5-28, *maxime* p. 17.

funcionários) dos partidos serem remunerados pelo Estado e a importância do acesso aos meios de comunicação social, por parte dos partidos-cartel, através dos regulamentos estatais atinentes à comunicação entre partidos e cidadãos. A profissionalização ocorrida neste tipo de partidos e a quase indiferenciação entre membros e não membros são duas das suas outras características.

Tal como supra explanado, os partidos políticos são indissociáveis do seu papel de representação. Duverger considera ser essa uma dupla função: essas organizações não só enquadram os eleitos, mas também os eleitores. O autor afirma mesmo que “sem partidos políticos, o funcionamento da representação política, isto é, da própria base das instituições, torna-se impossível”⁴⁸.

O enquadramento dos eleitores ocorre em duas dimensões⁴⁹. Primeiro, ao possibilitar um enquadramento ideológico, na medida em que os partidos clarificam e orientam as opções políticas dos cidadãos e os seus desejos e ambições quanto ao (seu) governo – não só exprimem “os sentimentos, as aspirações, as ideias latentes numa fração de cidadãos” como lhes dão “mais força e estabilidade, mais coesão e clareza”⁵⁰. Em segundo, em termos de seleção dos candidatos, porquanto, na grande maioria dos casos, são os partidos que selecionam e apresentam os candidatos a uma eleição.

Quanto ao enquadramento dos eleitos, este desenvolve-se, igualmente, em dois âmbitos⁵¹. Os partidos são um meio permissor (e facilitador, por causa da logística de que dispõem e, sobretudo, por disporem de militantes que propagandeiam a ação dos eleitos) do contacto entre os eleitos e os eleitores. Para além disso, a sua importância verifica-se no facto de enquadrarem, na forma de grupos parlamentares, os eleitos no parlamento, o que permite a junção de deputados com posições e pensamentos semelhantes – podendo existir por vezes, no entanto, um contraste opinativo entre o eleito e os dirigentes internos do partido (e respetivos militantes).

⁴⁸ DUVERGER, 1985, p. 78.

⁴⁹ DUVERGER, 1985, pp. 77-80.

⁵⁰ DUVERGER, 1985, p. 78.

⁵¹ DUVERGER, 1985, pp. 80-83

1.3 – Clivagens

Na discussão sobre os conflitos políticos na contemporaneidade, não é possível excluir a análise da teoria das clivagens formulada por Seymour Martin Lipset e Steve Rokkan⁵², estruturante para o entendimento do conflito político e do comportamento dos eleitores. Os autores estabelecem quatro dicotomias, todas originadas no âmbito das revoluções nacionais e industrial. Nesse âmbito, considera-se que:

“dependendo das experiências históricas e das decisões constitucionais enquanto momentos de formação, combinações de uma ou mais clivagens ao longo de aspetos religiosos (especialmente da Igreja Católica versus o Estado), centro/periferia (elites nacionais versus elites das periferias), rural/urbano (proprietários da terra versus indústria) ou classe (empregadores versus trabalhadores) ganharam forma enquanto sistemas de partidos no período da democratização. Uma vez que certos grupos estejam alinhados ao longo destas clivagens sociais com os partidos, a conexão tende a manter-se através da socialização política, assim como através das estratégias e da organização do partido.”⁵³

Seguindo a explicação de André Freire⁵⁴, e relacionando as clivagens com as consequências em termos partidários a que se assistiram, duas destas dicotomias devem-se à “revolução nacional”:

– A clivagem Igreja-Estado subsiste nas democracias atuais, ainda que a secularização tenda a ser uma realidade cada vez mais evidente. Ideologicamente e, por consequência, em termos de sentido de voto, os cidadãos mais ligados ao fenómeno religioso posicionam-se à direita, ao contrário das populações mais secularizadas, que o fazem mais à esquerda. É considerada a clivagem mais importante se tivermos em linha de análise as sociedades europeias do período anterior à Revolução Industrial, com inícios no século XVIII⁵⁵.

⁵² LIPSET, Seymour M.; ROKKAN, Stein (orgs.) – *Party Systems and Voter Alignments. Cross-National Perspectives*. New York: Free Press, 1967.

⁵³ Peter Mair citado por CALCA, Patrícia – “Clivagens Políticas e Partidos Políticos: Uma Abordagem”. (2010). [Consultado em 05/03/2015]. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP99_Calca.pdf.

⁵⁴ FREIRE, 2009, pp. 260-261.

⁵⁵ KNUTSEN, Oddbjørn – *Value orientations, political conflicts and left-right identification: A comparative study*. *European Journal of Political Research*. London. Vol. 28, n.º 1 (1995). pp. 63-94, maxime p. 66.

– A clivagem centro-periferia traduz-se numa resposta de determinadas comunidades (étnica e culturalmente) minoritárias à homogeneização cultural promovida pelo Estado. Esta oposição, efetivada em separações territoriais, é menos atual e importante se cotejada com as restantes. No entanto, nas sociedades em que mantem uma importância política, faz um corte transversal na dicotomia direita-esquerda.

Por sua vez, e relacionadas com a revolução industrial, surgem as clivagens:

– Rural e urbano, consubstanciada na defesa de interesses rurais e geradora de partidos agrários, sendo o confronto entre uns partidos simultaneamente conservadores e rurais e outros conjugando características liberais e radicais a sua maior expressão.

– De classe, entre capital e trabalho, representada no combate dos trabalhadores da indústria e da agricultura aos proprietários. A situação acabou por gerar a oposição entre os partidos socialistas e comunistas (e dos sindicatos nacionais) e os conservadores e os liberais. Economicamente, esta clivagem significou a adoção de duas posturas antagónicas: uma direita marcada pela defesa da não intervenção do Estado nos mercados e pelas reticências em apoiar medidas que espelhem preocupações com uma maior igualdade socioeconómica; e uma esquerda defensora da forte intervenção do Estado na economia, tendo em vista a correção de desigualdades sociais e económicas refletidas nas condições de vida e na igualdade de oportunidades dos cidadãos⁵⁶.

Posteriormente, surgiram autores a reclamar o surgimento de novas clivagens e, por consequência, o aparecimento de uma “nova direita” e de uma “nova esquerda”.

Na opinião de Inglehart⁵⁷, os valores pós-materialistas (como por exemplo, uma maior preocupação com o ambiente, a liberdade de expressão, o aumento da qualidade de vida ou a intenção de uma maior participação no processo político) poderiam assumir uma importância semelhante ou maior face aos valores materialistas (desejo de paz, segurança, bem-estar e crescimento económico), vistos como assegurados na generalidade das sociedades ocidentais, marcadas pela ausência de guerra e pela proteção social proporcionada pelos Estados-Providência.

⁵⁶ Sobre a importância da clivagem de classe para o panorama político e partidário europeu, cf. BARTOLINI, Stefano – *The Political Mobilization of the European Left, 1860–1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

⁵⁷ INGLEHART, Ronald – *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: University Press, 1977.

Kitschelt⁵⁸ propôs também uma nova clivagem, mas entre valores autoritários e libertários. Para o autor, os princípios norteadores dos libertários (a base da "nova esquerda"), associados a determinados movimentos sociais, como os ecológicos, feministas, anti-nuclear, são a valorização da autonomia individual na formação das identidades coletivas e pessoais, da igualdade de géneros e de um certo hedonismo ao invés da acumulação e da ordem. Por outro lado, o autoritarismo (representando pela "nova direita") sustenta a ideia de hierarquia social natural, uma atitude de deferência face ao poder político, a ética de uma disciplina pessoal e o regresso a uma dominação patriarcal na divisão do trabalho. As atitudes perante a diversidade cultural e o racismo, bem como as perspectivas sobre o papel da mulher na sociedade – expressos em debates como os do aborto, a participação política das mulheres e o seu papel no mercado de trabalho – são outros dos aspetos que separam os libertários dos autoritários.

Scott Flanagan⁵⁹, para quem a tendência libertária e o pós-materialismo são conceitos idênticos, diverge com o trabalho de Inglehart devido à extensão da definição de materialismo daquele, propondo uma reformulação da teoria das clivagens nas sociedades industriais. Flanagan considera que valores que Inglehart apelida de materialistas, como a luta contra o crime e a valorização da lei e da ordem, devem ser integrados numa corrente designada como autoritária, que se pauta pelo respeito pela autoridade e pela conformidade com os valores tradicionais, com a adesão aos valores religiosos e morais tradicionais, patriotismo, intolerância para com as minorias, etc. Isto porque Flanagan vê o materialismo como um termo eminentemente económico, traduzido na priorização do crescimento económico e no combate à inflação e, já no domínio privado dos cidadãos, no desejo de habitação e profissão adequadas que permitam uma vida confortável.

Segundo André Freire⁶⁰, é precisamente esta tendência pós-materialista e libertária que explica o aparecimento de alguns partidos – ou, nalguns casos, as modificações ideológicas operadas por organizações partidárias já existentes. À esquerda, na Europa, integrados numa tendência pós-materialista e libertária, surgiram os partidos ecologistas e assistiu-se à reconversão ideológica de alguns partidos de extrema-esquerda já existentes nas décadas de 50 e 60. À direita, assistiu-se ao

⁵⁸ KITSCHOLT, Herbert – *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge: University Press, 1994.

⁵⁹ FLANAGAN, Scott - *Value change in industrial societies*. American Political Science Review. New York. Vol. 81, n.º 4 (1987). pp. 1303-1319.

⁶⁰ FREIRE, 2009, pp. 265-266.

aparecimento de vários partidos de extrema-direita, como é o caso da Frente Nacional francesa, da Frente Nacional belga e dos Partidos do Progresso na Escandinávia, que aliam (ou aliavam, à época), geralmente, a defesa do liberalismo económico (ao contrário do que acontecia com a extrema-direita tradicional, que advogava o corporativismo económico) a fortes reservas em relação ao pluralismo cultural (transpostas para os discursos anti-imigração).

Ainda de acordo com Freire, as bases sociais de apoio da “nova esquerda” são distintas das da esquerda tradicional, o mesmo acontecendo no caso da “nova direita” em relação à direita tradicional. Usualmente, a direita tradicional atrai cidadãos com integração no fenómeno religioso e com um estatuto económico e social mais alto, e a esquerda tradicional, cidadãos secularizados com reduzido estatuto económico e social. No entanto, a “nova direita” tende a captar cidadãos menos integrados no universo religioso, oriundos da pequena burguesia e do operariado, enquanto a “nova esquerda” atrai os indivíduos mais jovens, que se reveem nos valores pós-materialistas, com maiores habilitações literárias e provenientes da "nova" classe média.

Posto isto, de referir que, pese embora os valores pós-materialistas e libertários tenham assumido alguma importância, as questões socioeconómicas continuam a constituir o principal fator de confronto político⁶¹. Aliás, considera-se que as novas clivagens foram até absorvidas pela dicotomia direita-esquerda, com os valores autoritários e materialistas a serem associados à primeira corrente, e os valores libertários e pós-materialistas à segunda. A principal divisão entre direita e esquerda continua a estar relacionada com a questão da igualdade, discutida direta ou indiretamente em tópicos como o papel social do Estado e a redistribuição da riqueza com vista à redução das desigualdades sociais e económicas: a direita mais adepta de um Estado com menos funções sociais e de uma menor redistribuição da riqueza e a esquerda defensora de um Estado-Providência ativo que, juntamente com uma ação mais pujante na redistribuição da riqueza, combata de uma maneira mais efetiva as desigualdades.

⁶¹ FREIRE, 2006.

1.4 – Os Extremos

É comum a perspetivação do espectro político como estando dividido entre um extremo mais à direita e outro mais à esquerda, contendo, no centro, as respetivas posições intermédias, rotuladas de “moderadas”⁶². Tal situação é evidente quando se analisa a cobertura da generalidade dos meios de comunicação social, que não se coíbem de usar termos como extrema-direita e extrema-esquerda ou direita radical e esquerda radical⁶³. As páginas seguintes são dedicadas ao estudo dessas designações, ao atender ao seu sentido e abrangência, verificando quem (que movimentos e/ou partidos) se encaixa nesses “rótulos” e os motivos para isso ocorrer.

1.4.1 – Direita

É conhecida a falta de consenso relativo quer a uma possível definição, quer às principais características ideológicas da comumente denominada extrema-direita. À ideia de que “we seem to know who they are even though we do not exactly know what they are”⁶⁴ adequa-se perfeitamente a conclusão de Cas Mudde que, tendo analisado 26 definições diferentes de extrema-direita, encontrou dezoito características apontadas pelo menos numa ocasião, sendo que só cinco foram referidas, direta ou indiretamente, por pelo menos metade dos autores: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e a ideia de um Estado forte⁶⁵.

No entanto, o próprio conceito de extrema-direita não é unânime: partidos fascistas, neofascistas, neopopulistas, novos populistas, direita radical, direita populista radical, extrema-direita, populistas, populistas de direita, anti-imigração e nova direita

⁶² Cf. Anthony Downs citado por WARE, Alen – *Political Parties and Party Systems*. Oxford: University Press, 1996. pp. 18-19; LEACH, Robert – *The Politics Companion*. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 139.

⁶³ Ver, por exemplo: H.T. – Avanço dos extremos marca eleições europeias. **Diário de Notícias** [Em linha]. 25/05/2014. [Consultado em 09/03/2015]. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3933239&seccao=Europa&page=-1; TRAYNOR, Ian – Europe’s far right gets the attention, but the left is making the political running. **The Guardian** [Em linha]. 18/01/2015. [Consultado em 09/03/2015]. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/jan/18/europe-greece-far-right-anti-austerity-left-power-syriza-podemos>.

⁶⁴ Von Beyme citado por MUDDE, Cas – *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: University Press, 2000. p. 7.

⁶⁵ MUDDE, Cas – *Right-wing extremism analyzed. A comparative analysis of the ideologies of three alleged right-wing extremist parties (NPD, NDP, CP’86)*. European Journal of Political Research. London. Vol. 27, n.º 2 (1995). pp. 203–224, *maxime* p. 206.

são alguns dos termos mais frequentes a que diversos autores recorre(ra)m para designar os partidos considerados mais à direita no panorama ideológico⁶⁶.

Cas Mudde, após vários trabalhos em que recorreu à designação “extrema-direita”⁶⁷, optou, nas suas obras mais recentes, caso do seu livro *Populist Radical Right Parties in Europe*⁶⁸, publicado em 2007, pelo conceito de radicalismo no estudo de partidos frequentemente considerados de “extrema-direita”⁶⁹. Em alusão à definição usada pelo Estado Alemão (à época, República Federal da Alemanha), o autor refere que, desde 1973, os conceitos de radicalismo e extremismo são diferenciados naquele país. Ao passo que *radikalismus* consiste numa crítica radical à ordem constitucional sem fundamentos ou intenções antidemocráticas, *extremismus* assenta num fator antidemocrático, antiliberal, anticonstitucional e ilegal⁷⁰. Segundo o autor, a direita radical é “(nominally) democratic, even if they oppose some fundamental values of liberal democracy” e a extrema-direita é “in essence antidemocratic, opposing the fundamental principle of sovereignty of the people”⁷¹.

Os partidos de direita radical (ou populistas de direita radical, como designa o autor) possuem três atributos fundamentais: nativismo, autoritarismo e populismo⁷².

O nativismo, conceito que inclui uma combinação de nacionalismo e xenofobia, consiste na perspetiva de um Estado-Nação homogéneo, que deve ser habitado exclusivamente por indivíduos do grupo nativo (vistos como "a nação"), para quem as pessoas e ideias não nativas são uma ameaça a essa homogeneidade.

O autoritarismo representa a crença numa sociedade securitária, na qual as infrações à lei e o desrespeito às autoridades devem ser severamente punidos. Esta componente ideológica integra uma noção de moralismo punitivo em relação ao não cumprimento da moral convencional, o que permite a marginalização de determinados elementos da comunidade.

⁶⁶ HAINSWORTH, Paul – *The Extreme Right in Western Europe*. New York/London: Routledge, 2008. p. 9.

⁶⁷ O principal sendo MUDDE, 2000. Nesta obra, conforme se pode ler na página 179, Mudde estabelece como aspetos nucleares da ideologia de extrema-direita o nacionalismo, a xenofobia, a lei e ordem, e o chauvinismo no que toca à proteção social.

⁶⁸ MUDDE, Cas – *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: University Press, 2007.

⁶⁹ Para consultar a explicação do autor para a mudança conceptual que opera, cf. MUDDE, 2007, pp. 20-22.

⁷⁰ MUDDE, Cas - The War of Words: Defining the Extreme Right Party Family. *West European Politics*. Vol. 19, n.º 2 (1996). pp. 225-248, *maxime* 230-231; MARCH, Luke – *Contemporary Far Left Parties in Europe*. Abingdon: Routledge, 2011. p. 10.

⁷¹ MUDDE, 2007, p. 31.

⁷² MUDDE, 2007, p. 22.

Por último, o populismo consiste numa:

“thin-centered ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, ‘the pure people’ versus ‘the corrupt elite’, and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people”⁷³.

Para os populistas, a vontade do povo é até mais importante do que as garantias constitucionais ou os direitos humanos.

Por sua vez, Ignazi⁷⁴ estabelece três critérios (espacial, ideológico e atitudinal) para a definição de partidos de extrema-direita: caso se trate de um dos partidos mais à direita no espectro político (critério espacial); conforme a presença (ou não) de um legado fascista (critério ideológico); e/ou mediante a postura de recusa do sistema político (critério atitudinal). Consoante um partido encaixe no critério ideológico (e, por maioria de razão, no atitudinal) ou num padrão atitudinal de deslegitimação do sistema político, através de um conjunto de valores e atitudes e não de uma ideologia estruturada e coerente, pode ser integrado num dos dois tipos de partidos de extrema-direita⁷⁵: tradicional, no caso de “cumprir” o critério ideológico, ou pós-industrial, se não tiver legados fascistas mas somente um perfil de partido antissistema⁷⁶.

Os partidos de extrema-direita tradicional são os herdeiros dos conflitos violentos ocorridos nas décadas 20 e 30 do século XX, entre diferentes grupos sociais, originados pelas questões de distribuição de recursos. Como modelo deste tipo de organizações, Ignazi apresenta o caso do MSI (*Movimento Sociale Italiano - Destra Nazionale*), fundado em 1946. Por sua vez, os partidos pós-industriais, surgidos nos anos 80 do século passado, em simultâneo com os partidos ecologistas e libertários de esquerda, são produtos da afirmação dos valores pós-materialistas, assentes nas ideias de autorrealização e de identidade pessoal. São partidos cujas posições se baseiam na ideia de defesa de uma comunidade, nacional ou subnacional, perante algumas presenças “externas” (o que origina o racismo e a xenofobia), e na luta por mais leis e maior segurança, isto sob a desejável liderança de uma personalidade carismática. A

⁷³ MUDDE, 2007, p. 23.

⁷⁴ IGNAZI, 2006, p. 33.

⁷⁵ O autor justifica a sua preferência pela designação deste tipo de partidos como extremistas por duas razões, já explanadas: pela sua localização num extremo do *continuum* direita-esquerda (neste caso o extremo mais à direita) e pela relação entre o conceito de extremismo e atitudes antissistema. Cf. IGNAZI, 2006, p. 43.

⁷⁶ IGNAZI, 2006, p. 33.

Frente Nacional francesa e Os Republicanos, na Alemanha, são exemplos deste tipo de organização.

Já Klaus Von Beyme⁷⁷, no que toca à história dos partidos de extrema-direita após a Segunda Guerra Mundial, aponta para a existência de três diferentes vagas de organizações desse tipo. A primeira consistiu no aparecimento, logo após o final da Segunda Guerra, de partidos neofascistas e/ou neonazis, partidários das ideias políticas predominantes nesses movimentos durante o período entre as duas Grandes Guerras. A segunda, ocorrida nos anos 70, abrangeu essencialmente movimentos anti-impostos, como os Partidos do Progresso, na Escandinávia. Em meados da década de 80, associada a um período de imigração massiva, surgiu a terceira vaga, a de maior sucesso. Dela fazem parte partidos como a Frente Nacional francesa, o FPÖ, na Áustria, e o Vlaams Blok (Bloco Flamengo) belga.

Chegados aqui, impõe-se uma pergunta: são muitas as dissemelhanças entre o conjunto de partidos que Cas Mudde inclui na sua definição de populistas de direita radical e as organizações que Ignazi integra na sua conceção de partidos de extrema-direita? Se compararmos a lista de Mudde contendo os partidos populistas de direita radical⁷⁸ ou, neste caso, mais especificamente, a dos principais partidos dessa ideologia⁷⁹, e a de Ignazi elencando os partidos de extrema-direita na Europa existentes desde 1980 (os resultados terminam em 1999)⁸⁰, verificamos que aqueles com maior visibilidade em termos mediáticos e/ou eleitorais na Europa Ocidental⁸¹, na perspectiva de Mudde, são todos alvo de análise de Ignazi, sendo, portanto, considerados por este como parte da extrema-direita: falamos do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ, *Freiheitliche Partei Österreichs*), da Frente Nacional e do *Vlaams Belang* belgas, do Partido Popular Dinamarquês (DFP, *Dansk Folkeparti*), da Frente Nacional francesa e d'Os Republicanos (REP, *Die Republikaner*), da Alemanha. No entanto, nem todos os partidos estudados são coincidentes. A título de exemplo, a distinção, estabelecida por Mudde, entre partidos radicais (nominalmente democráticos e populistas) e extremistas (antidemocráticos e frequentemente elitistas) leva-o a excluir da lista de organizações partidárias de direita radical vários partidos do tipo tradicional incluídos no trabalho de

⁷⁷ BEYME, Klaus Von (ed.) – *Right-Wing Extremism in Western Europe*. London: Frank Cass, 1988.

⁷⁸ MUDDE, 2007, pp. 305-307.

⁷⁹ MUDDE, 2007, p. 44.

⁸⁰ IGNAZI, 2006, pp. 211-212.

⁸¹ O trabalho de Ignazi cinge-se, conforme mencionado no título, à Europa Ocidental, excluindo-se, portanto, partidos de Croácia, Eslováquia, Hungria, Polónia, Roménia e Rússia, incluídos por Mudde na sua listagem de organizações partidárias mais importantes.

Ignazi, casos dos partidos Nacional Democrata (NPD) alemão e austríaco e da União Política Nacional grega (EPEN)⁸².

1.4.2 – Esquerda

Ao contrário do que acontece no caso dos partidos acima analisados, no que diz respeito à esquerda radical/extrema-esquerda há uma quantidade relativamente reduzida de trabalhos académicos e/ou de investigação⁸³. Porém, as investigações de Luke March acerca dos partidos mais à esquerda no espectro político são fulcrais para o estudo e a análise de vários fatores concernentes a essas organizações.

March retoma a explicação de Cas Mudde (supramencionada) sobre a distinção entre radicalismo e extremismo e opta por designar de “esquerda radical” os partidos à esquerda e para a esquerda dos sociais-democratas, considerando que os partidos de esquerda radical lutam pela enorme transformação de certos elementos da democracia liberal (casos do modelo económico neoliberal), mas não contestam a democracia propriamente dita – situando-se precisamente dentro dela e das suas regras. Distinguem-se dos extremistas no sentido em que estes se opõem ideologicamente e na prática ao regime democrático. Ainda assim, é ressaltado o facto de, muitas das vezes, esta distinção não ser fácil de operacionalizar, pela existência de partidos extremistas que adaptam retóricas democráticas e que atuam dentro da legalidade constitucional no sentido de não serem banidos⁸⁴.

Mas o que são, efetivamente, os partidos de esquerda radical⁸⁵? March⁸⁶ identifica cinco aspetos que se tornam nucleares para a sua compreensão:

- A rejeição da estrutura socioeconómica subjacente ao capitalismo contemporâneo e respetivos valores e práticas: podendo ir, dependendo do partido, da rejeição do consumismo e do neoliberalismo até à oposição aberta e frontal à propriedade privada e à avidez de lucro do sistema capitalista⁸⁷.

⁸² MUDDE, 2007, p. 49.

⁸³ MARCH, 2008, p. 4.

⁸⁴ MARCH, 2008, pp. 10-11.

⁸⁵ Para consultar a lista de partidos que March considera como sendo de esquerda radical europeia, cf. MARCH, 2008, pp. 2-3.

⁸⁶ MARCH, 2008, pp. 8-9.

⁸⁷ Cf., também, DUNPHY, Richard – *Contesting Capitalism?: Left Parties and European Integration*. Manchester: University Press, 2004.

- O combate por estruturas económicas e de poder alternativas, que levem as elites políticas a atuar por uma maior redistribuição de recursos. A oposição frontal às elites políticas e económicas é, de igual forma, uma das características da esquerda radical⁸⁸.

- A opinião de que a desigualdade económica é a base para a organização política e social vigente, o seu apoio ao coletivismo económico e a prioridade concedida aos direitos sociais – todos estes aspetos constando da sua agenda principal.

- A expressão de uma forte componente anticapitalismo, mas dentro das regras da democracia, ainda que uma subversão radical da democracia liberal esteja implícita na retórica de vários destes partidos no que toca à redistribuição de recursos.

- O internacionalismo, refletido na procura de redes de contactos e de solidariedade para lá das fronteiras nacionais, bem como na convicção de que os assuntos políticos e sociais locais, regionais e nacionais têm uma causa global estrutural, como o imperialismo ou a globalização.

Face aos sociais-democratas (considerados como o centro-esquerda), os partidos de esquerda radical afirmam-se: por uma crítica mais sistemática do capitalismo neoliberal e das suas estruturas subjacentes, casos do Estado capitalista e da globalização neoliberal⁸⁹; por uma maior ênfase na necessidade de igualdade e na redistribuição de recursos (enquanto o centro-esquerda clama por "justiça social", "equidade" e "igualdade de oportunidades"); e, em termos internacionais, diferenciam-se dos sociais-democratas no que toca ao papel pouco crítico destes relativamente às estruturas políticas, económicas e de segurança euro-atlânticas⁹⁰.

Características infirmadas no trabalho “Left in Europe. Political Parties and Party Alliances between Norway and Turkey”⁹¹, editado por Birgit Daiber e Cornelia Hildebrant, no qual se conclui ser o combate contra "the neo-liberal policies of the ruling elites”⁹² o denominador comum aos partidos estudados, todos pertencentes a uma

⁸⁸ BALE, Tim; DUNPHY, Richard – *The radical left in coalition government: Towards a comparative measurement of success and failure*. *Party Politics*. London. Vol. 17, n.º 5 (2011). pp. 488-504.

⁸⁹ Cf., também, OLSEN, Jonathan; HOUGH, Dan; KOß, Michael – From Pariahs to Players? Left Parties in National Governments. In OLSEN, Jonathan; HOUGH, Dan; KOß, Michael (eds.) – *Left Parties in National Governments*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010. pp. 1-15.

⁹⁰ MARCH, 2008, p. 10.

⁹¹ DAIBER, Birgit; HILDEBRANT, Cornelia – Preface. In DAIBER, Birgit; HILDEBRANT, Cornelia (eds.) – *The Left in Europe. Political Parties and Party Alliances between Norway to Turkey*. Brussels: Rosa-Luxemburg Foundation, 2009.

⁹² DAIBER, Birgit; HILDEBRANT, Cornelia, 2009, p. 5.

esquerda não social-democrata, como o Bloco de Esquerda, em Portugal, a *Izquierda Unida* espanhola ou o *Die Linke*, na Alemanha.

Para a esquerda radical europeia, há um acontecimento que marca claramente a sua existência: o colapso do comunismo, em 1989, que fez com que pouco restasse dos partidos mais à esquerda⁹³.

Se na década de 80 do século XX o predomínio do "comunismo ortodoxo" era evidente, isso deixou de ser uma realidade com a queda da União Soviética – após a qual se aliou o estigma soviético à falta de material e de financiamento atribuído aos diversos partidos comunistas nacionais por parte do principal partido comunista mundial⁹⁴. No pós-1989, as respostas dos partidos de esquerda radical foram distintas e passaram por⁹⁵:

- Renunciar à designação de "comunista", como forma de se redefinirem. Tal aconteceu com o SED alemão, anterior partido único na República Democrática Alemã, que passou a Partido do Socialismo Democrático, ou com o Partido Comunista sueco;

- Transformar os antigos partidos comunistas em partidos social democratas, algo que ocorreu particularmente no Leste europeu, nos quais eram os partidos dominantes, no poder. Na Europa Ocidental, o exemplo mais relevante é do PCI italiano que, hoje em dia, depois de várias recomposições, é o Partido Democrático.

- Passar antigos partidos comunistas do Leste europeu a partidos nacionalistas e populistas, como aconteceu com os partidos socialistas búlgaros e sérvios, tendo alguns deles posteriormente reorientado a sua ação para a social-democracia;

- Uma reemergência como parte de coligações semipermanentes de orientação socialista e democrática, como acontece com a *Izquierda Unida*, em Espanha.

- Uma autodissolução no sentido de integrar coligações pós-comunistas de várias ideologias (o PC holandês dissolveu-se e reemergiu como parte da Esquerda Verde, por exemplo), ou coligações permanentes com diversas tendências de extrema-esquerda/esquerda radical, como o Bloco de Esquerda português;

- Manutenção das designações e respetivas identidades adaptando gradualmente a doutrina comunista ao longo dos anos. Os partidos comunistas português, grego, francês e cipriota são exemplos de casos assim.

⁹³ MARCH, Luke; MUDDE, Cas – *What's left of the radical left? The European radical left after 1989: Decline and mutation*. *Comparative European Politics*. Basingstoke. Vol. 3, n.º 1 (2005). pp. 23–49.

⁹⁴ MARCH, Luke – *Contemporary Far Left Parties in Europe – From Marxism to the Mainstream?*. Berlin: Friedrich Ebert Foundation, 2008. p. 5.

⁹⁵ MARCH, 2008, p. 5.

1.5 – Uma divisão ultrapassada?

A dicotomia direita-esquerda, lógica, atual e relevante para muitos estudiosos, nunca reuniu, nem reúne, unanimidade quanto à sua efetiva validade (e/ou atualidade) na análise das matérias políticas.

Em inícios da década de 60, Bell debruçou-se sobre “o fim da ideologia”:

“Few serious minds believe any longer that one can set down 'blueprints' and through 'social engineering' bring about a new utopia of social harmony. At the same time, the older 'counter-beliefs' have lost their intellectual force as well. Few 'classic' liberals insist that the State should play no role in the economy, and few serious conservatives, at least in England and on the continent, believe that the Welfare State is 'the road to serfdom'. In the Western world, therefore, there is today a rough consensus among intellectuals on political issues (...) the ideological age has ended.”

O autor via como universalmente aceite a ideia da existência de um Estado-Social, de uma economia mista, de pluralismo político e da vontade de haver um poder descentralizado⁹⁶.

Na ideia principal foi acompanhado por Lipset⁹⁷, que acreditava estarem as divisões ideológicas entre direita e esquerda resumidas a uma ideia de um maior ou menor papel estatal na propriedade (mais ou menos propriedade pública) e no planeamento económico, tendo-se atingido uma fase em que era relativamente indiferente que partido político governava em cada Estado. Para Lipset, todos os problemas fundamentais da política encontravam-se resolvidos: os trabalhadores haviam alcançado o direito à participação nos assuntos políticos, os conservadores aceitavam o Estado-Providência e a esquerda democrática reconhecia que um excessivo poder do Estado acarretava mais perigos para a liberdade do que soluções para os problemas económicos.

⁹⁶ BELL, Daniel – *The End of Ideology. On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, New York: Free Press, 1962. pp. 402-403.

⁹⁷ LIPSET, Seymour M. – *Political Man*, New York: Anchor Books, 1963.

As duas posições acima expressas e analisadas, partilhadas por diversos teóricos⁹⁸, retratam um contexto fortemente influenciado pela queda do fascismo, em 1945, e pela visão de uma União Soviética, comunista, sob uma ditadura repressiva. A isso aliava-se a percepção de que as nações mais bem-sucedidas, em termos de política interna, no pós-Guerra, como o Reino Unido, os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e os países escandinavos, lidavam com cada situação concreta de forma pragmática e não atendendo a distinções entre direita e esquerda⁹⁹.

Mais tarde, Fukuyama apresentou a ideia de “fim da história”, uma versão do esgotamento das ideologias. Pouco tempo após a queda do regime comunista, ocorrida em 1989, o autor falava no triunfo do liberalismo económico e democrático:

“the century that began full of self-confidence in the ultimate triumph of Western liberal democracy seems at its close to be returning full circle to where it started: not to an 'end of ideology' or a convergence between capitalism and socialism (...), but to an unabashed victory of economic and political liberalism”¹⁰⁰.

O triunfo do Ocidente (e, acima de tudo, da ideia de Ocidente) havia-se tornado um facto, atendendo à “exaustão” de todas as alternativas ao liberalismo ocidental. O “fim da história” alicerçava-se numa convicção de que talvez se tivesse atingido o estado final da evolução ideológica na Humanidade, onde a democracia liberal ocidental se tornaria a modalidade definitiva de governação¹⁰¹.

Uma outra tese que ficou particularmente conhecida foi a de Giddens, transmitindo uma proposta “para além da esquerda e da direita”¹⁰², assente no advento de uma adaptação da social-democracia, uma “terceira via”, “uma tentativa de transcender tanto a social democracia [sic] do velho estilo quanto o Neoliberalismo”¹⁰³. Giddens encarava a “terceira via” como uma reconstrução do Estado, ao contrário do

⁹⁸ Cf. ARON, Raymond – The end of the ideological age?. In WAXMAN, C. I. (ed.) – *The end of ideology debate*. New York: Simon & Schuster, 1968. pp. 27-48; SHILS, Edward – The end of ideology?. In Waxman, C. I. (ed.) – *The end of ideology debate*. New York: Simon & Schuster, 1968. pp. 49-63.

⁹⁹ SHILS, Edward – *The End of Ideology*. *Encounter*. London. Vol. 5, n.º 5 (1955). pp. 52-58.

¹⁰⁰ FUKUYAMA, Francis – The End of History. *The National Interest*. Vol. 16 (1989). p. 3.

¹⁰¹ FUKUYAMA, 1989, p. 4.

¹⁰² GIDDENS, Anthony – *Para além da Esquerda e da Direita*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

¹⁰³ GIDDENS, Anthony – *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 36.

neoliberalismo, que procurava reduzi-lo, e da social-democracia, “ávida” para o ver expandido¹⁰⁴.

Todavia, torna-se curioso verificar que, após as teorias do "fim da ideologia", "do fim da história" e da superação da dicotomia direita-esquerda, também elas ideológicas, verificaram-se sempre divisões políticas alicerçadas em ideias tradicionalmente associadas a direita e esquerda: na década de 60 do século passado, os novos movimentos em oposição à sociedade tradicional e, hoje em dia, a oposição à desregulamentação e à globalização financeira perante a defesa de mercados mais livres e abertos¹⁰⁵.

¹⁰⁴ GIDDENS, 2001, p. 80.

¹⁰⁵ FERREIRA, Ana Rita; ROSAS, João Cardoso, 2013, p. 18.

Capítulo 2 – O surgimento da Frente Nacional no contexto da(s) direita(s) e da extrema-direita francesas

2.1 – A(s) Direita(s) em França

Desde 1789 que as ideologias e os partidos de direita, com os seus acontecimentos, correntes e tradições, vêm contribuindo de forma fulcral para a política francesa e o seu estudo é essencial para a compreensão do passado, do presente e do futuro gauleses.

De acordo com a tese de René Rémond, no que se refere à França, devemos precisamente sublinhar a existência de várias direitas – e não de uma só direita. Apenas evidenciando uma pluralidade considerável nesse campo ideológico (evitando uma visão monolítica) se torna possível afirmar, por exemplo, que “elle était à la fois autoritaire et libérale, archaisante et moderniste, élitiste et populiste, agrarienne et industrielle”¹⁰⁶.

Para traçar o percurso das várias correntes de direita ao longo da história francesa pós-Revolução (que, como já vimos no primeiro capítulo, é o período histórico comumente associado ao nascimento da dicotomia direita-esquerda), é inelutável determo-nos nos trabalhos de René Rémond atinentes à temática.

Em 1954, o autor publicou a obra, posteriormente alterada por diversas vezes, “La Droite en France de 1815 à nos jours. Continuité et Diversité d’une Tradition Politique”¹⁰⁷. Nela, o autor sugere a existência de três grandes correntes históricas da direita francesa: o legitimismo, o orleanismo e o bonapartismo, diretamente associadas, respetivamente, a três regimes diferentes: a monarquia da restauração (1815-1830), a monarquia de julho (1830-1848) e o II Império de Napoleão III (1852-1870). Depois, “entre 1871 e 1879, legitimistas, orleanistas e bonapartistas ter-se-iam aliado para assumir a direção da III República, mas foram finalmente incapazes de se entender

¹⁰⁶ RÉMOND, René – *Les droites aujourd'hui*. Paris: Points, 2005. p. 15.

¹⁰⁷ RÉMOND, René – *Les Droites en France*. 4.^a ed. Paris: Aubier-Montaigne, 1982.

sobre um regime alternativo”¹⁰⁸, uma prova das divergências ocasionais derivadas da sua diversidade.

Mais recentemente, em 2007, Rémond atualizou o seu trabalho anterior, centrando-se na análise da situação política da Quinta República, iniciada em 1958¹⁰⁹. Avaliando a hodiernidade da divisão tripartida anteriormente efetuada¹¹⁰, o autor opta por uma alteração denominativa das três correntes anteriores: preconiza as designações de direita contrarrevolucionária, liberal e gaullista em referência a legitimismo, orleanismo e bonapartismo, respetivamente. Em adição, para além de discutir o surgimento de novas direitas (a democrata-cristã e a revolucionária), dedica, ao contrário do que havia feito nos trabalhos anteriores, uma parte do livro à extrema-direita, cujo representante maior é a Frente Nacional.

A direita contrarrevolucionária¹¹¹ caracteriza-se por “le refus catégorique de la démocratie, une aversion invétérée des principes de 1789, la défiance de toute modernité, le rejet global de l’héritage de la Révolution”¹¹². Na mais recente atualização do seu trabalho, Rémond prescinde de designar esta corrente de legitimista, por considerar pouco relevante, hoje em dia, o conflito dinástico entre os dois ramos (legitimista e orleanista) da Casa de Bourbon, a família real francesa¹¹³ – e mesmo a intrínseca filiação monárquica dos legitimistas parece já não despertar sobremaneira os seus seguidores, num país que tem na noção de República uma das bases fundamentais do seu regime. Em inícios da Terceira República (1870-1940), era ainda parte (minoritária) das hostes conservadoras. A despedida contrarrevolucionária, em termos

¹⁰⁸ RAMOS, Rui – Orfãs da História? As direitas e a historiografia em Portugal. In MARCHI, Riccardo (dir.) – *As raízes profundas não gelam? – Ideias e percursos das direitas portuguesas*. Alfragide: Texto Editores, 2012, pp. 13-78, *maxime* p. 15.

¹⁰⁹ RÉMOND, René, 2005.

¹¹⁰ No mesmo livro, René Rémond efetua uma avaliação da validade (e atualidade) da dicotomia direita-esquerda em França. Se aspetos como a Revolução de 1789, a República, a relação entre a Igreja e o Estado, o liberalismo e o coletivismo, a descentralização, a União Europeia e a laicidade não são, por si só, distintivos de uma das duas correntes (mesmo que já o possam ter sido), Rémond realça a importância dos sentimentos e dos valores, e não tanto das ideias políticas, como forma de diferenciar os dois campos ideológicos. A família (para a direita, o poder político deve conservar, proteger e assegurar a continuidade da célula familiar, enquanto a esquerda a vê com uma certa desconfiança e como uma possível ameaça à liberdade individual dos cidadãos), os costumes e a moral (a direita, ao contrário do que acontece à esquerda, aceita e deseja que o poder político interfira na moral individual, regulando as condutas privadas dos cidadãos) e a autoridade (entendida como a existência de uma autoridade social clara que dirija a sociedade, mais bem-vista à direita, e refletida em visões diferentes sobre aspetos como a prevenção e repressão – baseados em perspetivas antropológicas antagónicas, herdadas de Rousseau e Hobbes) são, para o autor, princípios basilares que continuam a separar a direita da esquerda.

¹¹¹ RÉMOND, 2005, pp. 116-134.

¹¹² RÉMOND, 2005, pp. 117-118.

¹¹³ Os legitimistas são os partidários da continuação da dinastia Bourbon, saída do poder após a Revolução de julho de 1830, que marca a chegada ao trono do ramo da Casa d’Orleães, através do Rei Luís Filipe.

de efetiva participação política, deu-se em 1944, após cerca de quatro anos do governo colaboracionista de Vichy no poder. Esta direita tradicionalista, e ligada como sempre ao fenómeno religioso (para além dos tradicionalistas, que vetam à razão certas crenças metafísicas e religiosas, alberga, por exemplo, os integristas, negadores de uma separação entre a religião cristã e o Estado), não passa, atualmente, de uma “escola de pensamento” sem grande importância, até porque prescindiu da participação eleitoral – não só por contestar a universalidade e a legitimidade advindas do voto popular, mas também por prudência, dada a sua atual fraqueza no que toca à capacidade de obter seguidores.

Por sua vez, a direita liberal¹¹⁴ refere-se ao campo político unido historicamente por um fio condutor iniciado no reinado de Luís Filipe (1830-1848) até ao período em que Valéry Giscard d’Estaing presidiu a França, entre 1974 e 1981. Apelidando-a, anteriormente, de orleanista, Rémond optou por renomear esta corrente política (por considerar que o nome anterior poderia ser um obstáculo à compreensão desta corrente de direita, dado referir-se a um episódio histórico “já esquecido”) que tem no ideal de liberdade o alfa e o ómega do seu pensamento, no qual a prioridade do poder político deve ser a de assegurar aos indivíduos o usufruto da sua liberdade. Os princípios liberais assentam numa desconfiança do poder consubstanciada na defesa de princípios como: o privilegiamento da iniciativa privada, ao invés da intervenção estatal, na inovação e na criação de riqueza; a redução do papel do Estado no apoio à cultura; o parlamentarismo, associado à possibilidade de demonstrar a pluralidade de opiniões; o equilíbrio de poderes, condenando o exercício solitário do poder e, por isso, a atribuição de maiores competências ao chefe de estado francês; a descentralização, por limitar a intervenção do Estado e aumentar a iniciativa local. Ao longo da história contemporânea, ser liberal, em França, significou diversas coisas. Enquanto, no período da Restauração (1814-1830), se referia aos seguidores – monárquicos, pese embora o tipo de regime, para os liberais, fosse considerado secundário em relação às questões sociais e ao tipo de sociedade desejada – da Revolução de 1789 (considerados, à época, de esquerda), a partir de 1869, com a instauração de um regime dito liberal, passou a designar a adesão a uma perspetiva dissociadora do poder político e da Igreja, e protetora das liberdades públicas e individuais. Hoje em dia, por vezes, é um conceito conotado com termos como globalização – e conseqüentemente com a desindustrialização e o desemprego.

¹¹⁴ RÉMOND, 2005, pp. 134-159.

Neste momento, os setores mais relevantes da direita liberal estão integrados n'Os Republicanos (*Les Républicains*), partido sucessor da União por um Movimento Popular (UMP), criada para agrupar as organizações mais importantes da direita (moderada) francesa.

Já o gaullismo¹¹⁵ é visto, pelo autor, como uma continuação da corrente bonapartista – enquanto tendências alicerçadas numa:

“combinaison de la référence au peuple souverain et de l’aspiration à un pouvoir fort (...) de l’autorité et de la démocratie, assortie d’une tonalité sociale, le tout accompagné d’une intention ou d’une affectation de modernité”¹¹⁶.

Como movimento inspirado em Charles de Gaulle (herói da Resistência francesa, primeiro-ministro em 1944-1946 e 1958-1959, fundador da Vª República, em 1958, e presidente da república entre 1959 e 1969), possui um caráter cesarista e foca-se em ideias como a grandeza francesa, a unidade da nação, e a primazia do Estado e do poder executivo em relação às assembleias/parlamentos. Após a morte de De Gaulle, os principais atores e prosseguidores do gaullismo foram Georges Pompidou (primeiro-ministro entre 1962 e 1968, e presidente da república entre 1969 e 1974) e Jacques Chirac – primeiro-ministro entre 1974-1976 e 1986-1988, e presidente da república durante 12 anos (1995-2007). De momento, os setores com maior expressividade do campo político gaullista encontram-se, tal como acontece com a direita liberal, no interior d’Os Republicanos.

Num outro setor da direita, que Rémond nomeia de “novas direitas”, estão inseridos dois movimentos: a democracia-cristã e os radicais. Conquanto ambos tenham origens muito distintas (mesmo que os dois tenham surgido na primeira metade do século XIX, na era da Monarquia de julho), a sua proximidade ideológica na atualidade é insofismável. A democracia-cristã¹¹⁷, que nasceu posicionada no centro do espectro político, distanciando-se das direitas conservadora e liberal, desenvolve a sua ação política alicerçada nos princípios do Cristianismo, visando a alcançar, acima de tudo, a unidade e o consenso. Herdeira das várias ações com vista a reconciliar o Cristianismo com a liberdade, a democracia e o operariado, tem lutado, desde a sua origem, pela desassociação da Igreja do conservadorismo social e político. Na atualidade, o campo democrata-cristão filia-se principalmente no MoDem (Movimento Democrata) e n’Os

¹¹⁵ RÉMOND, 2005, pp. 159-209.

¹¹⁶ RÉMOND, 2005, p. 175.

¹¹⁷ RÉMOND, 2005, pp. 212-238.

Republicanos. Já as raízes antagónicas do radicalismo¹¹⁸ explicam-se por ser um movimento nascido no setor da extrema-esquerda. Chegados ao século XX, o Partido Radical, fundado em 1901 e representante da corrente radical, foi-se transformando, fruto do desejo de uma participação ativa na governação (integrando maiorias parlamentares e até governos), numa organização ideologicamente de centro, pertencente ao arco de governação, defensora do legado individualista da Revolução Francesa e da propriedade privada. Na década de 70, os radicais protagonizaram uma divisão interna entre os partidários de uma aproximação ao Partido Socialista e ao Partido Comunista e os opositores a esse posicionamento mais à esquerda, o que conduziu a uma cisão – culminada com a criação do Movimento dos Radicais de Esquerda (MRG), atual Partido Radical de Esquerda (PRG). Após esses acontecimentos, o Partido Radical acabou por se federar em diversos movimentos de centro/centro-direita: a União para a Democracia Francesa (UDF), entre 1979 e 2002, data em que se juntou à UMP (até 2011), tendo-se, em 2012, associado à União dos Democratas e Independentes (UDI), onde se encontra presentemente.

Uma outra corrente de direita introduzida por Rémond na sua mais recente investigação é a da extrema-direita¹¹⁹, cujo maior representante na segunda metade do século XX e no século XXI é a Frente Nacional (FN). Tendo praticamente desaparecido nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, a extrema-direita¹²⁰, à exceção da Ação Francesa, foi-se manifestando historicamente através de movimentos fugazes como o boulangismo ou o poujadismo até ao surgimento da Frente Nacional – que tendo sido fundada em 1972, só apareceu com efetivo impacto na política francesa no âmbito das eleições europeias de 1984, em que obteve cerca de 11% dos votos, mantendo-se, desde então, com resultados amiúde acima dos 10%. O autor considera desadequada a rotulação da Frente Nacional como um partido fascista (mormente pela sua ação inteiramente integrada num contexto democrático, representativo e parlamentar, não obstante algumas declarações nostálgicas do fascismo por parte do seu anterior presidente Jean-Marie Le Pen). Ao invés disso, Rémond alia a Frente Nacional aos conceitos de: extremismo, principalmente pelo simplismo com que reduz, muitas vezes sob a forma de maniqueísmos, a complexidade das escolhas e das situações

¹¹⁸ RÉMOND, 2005, pp. 238-246.

¹¹⁹ RÉMOND, 2005, pp. 247-268.

¹²⁰ A extrema-direita francesa e os seus vários representantes ao longo da história são analisados com profundidade mais à frente neste trabalho.

políticas – através “de la pauvreté des analyses et de la virulence de ses diatribes”¹²¹; nacionalismo, essencialmente virado para o combate à mundialização e espelhado na priorização de um discurso contra os imigrantes de outros continentes e de outras civilizações – com destaque para o caso de árabes, africanos e asiáticos; populismo, em função da reivindicação de um papel interventivo em prol dos cidadãos que não se sentem ouvidos pelos poderes políticos, nem representados politicamente, explorando o descontentamento da população. Acima de tudo, o partido pretende dar resposta tanto aos que “s’inquiètent pour la sauvegarde de l’identité nationale comme à ceux qui n’acceptent pas que d’autres aient des façons de vivre différentes des leurs et qui appellent de leurs vœux une politique discriminatoire”¹²².

Recentemente, Michel Winock retomou e desenvolveu a tese de Rémond¹²³, acrescentando um ramo da direita a que este não havia feito alusão no seu trabalho original, publicado em meados da década de 50: a direita radical ou nacional-populista. Nascida em finais do século XIX, no decorrer do caso Dreyfus, Winock atribui-lhe, na atualidade, um caráter protestatário (em relação à globalização e aos seus efeitos na economia) e identitário, presente nos constantes debates sobre aculturação e imigração – sobretudo no que toca ao caso dos imigrantes muçulmanos.

De vários outros autores que se debruçaram sobre a história e o percurso das direitas francesas¹²⁴, será de destacar, também, Jean-François Sirinelli¹²⁵ que, em “Les droites françaises”, relata a existência das direitas contrarrevolucionária, legitimista, orleanista, bonapartista, liberal, revolucionária, fascista, extremista e gaullista.

¹²¹ RÉMOND, 2005, p. 259.

¹²² RÉMOND, 2005, p. 267.

¹²³ WINOCK, Michel – *La Droite : hier et aujourd'hui*. Paris: Éditions Perrin, 2012.

¹²⁴ Cf., para teses semelhantes às de Rémond, por exemplo, BLOCK, Maurice – *Dictionnaire général de la politique*. Paris: O. Lorenz, Libraire-Éditeur, 1864 ; CHEVALLIER, Jean-Jacques – *Histoire des institutions et des régimes politiques de la France moderne, (1789-1958)*. Paris: Dalloz, 1958. Por outro lado, Zeev Sternhell contesta a tripartição de René Rémond, considerando-a uma possibilidade para uma explicação acerca da realidade do século XIX, mas não para o que aconteceu no século seguinte, onde, segundo Sternhell, prevaleceram duas direitas: uma amalgamadora de conservadores e liberais, e outra radical e revolucionária. Cf. STERNHELL, Zeev – *Ni droite ni gauche. L'idéologie fasciste en France*. Paris: Fayard, 2000.

¹²⁵ SIRINELLI, Jean-François – *Les droites françaises*. Éditions Gallimard, 1995.

2.2 – A extrema-direita em França

Nascida com a Revolução, a extrema-direita francesa tem-se constituído, desde aí, como um setor importante do espectro político gaulês, com uma história que permite encontrar aspetos comuns nos seus mais diversos representantes ao longo de mais de 200 anos.

Neste trabalho, para a análise das organizações mais à direita em França, focamo-nos na obra “Histoire de l’extrême droite en France”¹²⁶, dirigida por Michel Winock, que integra contributos de diferentes historiadores e politólogos.

Historicamente, seguindo a perspetiva do diretor da obra referida, a extrema-direita caracteriza-se por uma obsessão com a autoridade, sob a forma de um regime musculado, incarnada por uma personalidade inquestionável – um rei, um imperador ou um *duce*, por exemplo. Tal aspeto reveste-se de maior significado se encarado como um espelho da busca incessante pela ordem, conceito intrinsecamente ligado à oposição ao pluralismo e às diferenças políticas (pilares basilares da democracia liberal, um regime sem ordem, de acordo com a doutrina política em causa). Ou seja, na extrema-direita prevalece um gosto pela uniformização e homogeneização da sociedade, o que motiva a retórica inflamada contra determinadas figuras (os judeus têm sido, desde o aparecimento da extrema-direita, o alvo mais recorrente) para quem são canalizados os medos, as angústias e as iras da população. Pode-se definir um indivíduo de extrema-direita como alguém que:

“rêve d’un ordre stable, d’une autorité incarnée, d’un contrôle social étroit, de la permanence au sommet de l’État, et de la cohésion bétonnée de la société. Il vitupère le présent, en quête d’un âge d’or perdu. Sa référence constante au passé n’a pas pour fonction de magnifier l’histoire, l’évolution, le progrès, mais au contraire de rassurer son goût de la continuité et de l’invariable”¹²⁷.

No livro, Winock distingue duas grandes tradições da extrema-direita francesa: uma primeira, contrarrevolucionária, e outra, mais tardia, designada de populista ou nacional-populista¹²⁸. Os contrarrevolucionários (entre os quais os legitimistas), que já anteriormente estudámos enquanto parte da direita como um todo, surgiram

¹²⁶ WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l’extrême droite en France*. Paris: Points, 1994.

¹²⁷ WINOCK, Michel – Introduction. In WINOCK, 1994. pp. 7-16, *maxime* p. 16.

¹²⁸ De referir que as duas tradições de extrema-direita, tendo nascido em momentos diferentes, partilham bastantes caminhos históricos, não se devendo (muito pelo contrário) encará-las como movimentos inteira e permanentemente separados.

imediatamente após a Revolução, como seus opositores. A extrema-direita populista ou nacional-populista nasceu em 1880 e é abordada, na obra, no âmbito do boulangismo, da cultura antisemita exponenciada pelo Caso Dreyfus, dos apologistas do fascismo nos anos 20 e 30, do regime de Vichy, dos clandestinos e ativistas de extrema-direita entre o pós-Guerra e 1965, e, por fim, da Frente Nacional.

A história dos contrarrevolucionários¹²⁹ é, como o nome indica, a da oposição a 1789, num movimento que teve a sua maior relevância nos cem anos seguintes à Revolução. Desde aí e até à Restauração, balizada entre 1814 e 1830 (pese embora a monarquia aí iniciada tenha concebido uma Carta Constitucional influenciada pelo fenómeno revolucionário), a Contrarrevolução foi colecionando derrotas, mesmo com o forte apoio da Igreja ao longo do século XIX. Após a subida ao poder dos orleanistas (1830), os Bourbon afastaram-se da liderança francesa até ao fim do Segundo Império, em 1870. Aí, fruto da eleição numerosa de contrarrevolucionários (legitimistas) para a Assembleia Nacional, afigurava-se uma fusão entre estes e os orleanistas, mas o Conde de Chambord, pretendente Bourbon ao trono, recusou-se a participar numa restauração monárquica sob a bandeira tricolor francesa – o que obrigaria ao abandono da branca, bandeira do Antigo Regime e da Restauração, que havia sido descartada pelos orleanistas em prol da tricolor, símbolo da Revolução e, por consequência, do liberalismo parlamentar. Esse é, provavelmente, o último grande acontecimento que poderia ter alterado o destino da França, neste momento um país com uma forte matriz republicana.

A partir daí, a herança contrarrevolucionária foi assumida de forma passiva ou ativa. A primeira é vivida de forma recatada, através de leituras e relações privadas, que visam um culto ao passado glorioso, cuja consequência é um pessimismo ontológico atual conducente a uma abstenção no que toca à participação política ativa. Por outro lado, os ativistas, mais otimistas e crentes no sucesso da Contrarrevolução (sob a forma de uma monarquia ou de uma ditadura), englobam na sua mundividência: a defesa da família e dos valores religiosos (por via de uma educação católica, a única religião cujo culto julgam inteiramente livre, defensora da autoridade paternal e adversa à dissolubilidade do casamento, ao aborto e aos meios contraceptivos); o domínio da informação, através do estabelecimento da censura; e a existência de uma ordem social hierarquizada.

¹²⁹ WINOCK, Michel – L'héritage contre-révolutionnaire. In WINOCK, 1994. pp. 17-49.

Na década de 80 do século XIX, aproveitando uma crise do regime republicano provocada pela desilusão que grassava em incontáveis setores sociais, surgiu o general Boulanger¹³⁰, um líder carismático que pretendeu aproveitar todas as insatisfações dos cidadãos em relação ao regime para desenvolver a sua política nacionalista, xenófoba, autoritária, conservadora e antisemita. Usufruindo do seu carisma, e com recurso à demagogia, Boulanger, ministro da Guerra francês em 1886, e vencedor, nas eleições legislativas parciais de 1889, na circunscrição parisiense em que concorreu, formou o seu próprio grupo parlamentar (os boulangistas) na Assembleia Nacional, nunca tendo conseguido obter o acesso ao poder. Enquanto movimento político, o boulangismo viria a declinar rapidamente, conhecendo o seu fim em 1891.

No entanto, o lastro boulangista, em termos do aproveitamento de sentimentos antisemitas, prosseguiu¹³¹, mormente usufruindo dos contributos de Édouard Drumont, autor de “La France Juive”, publicado em 1886, que se revelou o grande ideólogo francês antisemita. Dirigindo-se aos meios populares católicos e/ou anticapitalistas, e tendo por base uma denúncia da suposta dominação da República francesa por parte dos judeus, visava unir os não republicanos e os republicanos desiludidos. O Caso Dreyfus¹³² (com diversos episódios entre 1894 e 1906) foi o episódio mais simbólico e propulsor do apoio à extrema-direita, porquanto lhe permitiu agregar ligas¹³³, antisemitas, xenófobos, antissocialistas, antimodernistas, neo-monárquicos e anticapitalistas – no entanto, as disputas de liderança numa série de movimentos doutrinalmente incoerentes e a subida do socialismo impediu a extrema-direita de se tornar num movimento político com real poder no espectro político francês¹³⁴.

Foi nessa altura, mais precisamente em 1889, que se assistiu à fundação, por iniciativa de Maurice Pujo e Henri Vaugeois, de uma das organizações mais importantes

¹³⁰ PROCHASSON, Christophe – Les années 1880: au temps du boulangisme. In WINOCK, 1994. pp. 51-82.

¹³¹ Cf. BIRNBAUM, Pierre – Affaire Dreyfus, Culture Catholique et antisémitisme. In WINOCK, 1994. pp. 83-123. É neste contributo que se baseia o parágrafo no qual se encontra esta nota.

¹³² O Caso Dreyfus consistiu num conjunto de acontecimentos relacionados com um caso de espionagem envolvendo Alfred Dreyfus, um oficial do exército francês de origem judaica. Cf. BREDIN, Jean-Denis – *L’Affaire*. Paris: Fayard, 1981.

¹³³ As ligas eram movimentos agregadores de cidadãos em torno de um ou mais objetivos comuns, podendo funcionar como forças políticas ou meros grupos de pressão. A Liga antisemita francesa foi uma das principais em finais do século XIX. Para uma resenha do percurso histórico das ligas francesas, cf. BERSTEIN, Serge – Les ligues, un phénomène de droite. In SIRINELLI, Jean-François (dir.) – *Histoire des droites en France*. Paris: Gallimard, 1992. pp. 61-62.

¹³⁴ WINOCK, Michel – Introduction. In WINOCK, 1994. p. 10.

não só da extrema-direita, como de toda a direita gaulesa: a Ação Francesa¹³⁵. O seu grande impulsionador, considerado “le théoricien le plus écouté de l’extrême droite française, particulièrement de la Grande Guerre au regime de Vichy”¹³⁶, foi Charles Maurras, que faria passar a Ação Francesa de um movimento nacionalista, antisemita, demandador de ordem e autoridade (oposto à democracia parlamentar), mas não monárquico, para uma organização igualmente nacionalista, crítica feroz da república, que via no contrarrevolucionarismo, incondicionalmente favorável à restauração da monarquia, a sua maior luta.

A Ação Francesa, conforme acima referido a propósito de Charles Maurras, teve entre as duas Grandes Guerras o seu período de maior influência, marcado pela ascensão do fascismo, movimento iniciado no princípio dos anos 20 e modelo de referência para diversos grupúsculos extremistas em França. Ao longo da década de 30, estremada pelos fenómenos fascistas na Alemanha e em Itália, “la demande d’*autorité*, la haine ou la *méfiance* de l’*étranger*, l’*antisémitisme*, la hantise de l’*ennemi intérieur*, l’*anticommunisme militant*, le *réveil du nationalisme*”¹³⁷ serviram de cimento ideológico para uma extrema-direita, incapaz de se unir por razões semelhantes às do período coincidente com o Caso Dreyfus, composta por anticomunistas, antisemitas, membros de ligas populistas, contrarrevolucionários da Ação Francesa, integristas católicos, etc¹³⁸.

Em 1940, a extrema-direita teve a sua única experiência no poder com o regime colaboracionista de Vichy¹³⁹, comandado pelo general Pétain, que ascendeu à liderança dos destinos franceses por via de uma crise identitária da população, fruto de sucessivas derrotas militares, da diluição do Estado e das muitas deserções de membros da classe política. O governo de Pétain assentou numa obsessão (com amplas raízes históricas, como já vimos) em torno das ideias de ordem e autoridade, traduzidas numa intenção de recuperar antigos valores morais e intelectuais, no etnocentrismo (e intrínseca exclusão de determinados membros da comunidade) e na condenação permanente de certos inimigos interiores.

Logo após o fim do regime de Vichy, em 1944, e posterior queda dos governos fascistas alemão e italiano, a extrema-direita viu-se condenada à irrelevância política e à

¹³⁵ Para verificar o percurso histórico da Ação Francesa, em que nos baseamos, cf. WINOCK, Michel – L’*Action française*. In WINOCK, 1994. pp. 125-156.

¹³⁶ WINOCK, Michel – L’*Action française*, In WINOCK, 1994. pp. 125-156, *maxime* p. 126.

¹³⁷ MILZA, Pierre – L’*ultradroite des années trente*. In WINOCK, 1994. pp. 157-189, *maxime* pp. 157.

¹³⁸ WINOCK, Michel – Introduction. In WINOCK, 1994. pp. 7-16, *maxime* p. 11.

¹³⁹ Cf. AZÉMA, Jean-Pierre – Vichy. In WINOCK, 1994. pp. 191-214.

clandestinidade, tendo muitos dos seus membros sido presos, por colaboracionismo, ou optado por sair do país. Entre 1945 e 1965¹⁴⁰, os dois acontecimentos que conseguiram retirar a extrema-direita da total marginalidade política foram a irrupção do poujadismo e a luta pela Argélia francesa¹⁴¹. O poujadismo, encabeçado por Pierre Poujade, apareceu com a União de defesa dos comerciantes e artesãos, cuja origem se deveu a uma revolta de cerca de 30 comerciantes contra a atuação do Fisco no controlo das suas contas. Antiparlamentar e com recurso frequente ao discurso contra os estrangeiros e os judeus, o seu grande foco de atração foi a defesa da Argélia francesa. Nas eleições legislativas de 1956, os poujadistas conseguiram obter cerca de 12% dos votos, o que lhes permitiu ocupar 52 assentos na Assembleia Nacional – entre os quais o reservado a Jean-Marie Le Pen. No entanto, nas legislativas de 1958, não conseguiu repetir o sucesso anterior, perdendo quase todos os seus deputados e, conseqüentemente, o seu peso apreciável na política francesa.

A mais recente aparição impactante da extrema-direita em França é a da Frente Nacional, partido cuja análise vai ser aprofundada numa outra secção deste capítulo. Na obra de Winock, a FN é, a par do que é a perspetiva de diversos autores estudados no primeiro capítulo desta investigação, enquadrada numa “contrarrevolução silenciosa” de um setor autoritário em resposta à “revolução silenciosa” pós-materialista. Contrariamente a um maior liberalismo demonstrado pelos pós-materialistas, o autoritarismo centra-se em aspetos como “le respect rigide de l’authorité, l’intolérance pour les minorités, l’attachement aux costumes et aux valeurs morales et religieuses”¹⁴².

Ainda assim, a obra coletiva dirigida por Winock está longe de esgotar o rol de investigações debruçadas na história e no papel da(s) extrema(s)-direita(s) ao longo da contemporaneidade francesa¹⁴³. No livro “L’Extrême Droite en France”¹⁴⁴, Jean-Christian Petitfils aponta para uma corrente tradicionalista e contrarrevolucionária que sustenta as outras duas: a nacionalista e a fascista. No entanto, para esse autor, esses três ramos da extrema-direita gaulesa não são necessariamente independentes uns dos

¹⁴⁰ Em 1965, Jean-Louis Tixier-Vignancour concorreu às presidenciais francesas, tendo como diretor de campanha Jean-Marie Le Pen. O ponto central da candidatura era a defesa de uma Argélia francesa.

¹⁴¹ RIOUX, Jean-Pierre – Des clandestines aux activistes. In WINOCK, 1994. pp. 215-241.

¹⁴² PERRINEAU, Pascal – Le Front national: 1972-1994. In WINOCK, 1994. pp. 243-299, *maxime* p. 298.

¹⁴³ Para além das obras de Petitfils e de Chebel d’Appollonia, que são discutidas em seguida, existem vários outros exemplos de estudos sobre a extrema-direita francesa. Cf., por exemplo, ARNOLD, Edward J. – *The Development of the Radical Right in France: From Boulanger to Le Pen*. London: MacMillan, 2000; BRIGOULEIX, Bernard – *L’extrême-droite en France*. Paris: Fayolle, 1977.

¹⁴⁴ PETITFILS, Jean-Christian – *L’Extrême Droite en France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

outros, existindo até organizações e movimentos situados em mais do que uma corrente ou na interseção de duas (ou até três) deles. Noutra obra, Ariane Chebel d'Appollonia, para além de características como a oposição ao materialismo, capitalismo e coletivismo, acredita que o fator agregador da extrema-direita reside na “rejet systématique d'une philosophie, d'une forme de gouvernement, d'une manière de vivre modifiée par l'affranchissement spirituel”¹⁴⁵.

2.3 – A Frente Nacional

A Frente Nacional (FN) é um partido francês liderado por Marine Le Pen desde janeiro de 2011. A organização, fundada em 1972, foi presidida por Jean-Marie Le Pen durante cerca de 40 anos – desde a sua fundação até à sucessão protagonizada pela sua filha Marine. Vencedora das eleições europeias de 2014, conta com 83 mil militantes, o número mais elevado da sua história¹⁴⁶.

Em 2015, o partido vive uma das eras mais pujantes da sua existência, dado encontrar-se presente em todas as frentes do combate político nacional e internacional. Internamente, conta com dois senadores, dois deputados na Assembleia Nacional, 11 presidentes de municípios, mais de 1500 conselheiros regionais e 62 membros nos conselhos departamentais. No Parlamento Europeu, fruto dos resultados de 2014, tem 23 deputados nas suas fileiras.

Para estes excelentes resultados em muito contribuiu a campanha de “desdiabolização” encetada por Marine Le Pen desde que lidera o partido. A forma negativa como uma parte considerável do eleitorado e da imprensa em geral olha(va) para a Frente Nacional deve (devia?) muito ao período de presidência de Jean-Marie Le Pen – não só tendo por base as origens históricas da FN, intimamente relacionadas com (e com base em) organizações de extrema-direita, mas também as constantes afirmações polémicas do pai da atual líder: desde a sua amiúde reiterada opinião de que as câmaras

¹⁴⁵ CHEBEL D'APOLLONIA – *L'extrême-droite en France: De Maurras à Le Pen, Volume 1*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1996. p. 59.

¹⁴⁶ AFP – Le nombre d'adhérents FN multiplié par 12 depuis 2007, selon le parti. **Libération** [Em linha]. 31/10/2014. [Consultado em 18/05/2015]. Disponível em: http://www.liberation.fr/politiques/2014/10/31/le-nombre-d-adherents-fn-multiplie-par12-depuis2007-selon-le-parti_1133438.

de gás foram um “detalhe” na história da Segunda Guerra Mundial¹⁴⁷ até à sua mais recente resposta a um grupo de artistas franceses e internacionais, entre os quais o judeu Patrick Bruel, declarando que "da próxima vez faremos uma fornada com eles"¹⁴⁸. A reincidência nas afirmações relativas às câmaras de gás como “um detalhe” da Segunda Guerra Mundial e o facto de não considerar o general Pétain, líder colaboracionista francês durante a Segunda Guerra Mundial, um traidor levou à expulsão, em agosto de 2015, de Jean-Marie Le Pen do partido¹⁴⁹. Após essa decisão, o ex-presidente e fundador da FN anunciou a intenção de criar uma nova aliança política, denominada “Rassemblement bleu blanc rouge” (“Aliança azul branco e vermelho”, em tradução livre), que pretende agregar diversos movimentos da extrema-direita francesa e agir de forma próxima ou até dentro da FN, não sendo excluída, ainda assim, a subsistência dessa aliança fora do partido liderado pela sua filha¹⁵⁰. O objetivo é o estabelecimento de uma associação semelhante ao “Rassemblement Bleu Marine”, sob o qual, desde 2012, os candidatos da FN se candidatam.

Assim, de acordo com a análise do sociólogo francês Sylvain Crépon, com Marine Le Pen ao leme, a Frente Nacional: tem mantido um discurso dual, pretendendo ser um partido antissistema, mas que joga o xadrez político como todos os outros; regressou às suas linhas fundamentais: medo da imigração e da insegurança, opondo-se à imigração esgrimindo o argumento republicano da laicidade, ao referir a existência de determinados imigrantes, mormente muçulmanos, que vão contra os valores arreigados do país; aposta na boa imagem, jovial, de Marine Le Pen comparativamente ao que ocorria com o seu pai; e marginalizou a velha guarda frentista, associada a tendências extremistas e a um discurso marginal e bastante agressivo¹⁵¹.

¹⁴⁷ FORCARI, Christophe – Les chambres à gaz, toujours un «détail» pour Jean-Marie Le Pen. **Libération** [Em linha]. 02/04/2015. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: http://www.liberation.fr/politiques/2015/04/02/les-chambres-a-gaz-toujours-un-detail-pour-jean-marie-le-pen_1233597.

¹⁴⁸ RIBEIRO, Daniel – Marine le Pen condena declarações antisemitas do pai. **Expresso** [Em linha]. 08/06/2014. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/marine-le-pen-condena-declaracoes-antisemitas-do-pai=f874710#ixzz3IoiPpK1y>.

¹⁴⁹ Cf. BBC – French National Front expels founder Jean-Marie Le Pen. **BBC** [Em linha]. 20/08/2015. [Consultado em 16/09/2015]. Disponível em : <http://www.bbc.com/news/world-europe34009901>.

¹⁵⁰ BERDAH, Arthur – Jean-Marie Le Pen veut un «Rassemblement Bleu Blanc Rouge» pour «agir avec le FN». **Le Figaro** [Em linha]. 07/09/2015. [Consultado em 16/09/2015]. Disponível em : <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2015/09/05/25001-20150905ARTFIG00133-jean-marie-le-pen-veut-un-rassemblement-bleu-blanc-rouge-pour-agir-avec-le-fn.php>.

¹⁵¹ LEVISALLES, Natalia - «La présidente du Front national démocratise la xénophobie». **Libération** [Em linha]. 22/04/2012. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: http://www.liberation.fr/politiques/2012/04/22/la-presidente-du-front-national-democratise-la-xenophobie_813633.

Verifica-se, assim, que o partido continua a ter como principais características: o eixo fundamental da sua política associando imigração (sendo, neste momento, a que envolve os muçulmanos o maior alvo) a insegurança e desemprego; a retórica, populista, antissistema e respetivas elites; a “prioridade nacional” (designada por “preferência nacional” na era Jean-Marie Le Pen) aos franceses em matéria de emprego e habitação; e a oposição à União Europeia e à globalização/mundialismo¹⁵² (fenómeno encarado como causadora da desindustrialização e, por consequência, do aumento do desemprego).

Desde a sua fundação, tal como se comprova pelos estudos analisados anteriormente neste trabalho, a Frente Nacional é considerada, pela quase generalidade dos investigadores, um partido de extrema-direita. Todavia, os seus dirigentes recusam terminantemente esse rótulo¹⁵³, preferindo dizerem-se parte de um movimento nem de direita nem de esquerda¹⁵⁴, e/ou “populista” ou “nacional-populista”¹⁵⁵. A atual líder do partido considera mesmo que “[a]ffubler le FN du terme d'extrême droite est une faute déontologique des journalistes, militantisme et une bavure intellectuelle”, pois vê esse termo como uma associação “à des nazis, à des racistes, à des antisémites ou à des meurtriers”¹⁵⁶.

A verdade é que a organização consiste numa associação de várias correntes ideológicas, cada uma com a sua história e tradição dentro (e fora) do partido. Podem-se evidenciar a existência de quatro grandes famílias internas: os “nacionais”

¹⁵² “Les termes «mondialiste» et «mondialisme» sont utilisés par le FN depuis les années 1990 pour désigner le projet de mondialisation, et, mieux, lui attribuer des intentions malfaisantes et dangereuses.” Cf. BALENT, Magali – *Le monde selon Marine*. Paris: Armand Colin, 2012. p. 33. Esse projeto globalizante consiste, de acordo com a FN, numa “new utopian ideology, which sought to destroy nations, mix peoples and cultures, do away with borders in an effort to erase all differences and, finally, destroy any sense of identity”. Cf. BETZ, Hans-Georg – Xenophobia, Identity Politics and Exclusionary Populism in Western Europe. In FELDMAN, Matthew; GRIFFIN, Roger (eds.) – *Fascism – Critical concepts in political science*. Volume 5. London: Routledge, 2004. pp. 51-68, *maxime* p. 55.

¹⁵³ Tal recusa vai ao encontro do mencionado por Hainsworth quando escreve que extrema-direita “is not a label that is readily accepted or claimed by the parties and movements (or their supporters) described as extreme right”. Cf. HAINSWORTH, 2008, p. 5.

¹⁵⁴ Adotado com maior frequência desde 1995, o slogan “ni droite ni gauche”, associado à direita revolucionária sob o ponto de vista de Zeev Sternhell, permite à FN afirmar-se como defensora de posições geralmente exclusivas de direita ou esquerda. Cf. BOLTANSKI, Luc; ESQUERRE, Arnaud – *Vers l'extrême, Extension des domaines de la droite*. Bellevaux: Éditions Dehors, 2014.

¹⁵⁵ RANGIN, Magali – Le Pen sur BFMTV: “nous ne sommes pas un mouvement d'extrême droite”. **BFMTV** [Em linha]. 03/10/2013. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: <http://www.bfmtv.com/politique/marine-pen-nous-ne-sommes-pas-un-mouvement-dextreme-droite616416.html>.

¹⁵⁶ OSTER, Adrien – Le Front national de Marine Le Pen est-il un parti d'extrême droite?. **Le Huffington Post** [Em linha]. 03/10/2015. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: http://www.huffingtonpost.fr/2013/10/03/marine-le-pen-front-national-extreme-droite_n_4035588.html.

(*nationaux*¹⁵⁷), os católicos tradicionalistas, a “nova direita” (*nouvelle droite*) e os nacionalistas revolucionários¹⁵⁸.

Os “nacionais” são a corrente mais moderada do partido, responsável pelo seu mais recente processo de “desdiabolização” tendo em vista a chegada ao poder – havendo uma larga quantidade de membros que defendem alianças com o resto da direita, mormente na política local. Em clara maioria no interior da Frente Nacional, é, hoje em dia, a tendência agregadora dos herdeiros da ação política do anterior presidente do partido, tendo servido, nos seus primórdios, como fator de união de, entre outros, poujadistas, e nostálgicos de Vichy e/ou da Argélia francesa.

Já os católicos tradicionalistas destacam-se pelo seu apego ao legado de Charles Maurras, bem como pela luta pelas causas cristãs – e respetiva importância quer para a identidade francesa, quer para todo o mundo. Esta corrente, cuja entrada no partido se deu no final da década de 70 e que mantém ainda uma clara disposição antisemita, tem em Bruno Gollnisch, eurodeputado, e candidato batido por Marine Le Pen nas eleições internas do partido em 2011, o seu principal rosto.

Bruno Mégret foi, por sua vez, o grande teórico e introdutor da corrente da “nova direita” na Frente Nacional. Baseada, sobretudo, no GRECE (*Groupement de recherche et d'étude pour la civilisation européenne*, criado em 1969) e no *Club d'Horloge* (cujo surgimento, em 1974, juntando funcionários e professores das *grandes écoles*, procurava “devenir l'axe de pénétration de la «nouvelle droite» dans les grands partis de droite”¹⁵⁹), continua a manter uma importância considerável no seio do partido – a título de exemplo, podemos apontar dois seguidores desta corrente, Bruno Bilde e Steeve Briois, dois colaboradores próximos de Marine Le Pen. Defensora do “diferencialismo” (entendido como a valorização da riqueza inerente à pluralidade de identidades e de civilizações, enquanto entidades definidas biologicamente, numa doutrina consubstanciada na recusa do cosmopolitismo), encontra nele o alicerce para condenar a mistura (de civilizações) e a “desnaturação identitária” do Ocidente provocada pelos imigrantes não-europeus.

Por último, surge a corrente interna menos numerosa e mais radical, os nacionalistas revolucionários. Agrupando neonazis, antisemitas, negacionistas e

¹⁵⁷ *Nationaux* (e termos como *national*) é um rótulo aplicado aos partidos políticos nos quais toda a sua ação é justificada como estando exclusivamente relacionada com os interesses da nação. Aplica-se, por isso, a organizações de carácter nacionalista.

¹⁵⁸ BALENT, 2012, pp. 121-123.

¹⁵⁹ PERRINEAU, Pascal – *Le Front national: 1972-1994*. In WINOCK, 1994. pp. 243-299, *maxime* p. 298.

admiradores de ditaduras como a do apartheid, teve o seu maior espaço de influência na Frente Nacional na década de 70. Imperialistas (apoiando-se na ideia de “darwinismo social”), destacam-se igualmente pelo seu caráter antiamericano e antisemita, assim como pela luta contra o islamismo e a “nova ordem mundial”¹⁶⁰.

A fundação da Frente Nacional está associada a acontecimentos históricos de tremenda influência nacional (francesa) e mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma queda abrupta na importância dos movimentos nacionalistas e de extrema-direita, dado os países (mormente a Alemanha e a Itália) ligados a regimes com tais ideologias terem acabado por ser os grandes derrotados nesse conflito, do qual saíram indelevelmente associados às mais execráveis atrocidades.

No entanto, na sequência da Guerra Fria, a nível europeu muitos deles acabaram por se organizar e reaparecer, encontrando no comunismo o seu principal inimigo. No caso particular francês, como já tivemos oportunidade de constatar, houve ainda outra situação suscitadora de união entre as organizações de extrema-direita: a causa da Argélia francesa. A guerra nesse país – na qual Jean-Marie Le Pen combateu – iniciou-se em 1954 e terminou com os Acordos de Évian (que colocaram um ponto final na guerra, em 1962, abrindo o caminho à independência argelina). Charles de Gaulle, presidente da república à época desses Acordos e, naturalmente, um dos seus signatários, foi (e ainda é) considerado o principal responsável pela perda da Argélia por parte de alguns setores nacionalistas franceses¹⁶¹. Foi no combate a de Gaulle que se agruparam os nacionalistas franceses, sucedendo-se, entre 1963 e 1973, nesse campo político, os movimentos agregadores. Deve-se precisamente a um deles (a *Ordre nouveau*, que durou entre 1969 e 1973) o surgimento da *Front National pour l'unité française* (FNUF)¹⁶², em 5 de Outubro de 1972¹⁶³. Olhando para a composição inicial,

¹⁶⁰ A “nova ordem mundial” (ou “mundialismo”) passa por um suposto projeto de dominação do mundo, liderado pelos Estados Unidos, cujo principal objetivo é o de acabar com as nações e identidades nacionais, fazendo imperar uma ideologia ultraliberal, causadora de um mercado livre global. Cf. BALENT, 2012, pp. 50-55.

¹⁶¹ A herança de Charles de Gaulle é um tema controverso no interior da Frente Nacional. Marine Le Pen diz partilhar a visão de soberania francesa do fundador da Vª República (integrando-a no discurso frentista de recusa da integração na União Europeia), mas afirma que “il y a entre De Gaulle et moi la guerre d'Algérie”. Cf. BONI, Marc - La célébration de la mort de De Gaulle divise au sein du FN. **Le Figaro** [Em linha]. 09/04/2014. [Consultado em 18/05/2015]. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/couacs/2014/11/09/25005-20141109ARTFIG00108-le-celebration-de-la-mort-de-de-gaulle-divise-au-sein-du-fn.php>.

¹⁶² Ainda que, desde o seu aparecimento, o partido seja usualmente chamado de *Front National* (FN), em termos estatutários a designação oficial de FNUF só foi abandonada em 1995.

¹⁶³ MESTRE, Abel – 5 octobre 1972 : le jour où Jean-Marie Le Pen est devenu président. **Le Monde** [Em linha]. 05/10/2012. [Consultado em 18/05/2015]. Disponível em:

comprova-se a capacidade da Frente Nacional – uma constante ao longo da sua própria história – de unir:

“les différentes sensibilités et individualités de l’extrême droite française (...): anciens SS, anciens collaborateurs du regime de Vichy, anciens poujadistes et militants de l’Algérie française, nationalistes-révolutionnaires, royalistes, auxquels s’associent des personnalités diverses, mais chacune s’adapte, en fonction de sa culture politique propre, aux thèmes de la propagande frontiste émergente”¹⁶⁴.

Para liderar a FN, a escolha, feita no dia sua fundação, recaiu em Jean-Marie Le Pen. Uma opção perfeitamente entendível, porquanto, como pergunta o *Le Monde*: “Qui de meilleur qu'un ancien poujadiste, ancien parlementaire¹⁶⁵, ancien d'Indo" et d'Algérie¹⁶⁶”¹⁶⁷.

Até 1982, a Frente Nacional obteve resultados medíocres em todas as eleições nas quais participou – aliás, a título de exemplo, refira-se que, em 1979, não se apresentou nas eleições europeias e, em 1981, não conseguiu sequer reunir as assinaturas necessárias para concorrer. Em 1982 e 1983, o partido alcançou números interessantes nas eleições cantonais¹⁶⁸ e nas municipais¹⁶⁹, dando alguma visibilidade à organização. No entanto, só em 1984 é que a FN, até então irrelevante na disputa política francesa (não havia conseguido qualquer resultado político de importância nacional), viria a conhecer o seu primeiro grande sucesso: nas eleições europeias, os frentistas obtiveram 11% dos votos, o que permitiu a eleição de 10 eurodeputados.

Podemos apontar duas principais causas para a irrupção do partido: o aumento da visibilidade mediática e as circunstâncias económicas e sociais.

http://www.lemonde.fr/politique/article/2012/10/05/5-octobre1972-le-jour-ou-jean-marie-le-pen-est-devenu-president_1770636_823448.html.

¹⁶⁴ IGOUNET, 2014, p. 10.

¹⁶⁵ Recorde-se que Le Pen foi eleito deputado, em 1956, nas listas do movimento iniciado por Pierre Poujade, caracterizado pelo populismo espelhado numa retórica antiparlamentar e anti-intelectual, pretensamente defensora dos mais desprotegidos.

¹⁶⁶ Le Pen foi soldado nas guerras da Indochina (território para o qual se deslocou em 1954) e da Argélia (renunciou ao seu lugar de deputado, em setembro de 1956, para ir para combater nesse conflito).

¹⁶⁷ MESTRE, 2012.

¹⁶⁸ Em março de 1982, a obtenção de 13,30%, 12,63%, 10,34% e 9,58% dos votos em Grande-Synthe, Dreux-Oest, Pont-de-Chéruy e Dreux-Est, respetivamente, foram os melhores resultados da Frente Nacional nas eleições cantonais desse ano.

¹⁶⁹ Para o partido, as eleições municipais de 1983 ficaram marcadas essencialmente por dois resultados. Primeiro, os 16,72% de votos que a sua lista obteve, na primeira volta, em Dreux (em eleições municipais parciais). Na segunda ronda, a Frente Nacional aliou-se com a direita e, após ter alcançado a vitória, Jean-Pierre Stirbois, secretário-geral da organização desde 1981, tornou-se presidente-adjunto do município; e os 11,2% de votos que Jean-Marie Le Pen obteve em Paris. Para além disso, notar que, nas eleições legislativas parciais decorridas em dezembro de 1983, em Morbihan (segunda circunscrição), Le Pen logrou alcançar 12% dos votos.

A par (e devido) aos resultados interessantes em eleições de menor dimensão, foi em meados da década de 80 que Jean-Marie Le Pen começou a obter uma maior atenção dos meios de comunicação social, tendo participado pela primeira vez, a 18 de setembro de 1983, numa emissão política – num programa (*Le Club de la presse*) da estação de rádio *Europe 1*. Na televisão, o momento de maior mediatismo ocorreu aquando do convite ao então líder da Frente Nacional para uma entrevista no programa *L'Heure de vérité*, transmitido na televisão pública *Antenne 2* (atual *France 2*), que ficou marcada pelo minuto de silêncio pedido por Le Pen em memória dos milhões de vítimas mortais sob ditaduras comunistas. Essas aparições permitiram ao partido integrar a chamada “oferta política efetiva”¹⁷⁰ (*offre politique effective*), pois, dada a sua crescente notoriedade, conseguiu entrar nos cálculos políticos dos cidadãos franceses, mormente nos dos menos interessados nas questões políticas.

Já no que concerne ao contexto económico-social, seguindo a análise de Perrineau¹⁷¹, verificamos que, após o surgimento, já abordado, de grupos de estudos e de investigação ligados a uma “nova direita”, com o intuito de alcançar a vitória cultural a que se seguiria a vitória política (conforme os ensinamentos de Gramsci, marxista italiano), sensivelmente a meio dos anos 70 assistiu-se ao início de uma longa crise económica e social. Fatores como o abrandamento do crescimento económico, a inflação elevada, o crescimento do desemprego e das desigualdades associados ao aumento da criminalidade e (em consequência) do sentimento de insegurança preocupavam severamente a opinião pública francesa. No início da década de 80, e à medida que se iam aprovando leis a reforçar a segurança, os imigrantes começaram a tornar-se os “bodes expiatórios”, culpados do desemprego e da insegurança, abrindo caminho à retórica clássica da extrema-direita. Ao sentir-se socialmente marginalizada, a comunidade imigrante reagiu, criando uma rede de associações de solidariedade social com uma abrangência comunitária, o que terá colidido com o modelo francês de integração individual¹⁷². Perante o sentimento de “invasão” imigratória do “seu” espaço (quer estejamos a falar de uma escala nacional ou numa de *quartier*), constatou-se a

¹⁷⁰ LE BOHEC, Jacques – *Sociologie du phénomène Le Pen*. Paris : La Découverte, 2005.

¹⁷¹ PERRINEAU, Pascal – *Le Front national: 1972-1994*. In WINOCK, 1994. pp. 243-299, *maxime* 247-251.

¹⁷² Tipicamente, o modelo clássico de integração francês é associado à ideia de integração individual do cidadão na sociedade, secundarizando as especificidades étnicas e culturais das populações imigrantes. Para uma explicação (crítica) deste conceito, cf. BERTOSI, Christophe – “Quando a França discute a “crise” do seu modelo de integração”. [Consultado em 28/05/2015]. Disponível em: http://www.gulbenkian.pt/images/mediaRep/institucional/fundacao/programas/PG%20Desenvolvimento%20Humano/pdf/C_Bertossi_PT.pdf.

existência de uma reação identitária da parte de muitos cidadãos franceses – “la voie est libre pour que s’épanouisse un nationalisme français, populiste et xénophobe”¹⁷³.

O ano de 1984 ficou marcado pelo arranque imparável, com ligeiríssimas oscilações, da Frente Nacional como um partido a ter em conta no xadrez eleitoral gaulês. Dois anos depois, em 1986 – e depois de conseguir 8,7% dos votos na primeira volta das eleições cantonais em 1985, elegendo, pela primeira vez, o primeiro conselheiro geral da história do partido –, a FN obteve a maior representação parlamentar nos seus mais de 40 anos de vida: 35 deputados, fruto dos 9,7% dos votos. Foram as primeiras e únicas eleições legislativas da Vª República que, ao invés da utilização do método de escrutínio uninominal maioritário a duas voltas¹⁷⁴, foram disputadas recorrendo ao método proporcional¹⁷⁵. No entanto, a experiência parlamentar de 34 dos 35 deputados eleitos iria terminar abruptamente em 1988, após François Mitterrand ter convocado eleições legislativas antecipadas, realizadas em junho, novamente com a utilização do escrutínio maioritário. Ainda que, na primeira volta, a FN tenha recolhido, novamente, 9,7% dos votos, dessa feita só Yann Piat foi reeleita¹⁷⁶. Cerca de dois meses antes, Jean-Marie Le Pen havia arrebatado 14,38% dos votos na primeira volta das eleições presidenciais, ficando em quarto lugar¹⁷⁷.

Os anos seguintes foram de consolidação destes resultados: nas presidenciais de 1995, Le Pen teve 15,3% dos votos na primeira volta. Tendo em conta as eleições

¹⁷³ PERRINEAU, Pascal – *Le Front national: 1972-1994*. In WINOCK, 1994. pp. 243-299, *maxime* p. 251.

¹⁷⁴ A Frente Nacional opõe-se veementemente ao escrutínio uninominal maioritário a duas voltas por considerar que não assegura “ni la libre expression ni la représentation, même marginale, de toutes les sensibilités politiques. Ainsi, le scrutin majoritaire à deux tours empêche la représentation d’une part importante de l’électorat : un parti politique obtenant 15% des voix au premier tour de ces élections peut se voir purement et simplement privé de représentation politique à l’Assemblée nationale”. Cf. LE PEN, Marine – “Communiqué de presse du Front National”. (2012). [Consultado em 21/05/2015]. Disponível em: <http://www.frontnational.com/2012/12/communique-de-presse-du-front-national13/>.

¹⁷⁵ As eleições legislativas de 1986 e o método eleitoral nelas utilizado foram, segundo Ignazi, um dos quatro eventos fundamentais que explicam o crescimento da FN. Os outros foram: a radicalização e a dicotomização na vida política francesa desde 1981, os problemas sociais (como a imigração e a insegurança) e o descrédito da classe política e dos partidos tradicionais para fazer face a problemas como o desemprego. Cf. IGNAZI, Piero – *Un nouvel acteur politique*. In MAYER, Nonna e PERRINEAU, Pascal (dirs.) – *Le Front National à decouvert*. 2ème édition. Paris: Presses de Sciences Po, 1996. pp. 63-80.

¹⁷⁶ Em setembro de 1988, e após um ano antes já ter qualificado as câmaras de gás nazis como “um detalhe da história” da Segunda Guerra Mundial, Jean-Marie Le Pen atacou Michel Darfour, ministro do governo de Michel Rocard, referindo-se a ele como “Mr. Durafour-crematoire” [em francês, “four-crematoire” significa forno crematório, o que remete para os campos de concentração nazis da Segunda Grande Guerra]. Após criticar estas declarações de Jean-Marie Le Pen, Yann Piat acabou por ser expulso do partido em outubro de 1988, deixando-o sem representação parlamentar. Birenbaum considera este tipo de declarações de Le Pen uma forma de unir o partido e também de provocar uma reação mediática. Cf. BIRENBAUM, Guy – *Le Front National en politique*. Paris: Balland, 1992. p. 144.

¹⁷⁷ Nas presidenciais anteriores, em 1974, Le Pen havia-se quedado pelos 0,74% de votos, na primeira volta e, em 1981 não conseguiu sequer recolher as 500 assinaturas necessárias para concorrer.

européias, o partido elegeu dez e 11 eurodeputados (em 1989 e 1994, respetivamente), enquanto, nas legislativas de 1993 (12,4% dos votos e nenhum eleito) e de 1997 (15% dos votos e a eleição de Jean-Marie Le Chevallier) se verificou, uma vez mais, o insucesso frentista derivado do método de escrutínio utilizado em França¹⁷⁸. Em eleições regionais (1992 e 1998) a Frente Nacional elegeu, em cada uma, mais de 200 conselheiros e, nas cantonais de 1998, três conselheiros-gerais foram eleitos. Já 1989 e 1985 foram anos de municipais e se, nas primeiras, a par de cerca de 1200 eleitos para os conselhos municipais, Charles de Chambrun, candidato da Frente Nacional, se conseguiu tornar o presidente do município de Saint-Gilles (Gard), em 1995 o sucesso foi maior: as *communes* (municípios) de Marignane, Orange e Toulon passaram a ser lideradas pela FN (em 1997, Vitrolles tornar-se-ia a quarta, no âmbito de eleições municipais parciais), que conseguiu também obter mais de 2000 lugares nos conselhos municipais.

Entre 1998 e inícios de 1999, ocorreu um dos episódios mais turbulentos da existência da Frente Nacional: o da cisão interna entre Jean-Marie Le Pen e Bruno Mégret, o grande autor da profissionalização do partido e seu número dois até à sua saída da organização. Sustentada em duas visões diferentes sobre o papel da FN na política francesa (Mégret defendia a normalização da FN e a sua transformação num partido de governação¹⁷⁹), a rutura, subsequente a diversos momentos de tensão interna, foi tornada pública em agosto de 1998, quando Mégret afirmou a sua discordância com a escolha de Jany Le Pen para encabeçar as listas da organização nas eleições europeias do ano seguinte, caso o seu marido Jean-Marie não se pudesse candidatar¹⁸⁰, julgando ser natural que fosse o número dois do partido o escolhido para o lugar. A cisão definitiva deu-se numa reunião interna, decorrida em 5 de dezembro desse ano, seguindo-se a suspensão dos “traidores”, ou seja, de Mégret e respetivos aliados mais próximos. Após a sua saída do partido, Mégret acabaria por criar uma nova organização, à qual aderiu uma quota considerável dos membros da FN, a que chamaria *Front*

¹⁷⁸ Neste ponto, é importante mencionar a eleição, em 1989, de Marie-France Stirbois após eleições legislativas parciais na segunda circunscrição de Eure-et-Loir.

¹⁷⁹ De acordo com Ivaldi, a principal razão desencadeadora da cisão foi precisamente a divergência relativa às possíveis alianças com os outros partidos de direita. Cf. IVALDI, Gilles – *La scission du Front National. Regards sur l'actualité*. Paris. N.º 251 (1999). pp. 17-32.

¹⁸⁰ No decorrer de uma agressão, em 1997, em Mantes-la-Jolie, a Annette Peulvast-Bergeal, uma das contendoras na disputa para a eleição para a Assembleia Nacional na circunscrição onde concorria a sua filha Marie-Caroline, Jean-Marie Le Pen esperava uma decisão judicial sobre o seu impedimento (ou não) de se candidatar às eleições. O então presidente do partido acabou por conseguir apresentar-se como líder das listas da FN, mas, no final de março de 1999, a Justiça francesa confirmou a sua inelegibilidade durante um ano, o que implicou a perda dos seus lugares no Parlamento Europeu e no conselho regional.

National – Mouvement national, tendo, posteriormente, por imperativos jurídicos (porque igual à do seu anterior partido), alterado a designação para *Mouvement national républicain* (MNR). A cisão levou a que, no final de 1999, a Frente Nacional perdesse 141 dos seus 273 conselheiros regionais, 500 conselheiros municipais (em 1250), dois (em quatro) presidentes de municípios, três conselheiros-gerais em oito, três deputados europeus em 12 e cerca de 40% dos seus militantes¹⁸¹. Ainda mal refeita da sua crise, a Frente Nacional acabaria por obter somente 5,70% dos votos nas eleições europeias de 1999, conseguindo, dessa forma, eleger cinco eurodeputados – o partido de Mégret alcançou 3,28% dos votos.

Nos anos seguintes, até ao final do período em que Jean-Marie Le Pen presidiu a Frente Nacional, à exceção do ano de 2002 (onde o líder do partido conseguiu passar à segunda volta das presidenciais, onde praticamente não conseguiu aumentar a votação da primeira volta – que havia sido de quase 17% –, perdendo para Jacques Chirac), a Frente Nacional viria a recuar nos seus resultados¹⁸², parecendo ser incapaz de voltar aos seus melhores anos.

Em 2011, o 14.º congresso da Frente Nacional viria a consagrar Marine Le Pen como presidente do partido, após ter triunfado nas eleições internas frente a Bruno Gollnisch. A filha de Jean-Marie Le Pen, que passou a presidente honorário da organização (cargo que ainda mantém, mesmo tendo sido, como militante, expulso), era vice-presidente da FN desde 2003, eurodeputada eleita desde 2004 (cargo que ainda ocupa), tendo conseguido também atingir a segunda volta em Hénin-Beaumont, nas eleições legislativas de 2007, façanha já alcançada nas de 2002, na 13.ª circunscrição de Pas-de-Calais. A sua chegada deu um novo impulso ao partido (se, em 2010, contava com cerca de 20000 membros, esse número mais do que duplicou – para quase 47000 – no ano seguinte) que, no ano de 2012, viu a sua líder obter 17,9% dos votos nas presidenciais (uma percentagem superior à que o seu pai havia obtido em 2002) e, nas legislativas do mesmo ano, perder por pouco mais de 100 votos a eleição pela 11.ª

¹⁸¹ DÉZÉ, Alexandre – *Le Front national: à la conquête du pouvoir?*. Paris: Armand Colin, 2012. p. 183.

¹⁸² Para além das presidenciais de 2002, Le Pen concorreu também nas de 2007, ficando-se pelos 10,44% dos votos. Excetuando essas, as eleições com maior relevância em que a Frente Nacional participou, durante o período destacado, foram: as legislativas de 2002 (11,34% dos votos na primeira volta, mas nenhum eleito) e 2007 (4,29% dos votos na primeira volta, novamente inúteis para obter qualquer representação parlamentar). Nas europeias, após, em 2004, ter eleito sete eurodeputados, baixou para três, em 2009, a sua representação no Parlamento da União. Nas eleições regionais e municipais houve igualmente um decréscimo nos seus resultados – se, nestas, conseguiu ainda, em 2001, (re)conquistar uma autarquia (Orange), o mesmo já não acontecendo em 2008, nas eleições regionais (2004 e 2010) baixou de 14,7% dos votos na primeira volta (156 conselheiros regionais eleitos) para 11,42% dos votos, também na primeira volta, o que reduziu para 118 a quantidade de representantes.

circunscrição de Pas-de-Calais – no total, na primeira volta, a Frente Nacional obteve cerca de 14% dos votos, e acabou por eleger dois deputados: Gilbert Collard e Marion Maréchal-Le Pen.

Uma vez explicada a situação global da Frente Nacional desde a chegada à liderança da filha do anterior líder, focamo-nos numa análise ao eleitorado do partido.

Na era Marine, estudamos o comportamento eleitoral das duas eleições de carácter nacional, as presidenciais de 2012 e europeias de 2014, ocorridas desde a sua eleição como líder. Nestas, conclui-se que o partido conseguiu o apoio de camadas sociais mais desfavorecidas – convenceu principalmente “les couches populaires: 43% des ouvriers, 38% des employés, 37% d'un niveau inférieur au Bac¹⁸³ et 30% des foyers à bas revenus” e os mais jovens (30% dos jovens com menos de 35 anos votaram na FN). A diferença entre homens (25% dos seus votos foram para a FN) e mulheres (24% do total do voto feminino foi nas listas frentistas) não foi relevante¹⁸⁴. Sublinhando tratem-se de eleições diferentes em todos os aspetos – nas europeias, eleições de “segunda ordem”¹⁸⁵, a abstenção foi de 56% e nas presidenciais quedou-se pelos 28,30% –, se olharmos para a primeira volta do sufrágio que, em 2012, viria a eleger François Hollande, verificamos que¹⁸⁶, pese embora a diferença entre o voto de homens e mulheres tenha sido mais acentuada (21% e 15% respetivamente), os principais eleitores do partido foram os mais jovens (enquanto, entre os 18 e os 44 anos, mais de 20% dos eleitores, em média, votou em Marine Le Pen, só 13% dos eleitores com mais de 60 anos o fez), os trabalhadores manuais – a FN foi o partido preferido dos *ouvriers*, com 29% a terem feito essa escolha –, os eleitores da pequena burguesia e os assalariados (*employés*). Indo ao encontro do que se observou nas europeias, a FN foi mais bem-sucedida eleitoralmente junto das pessoas com menos habilitações académicas (*baccalauréat* ou nível inferior) e com mais baixos rendimentos.

¹⁸³ Abreviatura de “baccalauréat”, nível de escolaridade obtido após a conclusão do ensino secundário.

¹⁸⁴ MANENTI, Boris – Européennes : qui a voté FN ?. *L'Obs* [Em linha]. 26/05/2014. [Consultado em 22/05/2015]. Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/elections-europeennes2014/20140526.OBS8488/europeennes-qui-a-vote-fn.html>.

¹⁸⁵ REIF, Karlheinz; SCHMITT, Hermann – Nine Second - Order National Elections – A conceptual Framework for the Analysis of European Election results. *European Journal of Political Research*. London. Vol. 8, n.º 1 (1980). pp. 3-44; HOBOLT, Sara Binzer; WITTROCKB, Jill – The Second-Order Election Model Revisited: An Experimental Test of Vote Choices in European Parliament Elections. *Electoral Studies*. Amsterdam. Vol. 30, n.º 1 (2011). pp. 29-40.

¹⁸⁶ LAUBACHER, Paul – Présidentielle : le profil des 6,4 millions d'électeurs FN. *L'Obs* [Em linha]. 24/04/2012. [Consultado em 25/05/2015]. Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/election-presidentielle2012/presidentielle-2012-tous-les-resultats/20120424.OBS6980/presidentielle-le-profil-des6-4-millions-d-electeurs-fn.html>.

Em comparação com a era Jean-Marie Le Pen¹⁸⁷, a principal diferença é a maior capacidade de a sua filha recolher votos na camada feminina da população¹⁸⁸. Se excluirmos a inversão da situação marcada pela predominância de um eleitorado mais masculino, e conquanto o eleitorado de Marine, em 2012, tenha sido (ainda) mais jovem e mais “descristianizado”¹⁸⁹, o perfil do “eleitor Marine” é similar ao do eleitor do seu pai: jovem, com poucas habilitações académicas, assalariado (*employé*), trabalhador manual (*ouvrier*) ou pertencente à pequena burguesia, normalmente auferindo um baixo rendimento. O eleitorado da FN é considerado “un véritable entre-deux entre la gauche et la droite”, por também ter características sociais e demográficas tradicionalmente encontráveis no eleitorado de esquerda¹⁹⁰.

Neste âmbito, caso atendamos ao mapa eleitoral, apura-se que, desde 1984, a Frente Nacional consegue os seus melhores resultados a este de uma linha entre Le Havre, Valence e Perpignan (visível no mapa apresentado em baixo), parte do país onde se encontram as regiões com maior presença de imigrantes e mais fortemente assoladas pela insegurança, desemprego¹⁹¹. No entanto, Marine Le Pen tem vindo a demonstrar uma forte capacidade para obter votações significativas em várias regiões a Oeste (uma parte do país mais rural em comparação com um Leste mais urbano), conseguindo “nacionalizar” o voto frentista¹⁹².

¹⁸⁷ Para uma investigação centrada especificamente nos eleitores de Jean-Marie Le Pen, cf. PERRINEAU – *Le Symptôme Le Pen*. Paris: Fayard, 1997.

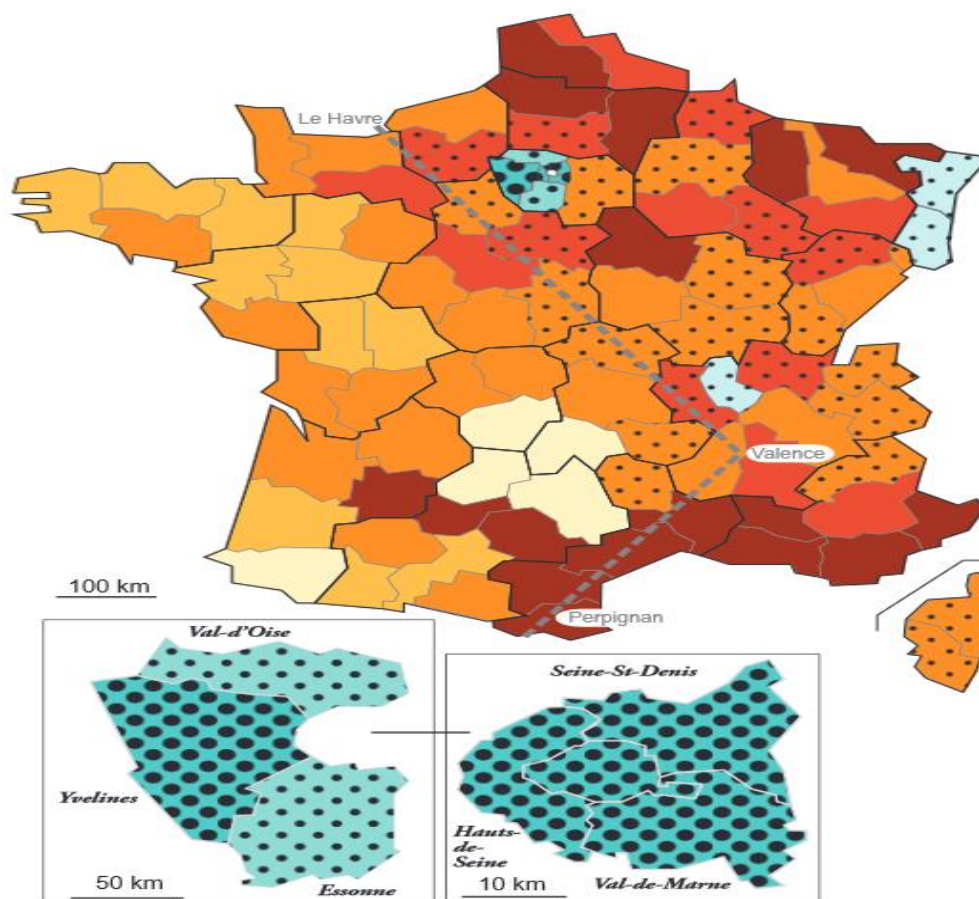
¹⁸⁸ MAYER, Nonna – *From Jean-Marie to Marine Le Pen: Electoral Change on the Far Right. Parliamentary Affairs*. Oxford. Vol. 66, n.º1 (2013). pp. 160-178.

¹⁸⁹ PERRINEAU, Pascal (dir.) – *L'électorat de Marine Le Pen: ni tout à fait le même, ni tout à fait un autre*. In *Le Vote normal: les élections présidentielle et législatives d'avril-mai-juin 2012*. Paris: Presses de Sciences Po, 2013. pp. 227-247.

¹⁹⁰ PERRINEAU, Pascal – *L'électorat du Front National: permanences et nouveautés*. Barcelona: Institut de ciències polítiques i socials, 1996.

¹⁹¹ ALIDIÈRES, Bernard – Les temps du vote Front national et de ses représentations. In GIBLIN, Béatrice (dir.) – *L'extrême droite en Europe*. Paris, La Découverte, 2014. pp. 23-48.

¹⁹² ALIDIÈRES, Bernard – "Trois décennies de vote Front National: éléments pour une cartographie diachronique et multiscalaire". (2014). [Consultado em 25/05/2015]. Disponível em: <http://www.geopolitique.net/wp-content/uploads/2014/08/W-Atlas1984-2014-new-quatrol.pdf>.



[Mapa que apresenta a evolução do voto na Frente Nacional (as zonas mais vermelhas e escuras são as de maior força e progressão eleitoral do partido, ao contrário das áreas mais a branco e azul) entre os anos 90 e 2012-2014]¹⁹³

¹⁹³ ALIDIÈRES, Bernard – "Trois décennies de vote Front National: éléments pour une cartographie diachronique et multiscalaire". (2014). [Consultado em 25/05/2015]. Disponível em: <http://www.geopolitique.net/wp-content/uploads/2014/08/W-Atlas1984-2014-new-quatrol.pdf>.

Capítulo 3 – A Frente Nacional no Parlamento Europeu – a sétima legislatura (2009-2014)

3.1 – Parlamento Europeu

A União Europeia é uma organização política composta por instituições que exercem os poderes: legislativo (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia¹⁹⁴), executivo (Comissão Europeia e Conselho) e judicial (Tribunal de Justiça da UE)¹⁹⁵, sendo três as responsáveis pelas decisões políticas: o Parlamento, a Comissão e o Conselho, que compõem o chamado “triângulo institucional”.

O Parlamento (PE) é a única instituição diretamente eleita pelos cidadãos europeus¹⁹⁶. Em 2015, o órgão presidido¹⁹⁷ por Martin Schulz conta com 751 deputados, oriundos dos 28 Estados-Membros que compõem a União Europeia.

Cabe-lhe o exercício de funções legislativas (destacando-se o seu papel na discussão, validação e adoção, em conjunto com o Conselho, dos projetos legislativos oriundos da Comissão, para além das decisões que lhe competem no âmbito dos alargamentos e dos acordos internacionais); de supervisão (exerce controlo democrático sobre todas as outras instituições da UE, incluindo a Comissão, cujo presidente é eleito pelo Parlamento, que também tem de aprovar os comissários. O Parlamento pode ainda demitir a Comissão); e orçamentais (controlo e aprovação do orçamento comunitário)¹⁹⁸.

A sede oficial do Parlamento, com esta designação desde 1962¹⁹⁹ e diretamente eleito pelos cidadãos a partir de 1979, é Estrasburgo (onde, à exceção de agosto, se reúne plenariamente todos os meses, durante quatro dias). A instituição tem também instalações em Bruxelas (local onde se desenvolve o papel das comissões especializadas

¹⁹⁴ O Conselho da União Europeia é igualmente designado por Conselho de Ministros ou somente por Conselho. Neste trabalho, privilegia-se a utilização deste último termo.

¹⁹⁵ HIX, Simon; HØYLAND, Bjørn - *The Political System of the European Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

¹⁹⁶ As eleições para o Parlamento Europeu decorrem de cinco em cinco anos. As mais recentes realizaram-se em 2014.

¹⁹⁷ Além de supervisionar as atividades do Parlamento e de conduzir, entre outras reuniões, as sessões plenárias, o Presidente do Parlamento Europeu tem como principal missão representar o órgão perante as outras instituições europeias e externamente.

¹⁹⁸ UNIÃO EUROPEIA – “Parlamento Europeu”. (2015). [Consultado em 20/06/2015]. Disponível em: http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-parliament/index_pt.htm.

¹⁹⁹ O Parlamento Europeu é o sucessor da Assembleia Comum, criada em 1952, organismo que estava integrado na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

e palco, seis vezes por ano, em sessões de dois dias, de reuniões plenárias do Parlamento) e no Luxemburgo. Nas 20 comissões parlamentares permanentes, cada uma subordinada a uma determinada temática²⁰⁰, as propostas legislativas da Comissão são analisadas, podendo ser alteradas ou rejeitadas. Nas sessões plenárias, discutem-se e votam-se os projetos legislativos finais e, se for caso disso, as alterações propostas em sede de comissão parlamentar.

Os 751 eurodeputados – que, além do trabalho nas diferentes comissões, integram delegações do Parlamento com a missão de manter relações e trocar informações com parlamentos de países terceiros e organizações internacionais – não se juntam por nacionalidades, mas sim de acordo com a sua filiação política²⁰¹. Em julho de 2015, o Parlamento contava com oito grupos políticos²⁰²: Grupo do Partido Popular Europeu (217 membros), Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no PE (190), Conservadores e Reformistas Europeus (74), Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (70), Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (51), Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (50), Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta (45), Grupo Europa das Nações e da Liberdade (37), existindo ainda os eurodeputados sem filiação, os não inscritos (15).

3.2 – A Frente Nacional no Parlamento Europeu

Tal como já tivemos oportunidade de constatar, ao longo da sua história a Frente Nacional tem alcançado muitos dos seus melhores resultados nas eleições para o Parlamento Europeu. Desde 1984 (cerca de 11% dos votos e 10 deputados eleitos), regra geral, o partido tem conseguido aproveitar o método proporcional para consolidar a sua “presença europeia”. Em 1989, manteve o número de deputados eleitos (com uma

²⁰⁰ As comissões parlamentares, que se reúnem duas semanas por mês, são: Assuntos Externos; Desenvolvimento; Comércio Internacional; Orçamentos; Controlo Orçamental; Assuntos Económicos e Monetários; Emprego e Assuntos Sociais; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Indústria, Investigação e Energia; Mercado Interno e Proteção dos Consumidores; Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Pescas; Cultura e Educação; Assuntos Jurídicos; Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Assuntos Constitucionais; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros; Petições.

²⁰¹ O calendário do Parlamento Europeu está desenhado de forma a atribuir uma semana por mês aos eurodeputados para que possam trabalhar no e para o seu grupo político.

²⁰² PARLAMENTO EUROPEU – “Deputados por Estado-Membro e Grupo Político, 8.ª legislatura”. (2015). [Consultado em 20/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/crosstable.html>.

percentagem de votos ligeiramente superior), tendo, em 1994, aumentado a sua representação para 11 (fruto de 10,52% de votos). Nos anos seguintes à crise interna vivida no seio da organização, os resultados foram menos conseguidos: em 1999, 5,7% dos votos proporcionaram cinco eleitos; cinco anos depois, em 2004, a FN viu aumentar para sete a quantidade de membros no Parlamento Europeu, vindo a atingir, em 2009, o pior resultado da sua história (nestas eleições), nas quais, com pouco mais de 6% dos votos, somente conseguiu eleger três representantes. Nas mais recentes europeias, em 2014, a Frente Nacional conseguiu, pela primeira vez, ser o partido mais votado em eleições a nível nacional: 25% dos votos traduziram-se na eleição de 24 deputados – atualmente, a comitiva do partido é mais numerosa do que a da totalidade dos partidos portugueses, por exemplo.

De realçar que, para lá do método eleitoral favorável, existem outros motivos que justificam os resultados mais elevados do partido nestas eleições. Consideradas de segunda ordem²⁰³ (a par das regionais e das municipais) – as legislativas e as presidenciais são as eleições de primeira ordem –, as europeias são, para os eleitores, uma votação baseada sobretudo em critérios de política interna e não em temas europeus²⁰⁴, algo natural se tivermos em conta o facto de a própria campanha eleitoral ser normalmente dominada por questões domésticas²⁰⁵. São ainda vistas como um referendo à prestação do governo em funções, sem que os resultados sejam encarados como tendo grandes consequências e/ou um impacto substantivo, assim se explicando o facto de contarem, usualmente, com reduzidos níveis de participação eleitoral²⁰⁶. Dessa forma se entende que as eleições de segunda ordem permitam, com frequência, aos partidos extremistas (quer de direita quer de esquerda) a obtenção de melhores resultados comparativamente aos alcançados nas eleições de primeira ordem²⁰⁷.

²⁰³ REIF; SCHMITT, 1980.

²⁰⁴ VAN DER EIJK, Cees; FRANKLIN, Mark – *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of Union*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.

²⁰⁵ Cf., por exemplo, VAN DER EIJK; FRANKLIN, 1996; KAUPPI, Niilo. ‘Europe’: A Side Issue in European Parliamentary Election Campaigns. *EUSA Review* [Em linha]. Vol. 17, n.º 3 (2004). pp. 1-3. [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://aei.pitt.edu/7503/1/2004_V17_3.pdf; LODGE, Juliet (dir.) – *The 2009 Elections to the European Parliament*. Basingstoke: Palgrave, 2010.

²⁰⁶ DAVIDSON-SCHMICH, Louise; DAVIDSON-SCHMICH, Michael – “The Content of European Parliament Election Campaigns: A Framework for Analysis and Evidence from Germany in 2004”. (2005). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/3076/1/Davidson-Schmich.pdf>.

²⁰⁷ HIX, Simon; MARSH, Michael - Punishment or Protest? Understanding European Parliament Elections”. *The Journal of Politics* [Em linha]. Vol. 69, n.º 2 (2007). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://personal.lse.ac.uk/hix/Working_Papers/Marsh-Hix-JOP2007.pdf. p. 496.

A presença no Parlamento Europeu tem sido especialmente aproveitada pela FN em três vertentes: mediatização das suas ideias, influência na política interna francesa e profissionalização/institucionalização do partido e dos seus membros.

Os deputados da Frente Nacional usam a sua integração num contexto parlamentar como uma tribuna, um palco onde podem expor as suas ideias, mediatizando-as e difundindo-as de uma forma bem mais facilitada do que aconteceria se estivessem apartados do PE²⁰⁸. Isso torna a instituição num “attractive public forum to exercise pressure and influence on national politics”²⁰⁹, objetivo basilar para partidos, com presença no PE, que se opõem ou têm sérias reservas em relação à presença do seu país na União Europeia (eurocéticos) – isso faz com que os principais efeitos da ação e dos resultados desses partidos se sintam no Conselho da UE (que reúne os ministros dos 28 governos europeus) e não no Parlamento, dado ser recorrente a adoção de elementos da agenda eurocética por parte dos governos pressionados por esse tipo de partidos²¹⁰. A estes dois fatores, junta-se a relevância dos recursos materiais, políticos e simbólicos proporcionados pela instituição, quer para a profissionalização política²¹¹ dos quadros da Frente Nacional quer (e por consequência) no que diz respeito à institucionalização do partido²¹². Ao invés do que ocorre nos outros partidos franceses, o Parlamento Europeu tem sido uma forma de acesso a mandatos políticos por parte dos seus mais altos dirigentes (constantemente afastados de lugares na Assembleia Nacional

²⁰⁸ HONORÉ, Renaud – Le Parlement européen, laboratoire de la stratégie de conquête du FN. **Les Échos** [Em linha]. 11/02/2015. [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://www.lesechos.fr/journal20150211/lec1_enquete/0204144699182-le-parlement-europeen-laboratoire-de-la-strategie-de-conquete-du-fn1092139.php.

²⁰⁹ KIETZ, Daniela; VON ONDARZA, Nicolai – "Euroscptics in the European Parliament". (2014). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2014C13_ktz_orz.pdf.

²¹⁰ KIETZ; VON ONDARZA, 2014. Um exemplo da influência da FN na presidência francesa deu-se aquando da criação de um Ministério da Imigração e da Identidade Nacional, em 2007, termos que pertencem ao vocabulário frentista. Cf. IGOUNET, 2014, p. 400.

²¹¹ “Os políticos profissionais (...) fazem da política um *meio* de ganhar a vida e um ideal ou *modo* de vida, isto é, vivem *da* e *para* a política exclusivamente ou principalmente, distinguindo-se dos «políticos ocasionais», para quem a política seria uma profissão secundária.” Cf. CRUZ, Manuel Braga da – Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária. *Análise Social* [Em linha]. Vol. 24 (1988). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029409Z7nWW9ur7Yr37TV0.pdf>; Para um panorama histórico da profissionalização das carreiras políticas, cf. FREIRE, André – A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia*. Porto. Vol. 12 (2002). pp. 27-56.

²¹² “Quanto mais adaptável e idosa, quanto mais complexa, quanto mais autónoma e quanto mais coerente internamente fosse uma organização, mais institucionalizada ela estaria”. Cf. CRUZ, 1988.

francesa)²¹³ – e a sua eleição obriga, automaticamente, à mobilização de equipas, com membros do partido, remuneradas, para funções de assessoria parlamentar.

Num espaço como o Parlamento Europeu, a afirmação política depende fortemente da integração dos eurodeputados num grupo político. Os grupos são fulcrais “na definição da agenda do Parlamento Europeu, na escolha do presidente do PE, vice-presidentes, liderança das comissões parlamentares, relatores”, bem como “na alocação de tempo da intervenção nos debates”²¹⁴, proporcionando ainda aos seus membros um secretariado e apoio económico para o desenvolvimento da sua ação política²¹⁵. Daqui se conclui serem fulcrais em termos políticos, logísticos e financeiros.

No entanto, na grande maioria dos anos passados no Parlamento Europeu, os representantes da Frente Nacional têm exercido a sua atividade sem se integrar em qualquer grupo, mantendo-se como não inscritos. As exceções – todas em aliança com outros partidos de extrema-direita – foram as duas primeiras legislaturas (entre 1984 e 1989, pertenceu ao Grupo das Direitas Europeias²¹⁶ e, entre 1989 e 1994, ao Grupo Técnico das Direitas Europeias²¹⁷, ambos presididos por Jean-Marie Le Pen); os períodos compreendidos entre julho de 1999 e outubro de 2001 (com a incorporação no Grupo Técnico dos Deputados Independentes - Grupo Misto²¹⁸) e entre janeiro e novembro de 2001, em que a FN fez parte (e presidiu, através de Bruno Gollnisch) do Grupo Identidade, Tradição, Soberania²¹⁹. Recentemente, em junho de 2015, a Frente

²¹³ KESTEL, Laurent – “Le Front national au Parlement européen : professionnalisation politique et ressources partisans”. (2007). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: <http://www.afsp.msh-paris.fr/congres2007/ateliers/textes/at30kestel.pdf>.

²¹⁴ PARLAMENTO EUROPEU – “Grupos políticos no Parlamento Europeu: os diferentes pontos de vista dos cidadãos”. (2014). [Consultado em 22/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140528STO48635/html/Grupos-pol%C3%ADticos-no-Parlamento-Europeu-diferentes-pontos-de-vista-dos-cidad%C3%A3os>.

²¹⁵ HIX; HØYLAND, 2007, p. 56.

²¹⁶ Aos membros da Frente Nacional juntavam-se cinco eleitos do MSI e um da EPEN (União Política Nacional), partido grego favorável à ditadura dos coronéis. Em 1985, um deputado do UPP (Partido Unionista do Ulster) também passou a fazer parte do grupo.

²¹⁷ Os aliados do partido de Jean-Marie Le Pen eram seis membros dos *Republikaner* alemães e um do *Vlaams Blok* belga, ambos anti-imigração.

²¹⁸ O *Vlaams Blok* (dois deputados) e os italianos do Partido Radical (sete), do MSI (um) e da Liga Norte (um) eram os restantes elementos do grupo, rejeitado pelo Parlamento Europeu, em 1999, devido à falta de “afinidades políticas” entre os deputados e as organizações que integravam o grupo. Uma decisão que viria a ser confirmada, dois anos depois, pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. A existência de “afinidades políticas” é um critério obrigatório para assegurar que os partidos não se juntam só para beneficiar das vantagens inerentes aos grupos. Cf. JUDGE, David; EARNSHAW, David – *The European Parliament*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

²¹⁹ O grupo era ainda composto por três representantes do *Vlaams Belang* (ex-*Vlaams Blok*), cinco do Partido da Grande Roménia, dois do Alternativa Social italiano, um do FPÖ austríaco, outro do Ataka (Bulgária) e ainda por uma eurodeputada independente da Grã-Bretanha. Foi dissolvido após várias deserções provocadas por graves desentendimentos dentro do grupo, originados por declarações de Alessandra Mussolini nas quais a eurodeputada italiana chamou os romenos de “delinquentes”. Cf.

Nacional anunciou a criação do Grupo Europa das Nações e da Liberdade²²⁰, copresidido por Marine Le Pen, que, à exceção de Jean-Marie Le Pen e Bruno Gollnisch, integra todos os eurodeputados do partido.

Olhando para os partidos mais extremistas (de direita), as discordâncias ideológicas e a vincada componente nacionalista têm sido os principais fatores impeditivos da criação e/ou manutenção de grupos políticos duradouros²²¹. A isso, juntam-se os critérios cada vez mais exigentes para a sua formação: atualmente são necessários pelo menos 25 eurodeputados provenientes de sete países diferentes.

3.3 – Sétima legislatura: as bandeiras do partido no Parlamento Europeu

Ao longo da sétima legislatura, balizada entre 2009 e 2014, foram variados os temas sobre os quais os três eurodeputados da Frente Nacional se debruçaram. Nas páginas seguintes, expõem-se os mais recorrentes, analisando-se a retórica utilizada por Bruno Gollnisch, Jean-Marie Le Pen e Marine Le Pen que, durante toda a legislatura, não integraram qualquer grupo político, o que limitou bastante o seu campo de ação.

A metodologia adotada foi a de análise do discurso político²²², alicerçada na proposta de Bergström e Boréus²²³, no sentido de atender à lógica subjacente à argumentação política e ideológica. Como exemplo, os autores apresentam a seguinte

RIVASIS; Rafaële – Dissolution d'ITS, groupe de Bruno Gollnisch au Parlement européen. **Le Monde** [Em linha]. 15/11/2007. [Consultado em 22/06/2015]. Disponível em: http://www.lemonde.fr/europe/article/2007/11/15/dissolution-d-its-groupe-de-bruno-gollnisch-au-parlement-europeen_978755_3214.html#ens_id=866290.

²²⁰ Cinco eurodeputados da Liga Norte, três do FPÖ (Áustria), três do PVV – Partido para a Liberdade (Holanda), dois do Congresso da Nova Direita (Polónia), um do *Vlaams Belang*, outro do Partido Conservador da Roménia (que abandonou sozinho, em julho de 2015, o grupo social-democrata, no qual se mantêm os restantes elementos eleitos pelos conservadores romenos) e uma eurodeputada sem partido (eleita pelo Partido da Independência do Reino Unido) são os membros que se juntaram aos 21 eurodeputados eleitos pela Frente Nacional.

²²¹ KIETZ; VON ONDARZA, 2014.

²²² “Political discourse is identified by its *actors* or *authors*, viz., *politicians*. Indeed, the vast bulk of studies of political discourse is about the text and talk of professional politicians or political institutions, such as president and prime ministers and other members of government, parliament or political parties, both at the local, national and international levels.” Cf. VAN DIJK, Teun Adrianus – *What is Political Discourse Analysis?*. *Belgian Journal of Linguistics*. Amsterdam. Vol. 11 (1999). pp. 11-52, *maxime* p. 12.

²²³ Bergström e Boréus citados por SLETAUNE, Ida Gjesvold – *Anti-immigration parties in the European Parliament*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Oslo. Oslo: 2013. As citações seguintes são retiradas deste mesmo trabalho.

questão de investigação: “how does party X argue in the policies of welfare?”, sendo o objetivo deste estudo atender à forma como a Frente Nacional argumenta nos diversos debates parlamentares. Para transmitir, conforme principal desiderato do método suprarreferido, “maximum clearness to what was said in a debate”, recorreu-se sobretudo à utilização de citações diretas, para que a perspetiva original dos eurodeputados estudados seja clara e transparente e tentando tornar mais perceptível as interpretações necessariamente subjetivas a que uma metodologia deste género obriga.

O *corpus* assentou na atividade parlamentar dos três eurodeputados da Frente Nacional entre 2009 e 2014. No sítio oficial do Parlamento Europeu, pode-se encontrar uma página referente a cada deputado sendo que, dentro dessa, se pode consultar a respetiva atividade parlamentar. Neste caso, foram estudadas as intervenções em sessão plenária (que abrange as declarações de voto e os discursos em discussões parlamentares), as propostas de resolução e as perguntas parlamentares, ao longo da sétima legislatura, de Bruno Gollnisch²²⁴ (368 intervenções em sessão plenária, uma proposta de resolução e cinco perguntas parlamentares), Jean-Marie Le Pen²²⁵ (22 intervenções e uma proposta de resolução) e Marine Le Pen²²⁶ (47 intervenções, quatro propostas de resolução e uma pergunta parlamentar). Se englobarmos a atividade dos três representantes frentistas, foram analisadas 437 intervenções, seis propostas de resolução e seis perguntas parlamentares, totalizando 449 documentos.

Optou-se por dividir a análise da retórica do partido em seis grandes temas: União Europeia e Mundialismo, Imigração, Alargamentos, Perspetiva sobre países terceiros e intervenções no estrangeiro, Críticas à situação francesa e Assuntos Diversos.

O carácter populista²²⁷ do partido fica bem evidente em várias das intervenções²²⁸: a Frente Nacional alega sempre falar em nome das pessoas (e da sua

²²⁴ PARLAMENTO EUROPEU – “Bruno Gollnisch – Historial das legislaturas”. (2015). [Consultado em 15/09/2015]. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/1164/BRUNO_GOLLNISCH_history.html.

²²⁵ PARLAMENTO EUROPEU – “Jean-Marie Le Pen – Historial das legislaturas”. (2015). [Consultado em 15/09/2015]. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/1023/JEAN-MARIE_LE+PEN_history.html.

²²⁶ PARLAMENTO EUROPEU – “Marine Le Pen – Historial das legislaturas”. (2015). [Consultado em 15/09/2015]. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/28210/MARINE_LE+PEN_history.html.

²²⁷ É adotada a definição de populismo utilizada por Cas Mudde e já apresentada no primeiro capítulo. Cf. MUDDE, 2007, p. 23.

vontade)²²⁹ e faz questão de se distanciar da “classe política” (as “pseudo-elites que nos governam”²³⁰) que critica duramente²³¹.

3.3.1 – União Europeia e Mundialismo

Durante o período da Guerra Fria, a Frente Nacional exaltava a construção europeia perante o “perigo comunista”. No entanto, após a queda do bloco soviético assistiu-se a uma “virage à 180 degrés des positions frontistes vis-à-vis de la construction européenne”²³².

Desde aí, uma das posições-chave para a Frente Nacional é precisamente a sua oposição ao projeto da União Europeia, vista como “une instance supranationale,

²²⁸ Tal como mencionado na introdução da investigação, nos casos em que os serviços do Parlamento Europeu não efetuaram a tradução das intervenções originais para português, a opção escolhida foi a de citar diretamente em francês (a língua original de todas as intervenções dos elementos da FN) para permanecer fiel à mensagem original.

²²⁹ Frases como “Cela, les peuples ne vous le pardonneront pas!” e “cette Europe ultralibérale et antisociale dont les peuples ne veulent plus” são exemplos disso mesmo. Cf., respetivamente, LE PEN, Marine – “Conclusões da reunião do Conselho Europeu (8-9 de dezembro de 2011) (debate)”. (2011a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20111213+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-044-000>; e LE PEN, Marine – “Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços (debate)”. (2014a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140415+ITEM-014+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-732-000>.

²³⁰ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091216+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-123>.

²³¹ Isso é possível de se comprovar, por exemplo, quando Marine Le Pen assegura que “vous [a “classe política” das instituições europeias] êtes haïs par les peuples de plus en plus”. Cf. LE PEN, Marine – “Preparação do Conselho Europeu (13-14 de dezembro de 2012) (debate)”. (2012a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20121212+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-046-000>. A clássica dicotomia “Povo vs Elites” integra, obviamente, esta crítica – evidente, por exemplo, quando se diz que “n’est une surprise que pour les peuples, et non pas pour les élites des États membres qui composent l’Union européenne”. Cf. LE PEN, Marine – “Balanço da Presidência irlandesa, incluindo o acordo do QFP (debate)”. (2013a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130702+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-096-000>.

²³² BALENT, 2012, p. 37;

technocratique, antidémocratique”²³³, um “super-Estado europeu”²³⁴ dominado pela burocracia e merecedor do epíteto de “União Soviética europeia”²³⁵.

Na perspetiva da FN, as instituições que compõem a UE revelam-se mais prejudiciais quanto mais dispendiosas (e que só gastando cada vez mais tentam justificar a sua existência)²³⁶, sendo o Parlamento Europeu “inútil e composto por pessoas inúteis”, que fazem “um trabalho que seria muito mais bem executado por uma agência técnica responsável pela harmonização de normas ou regras”²³⁷, e a Comissão Europeia, constituída por uma “petite oligarchie de fonctionnaires non élus”²³⁸, uma instituição sem legitimidade democrática pelo facto de não ser diretamente eleita. Não surpreende, por isso, que as quatro propostas de resolução subscritas por Marine Le Pen ao longo da legislatura tenham sido todas apresentadas com o propósito de extinguir organismos da União: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões e Serviço Europeu para a Ação Externa.

A ideia é clara: a ação política da União Europeia deve ser combatida porquanto é contrária ao conceito essencial de soberania nacional. A “Europe technocratique est une entreprise tyrannique et de plus en plus violente, une entreprise d'asservissement des peuples européens”²³⁹, que amputa a autodeterminação dos povos dos Estados-Membros europeus em diversas dimensões políticas e económicas. Numa organização que responde a todos os problemas com “plus d'Europe”, visando “que l'Europe devienne un véritable État et qu'on en finisse avec les souverainetés nationales”²⁴⁰,

²³³ LE PEN, Marine, 2013a.

²³⁴ LE PEN, Jean-Marie – “Conclusões da Cimeira UE-Rússia (31 de maio - 1 de junho) (continuação do debate)”. (2013a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100616+ITEM-007+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=3-090>.

²³⁵ LE PEN, Jean-Marie – “A situação atual em Chipre (debate)”. (2013b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130417+ITEM-003+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=3-055-000>.

²³⁶ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120216+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-239-000>.

²³⁷ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110510+ITEM-012+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-160-000>.

²³⁸ LE PEN, Marine – “Crise financeira, económica e social: Medidas e iniciativas a tomar (debate)” (2011b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110706+ITEM-003+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-111-000>.

²³⁹ LE PEN, Jean-Marie, 2013b.

²⁴⁰ LE PEN, Marine, 2011b.

continuando-se a assistir a uma cada vez maior transferência de competências dos Estados para instituições europeias. A “intromissão” da União Europeia em qualquer questão (seja ela comercial, educativa, de política externa, saúde ou costumes) que de alguma forma possa ser discutida ao nível nacional é sempre lamentada pelos representantes da Frente Nacional para quem “o direito e a lei, assim como todos os usos e costumes, constituem uma parte fundamental do espírito e da identidade de um povo e de uma nação soberana”²⁴¹. Em matérias transnacionais, a FN privilegiaria uma cooperação intergovernamental apartada da intervenção das organizações europeias²⁴².

No campo económico, por exemplo, a “esclavage (...) sous le joug de Bruxelles”²⁴³ verifica-se essencialmente na existência do euro, uma “monnaie idéologique (...) néfaste pour la compétitivité des entreprises de ses États membres, sauf l'Allemagne”²⁴⁴, e na supervisão orçamental levada a cabo pela União, “la soumission des budgets nationaux aux diktats de la Commission et de la Cour de justice”²⁴⁵. Ambos sinónimos da continuação de uma austeridade que se traduz em “baisse des salaires et des retraites, augmentation des impôts ou encore baisse des dépenses sociales”²⁴⁶.

Nos discursos dos frentistas, a União Europeia é um agente da globalização ultraliberal, fenómeno a que o partido atribui consequências nefastas – curiosamente, a FN só abandonou uma orientação ultraliberal por altura das eleições legislativas de 1993, nas quais o partido adotou uma “socially-minded agenda” (através da apresentação das “300 medidas para o renascimento da França”) para responder a

²⁴¹ LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-384>.

²⁴² Ressalve-se, todavia, que a área da Investigação, na qual se incluem programas como o Galileo e o Erasmus, foi considerada, por Bruno Gollnisch, “un des rares domaines légitimes de coopération au niveau de l'Union européenne”. Cf. GOLLNISCH, Bruno – “Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)”. (2013a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131121+ITEM-009-01+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-156-750>.

²⁴³ GOLLNISCH, Bruno – “Adoção do euro pela Letónia em 1 de janeiro de 2014”. (2013b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101020+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-442>.

²⁴⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20121211+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-230-500>.

²⁴⁵ LE PEN, Marine, 2011a.

²⁴⁶ LE PEN, Jean-Marie – “Supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros afetados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira na área do euro”. (2013c). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130312+ITEM-011-12+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-364-500>.

questões como o desemprego, a crise da segurança social e os problemas dos trabalhadores²⁴⁷. Com isso, a FN passou a declarar-se a defensora dos mais desfavorecidos, isto é, dos mais afetados com a imigração e com a globalização económica²⁴⁸, surgindo, para designar essa viragem ideológica e a tentativa de atrair votos à esquerda, a expressão “gaucho-lepénisme” (*Lepénisme de esquerda*)²⁴⁹.

A UE, “ultralibérale et mondialiste”, adepta do comércio sem fronteiras, dedica-se a submeter os seus membros a “une caste financière internationale toujours plus spéculatrice et irréfléchie”²⁵⁰. Na ótica da FN, as organizações europeias mais não são do que promotores de infundáveis acordos de comércio livre de “jeu ‘gagnant-gagnant’ pour les grandes entreprises multinationales et les financiers mondiaux”, mas “toujours perdant pour les peuples et les travailleurs, ruinés ici et réduits en esclavage là-bas”²⁵¹. A União Europeia funciona como uma peça da engrenagem do sistema capitalista, que “obéit à ses intérêts financiers plutôt qu’aux intérêts de l’emploi ou aux intérêts de l’industrie”²⁵², a par de instituições como a Organização Mundial do Comércio (que pretende “acelerar a liberalização total do comércio mundial” e é liderada por adeptos do livre comércio que “não defendem o bem comum, mas sim os interesses das instituições financeiras e comerciais que lhes pagam”²⁵³), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). As bases do sistema financeiro, “amoral e imoral”²⁵⁴, são não apenas “a livre circulação mundial dos capitais, a financeirização da economia, a sobrevalorização do

²⁴⁷ IGNAZI, 2006, p.100.

²⁴⁸ IGNAZI, 2006, p.100.

²⁴⁹ PERRINEAU, Pascal – La dynamique du vote Le Pen: le poids du gaucho-lepénisme. In PERRINEAU, Pascal; YSMAL, Colette – *Le Vote de crise. L’élection présidentielle de 1995*. Paris: Département d’Etudes Politiques du Figaro/Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1995. pp. 243-261.

²⁵⁰ LE PEN, Marine – “Estado da União (debate)” (2012b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120912+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-105-000>.

²⁵¹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120216+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-353-000>.

²⁵² GOLLNISCH, Bruno – “Vaga de despedimentos na Europa na sequência da crise económica, nomeadamente nas empresas Arcelor e Nokia (debate)”. (2011b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20111025+ITEM-013+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-514-000>.

²⁵³ LE PEN, Marine – “Conferência ministerial da OMC (debate)”. (2009a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091214+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=1-119>.

²⁵⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-280>.

curto prazo, a titularização”, mas igualmente “os produtos financeiros complexos que não se baseiam em qualquer espécie de criação concreta de riqueza” e “a constituição de grandes grupos multinacionais mais poderosos do que os Estados e não sujeitos a controlo”²⁵⁵.

Para a FN, a generalidade da classe política encontra-se “au service des banques et des marchés financiers”, dominada principalmente pelos “‘banksters’ de Goldman Sachs, dont le seul objectif est la rentabilité financière à court terme”²⁵⁶, tornando-se, portanto, inelutável notar que “le secteur bancaire et financier est privilégié, au détriment des États et des contribuables”²⁵⁷. Aliás, a aprovação de medidas como o tratado orçamental, onde está prevista a chamada “regra de ouro” (que impede os Estados-Membros signatários de ultrapassar um défice estrutural de 0,5%), é o corolário da “victoire des marchés financiers et des agences de notations sur les États”²⁵⁸. Sobre as agências de notação, o partido acusa-as de agirem “comme de véritables incendiaires dans le feu de la crise” das dívidas soberanas, cujo combate só pode ser feito após acabar com “la spéculation frénétique et irrationnelle des marchés”²⁵⁹.

A preocupação da FN com a ação “mundialista” da União Europeia, “une machine à fabriquer de la pauvreté et des chômeurs”²⁶⁰, centra-se nas suas consequências para a economia europeia, particularmente a francesa.

Na indústria, a “globalização selvagem”, traduzida numa “pressão sobre os salários causada pela concorrência externa de países de mão de obra barata, onde se pratica o dumping social”, provocou “desemprego, deslocalizações e encerramentos de empresas”²⁶¹.

²⁵⁵ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110511+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-376-218>.

²⁵⁶ LE PEN, Marine – “Declaração de François Hollande, Presidente da República francesa (debate)”. (2013b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130205+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-081-000>.

²⁵⁷ LE PEN, Marine, 2011b.

²⁵⁸ LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto” (2012a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120202+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-306-625>.

²⁵⁹ LE PEN, Marine – “Agências de notação de crédito (debate)”. (2010b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130205+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-081-000>.

²⁶⁰ LE PEN, Marine, 2012a.

²⁶¹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101020+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-442>.

A Política Agrícola Comum (PAC), “incapaz de proteger os nossos agricultores de especuladores e de uma concorrência global selvagem”²⁶², “agravou a desertificação do mundo rural, o quase-monopólio e as práticas desleais dos grandes distribuidores e compradores”²⁶³. O objetivo, de acordo com a FN, passa por “déréguler l'agriculture européenne pour la livrer aux seules forces d'un marché mondial totalement libéralisé”²⁶⁴, permanecendo a PAC “encurralada entre a lógica de mercado ultraliberal e internacionalista da Comissão Europeia e uma futura PAC ‘verde’, servindo, na realidade, os neocapitalistas do negócio ecológico”²⁶⁵.

No setor da pesca (local e artesanal), e relembando a forte redução da frota pesqueira francesa desde a década de 80, a FN defende que as quotas propostas pela União Europeia representam o fim para os pequenos pescadores, responsáveis pela preservação do “tissu économique, le dynamisme et l'identité culturelle de nos régions littorales”²⁶⁶. Uma prova de que “L'Europe n'aime pas les pêcheurs”²⁶⁷.

Por isso, é com natural desconfiança que são recebidos acordos comerciais como o ATA (Acordo Mundial Anti-Contrafação), mais uma das “práticas desleais (...) para a economia europeia e para os empregos europeus no mundo de excessivo comércio livre que nos impõem”²⁶⁸, ou o acordo transatlântico com os Estados Unidos da América, que “loin de vouloir protéger nos économies et nos citoyens”, pode criar “une concurrence

²⁶² LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100708+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-359>.

²⁶³ LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100907+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-255>.

²⁶⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Decisão relativa à abertura e ao mandato de negociações interinstitucionais sobre os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da PAC”. (2013c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-10+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-223-750>.

²⁶⁵ LE PEN, Marine, 2010b.

²⁶⁶ LE PEN, Jean-Marie – “Medidas em relação aos países que permitem uma pesca não sustentável para efeitos da conservação das unidades populacionais de peixes - Organização comum de mercados no setor dos produtos da pesca e da aquicultura - Conservação e exploração sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da Política Comum das Pescas - Reforma da Política Comum das Pescas (debate)”. (2012b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120911+ITEM-020+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-665-000>.

²⁶⁷ LE PEN, Jean-Marie – “Política comum das pescas” (2013d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130206+ITEM-008-04+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-246-875>.

²⁶⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100310+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-269>.

encore plus sauvage au seul profit de multinationales toujours plus gigantesques et de marchés financiers toujours plus rapaces”²⁶⁹.

Pese embora o discurso se foque nas repercussões da globalização na economia europeia, particularmente na francesa, a FN acredita que elas também são patentes nos países subdesenvolvidos. Na sequência do desastre no Bangladesh, em 2013, decorrido em complexos industriais com reduzidas condições para os seus trabalhadores, as centenas de mortes foram consideradas “le fruit direct de l’ultraéchangisme mondialisé et du cynisme mercantile”, numa ocasião usada para lamentar a “absence de dénonciation d’un système qui encourage l’exploitation des plus pauvres de la planète”²⁷⁰.

3.3.2 – Imigração

“A França e a Europa estão a ser inundadas por imigrantes”²⁷¹! É no combate à imigração, especialmente a “extraeuropeia”, que se alicerça uma parte nevrálgica da estratégia frentista, centralizada nas consequências do fenómeno, resultado da globalização, em quatro extensões fundamentais: identidade cultural, nível económico e social, demografia e insegurança.

A “imigração descontrolada e em larga escala (...) prejudica gravemente a identidade (...) das nações que a compõem”²⁷². Resultado da recusa da assimilação expressa em “práticas das comunidades que se recusam a respeitar as nossas leis e nossos costumes e que ainda pretendem impor-nos suas próprias leis e costumes”²⁷³. Neste caso, as atenções estão nas tradições e nas práticas dos imigrantes muçulmanos,

²⁶⁹ LE PEN, Marine – “Negociações do acordo sobre trocas comerciais e investimento da UE com os EUA”. (2013c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-398-000>.

²⁷⁰ GOLLNISCH, Bruno – “Condições de trabalho e padrões de saúde e segurança na sequência dos recentes incêndios em fábricas e do colapso de edifícios no Bangladeche”. (2013d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-14+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-449-000>.

²⁷¹ LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto” (2010a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101214+ITEM-010+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-824>.

²⁷² LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010e). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101007+ITEM-013+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-252>.

²⁷³ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100907+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-295>.

crentes de uma religião que, na ótica da FN, impõe os seus hábitos (como a carne halal, a única cujo consumo é permitido pela religião islâmica) e violenta as mulheres ao estabelecer “a burca, os casamentos forçados, a poligamia, a excisão, os crimes de honra e outros comportamentos de outras eras [que] não são suportáveis”²⁷⁴. O partido considera a escalada “da violência contra as mulheres (...) concomitante com a chegada em massa de uma imigração extraeuropeia cuja cultura e cujas tradições são absolutamente contrárias às nossas”²⁷⁵.

No que diz respeito à vertente económico-social, os trabalhadores imigrantes são responsabilizados pelo desemprego e pelo “dumping social”, pois as “entreprises sont aujourd'hui obligées, pour pouvoir être compétitives, de faire appel à des travailleurs dont les charges sociales sont minimales”²⁷⁶, criando-se assim uma concorrência interna que prejudica os trabalhadores nacionais, por via da baixa dos salários. Neste caso, a crítica estende-se à concorrência intraeuropeia criada pela livre circulação de trabalhadores, “le moyen le plus puissant d'aligner les salaires en Europe sur le salaire le plus bas et de mettre en œuvre le dumping social” com a introdução de “trabalhadores *low cost*”²⁷⁷. Tal situação propicia a FN a declarar que “os sistemas de segurança social são minados pelo desemprego e pela imigração”²⁷⁸, que em nada resolve os problemas do sistema e só os agrava, pois “induit un coût social énorme pour la collectivité”, dado que “l'immense majorité de leurs membres ne travaille pas”²⁷⁹. A título de exemplo é dada a influência dos imigrantes na oferta de habitações sociais, que as aproveitam em detrimento dos cidadãos nacionais “modestos”²⁸⁰ e o usufruto de pensões obrigatoriamente concedidas “aos estrangeiros que vêm cá parar sem nunca terem contribuído”²⁸¹.

²⁷⁴ LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2009b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091126+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-172>.

²⁷⁵ LE PEN, Marine, 2009b.

²⁷⁶ LE PEN, Marine – “Preparação para o Conselho Europeu (19-20 de dezembro de 2013) (debate) (2)”. (2013d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131211+ITEM-003+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-053-000>.

²⁷⁷ LE PEN, Marine, 2014a.

²⁷⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110608+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-500-125>.

²⁷⁹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011e). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20111115+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-434-377>.

²⁸⁰ GOLLNISCH, 2011e.

²⁸¹ LE PEN, Marine – “Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros (debate)”. (2011c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

Se para muitos a chegada de imigrantes é benéfica para a demografia dos países europeus de acolhimento (no sentido de inverter o envelhecimento da população e contribuir para o sistema de segurança social), a Frente Nacional vê na imigração extraeuropeia uma estratégia de substituição das populações autóctones²⁸², assoladas pela “*préférence étrangère systématique et le communautarisme*”²⁸³. Aliás, é dito que “em todos os países, incluindo França, existem estudos que demonstram”²⁸⁴ não ser a imigração uma solução para problemas demográficos das sociedades europeias.

A acrescentar a tudo isto, é realçada “a elevada taxa de delinquência entre estrangeiros não europeus em todos os países sujeitos a uma imigração massiva”²⁸⁵. No entanto, as instituições políticas continuam alegadamente a ver e a responder a esses problemas de acordo com a dicotomia “*salauds d'Européens racistes d'un côté, pauvres membres innocents de «minorités» de l'autre*”²⁸⁶, ocultando a delinquência estrangeira e o racismo dirigido à população branca, num “*“éternel sanglot de l'homme blanc*”²⁸⁷.

O período analisado nesta investigação coincide com duas matérias (relacionadas entre si) especialmente relevantes: as Revoluções Árabes e a mediatização da ilha de Lampedusa.

As Revoluções Árabes (ou primavera Árabe), “uma série de revoltas populares (...) que derrubou regimes autoritários e mudou o mapa político da região”²⁸⁸ iniciada em 2010, são observadas com preocupação por “ont, curieusement, jeté sur les côtes italiennes et maltaises des dizaines de milliers de prétendus réfugié”²⁸⁹.

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110215+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-520-000>.

²⁸² GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011f). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20111115+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-434-734>.

²⁸³ GOLLNISCH, Bruno – “Intensificação da luta contra o racismo, a xenofobia e o crime de ódio”. (2013e). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-17+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-322-500>.

²⁸⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010e). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101111+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-316>.

²⁸⁵ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010f). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100616+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-960>.

²⁸⁶ GOLLNISCH, 2013e.

²⁸⁷ GOLLNISCH, 2013e.

²⁸⁸ LUSA – primavera árabe derrubou regimes e mudou mapa político. **Diário de Notícias** [Em linha]. 16/12/2011. [Consultado em 25/06/2014]. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4258741.

²⁸⁹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011g). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110913+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-191-125>.

O exemplo mais simbólico é Lampedusa, ilha italiana localizada entre o continente africano e Itália, no Mar Mediterrâneo, que se tornou o símbolo da “porta de entrada de imigrantes ilegais”²⁹⁰, fruto das amplas vagas de imigrantes provenientes de África. Em 2011, quando se discutia o efeito da instabilidade política no Norte de África nos fluxos migratórios em direção ao continente europeu, a FN asseria que a motivação dos imigrantes era essencialmente económica (e não política) e expressava o seu apoio aos habitantes (nativos) da ilha, confrontados com “sobrepovoamento, insegurança, problemas de abastecimento e possivelmente também de ordem sanitária”, mas que, para o Parlamento Europeu, eram “menos importantes do que as dezenas de milhares de imigrantes clandestinos que desembarcam na ilha”²⁹¹. Dois anos depois, ocorreram naufrágios que vitimaram centenas de pessoas viajando em barcos sobrelotados²⁹², o que originou nova discussão sobre a imigração para a Europa. Acusando os governos europeus de praticarem uma “diplomatie de l’émotion”, o partido criticava a (suposta) intenção de “faciliter largement l’accès des étrangers sur le sol européen”²⁹³, afirmando que isso implicaria o acesso dos imigrantes a apoios sociais, como escolaridade gratuita e habitação social, suportados pelas comunidades nacionais. Na Europa, “nous n’avons ni la vocation, ni les capacités à accueillir toute la misère du monde”²⁹⁴.

O direito de asilo (ou asilo político) é muitas vezes colocado sobre a mesa na discussão sobre imigrantes provenientes de outro continente. Para a FN, o asilo deve “permitir que as pessoas que estejam a ser verdadeiramente perseguidas no seu próprio país procurem refúgio em locais onde as circunstâncias sejam melhores”, mas “não

²⁹⁰ BRANCO, Sofia – Lampedusa, porta de entrada de imigrantes ilegais. **Diário de Notícias** [Em linha]. 25/11/2014. [Consultado em 25/06/2014]. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4258741.

²⁹¹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011h). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110405+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-186-000>.

²⁹² EURONEWS – Crise de refugiados na Europa. **Euronews** [Em linha]. 03/10/2014. [Consultado em 25/06/2014]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/10/03/crise-de-refugiados-na-europa/>.

²⁹³ LE PEN, Marine – “Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa (debate)”. (2009c). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-566-000>.

²⁹⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa (debate)”. (2013f). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-619-125>.

podem e não devem ser um meio de contornar medidas restritivas contra a migração económica indesejada”²⁹⁵.

À imigração extraeuropeia, junta-se uma outra, de carácter diferente, mas amplamente mencionada pela FN: a da população romanichel (cigana). Para o partido, “os habitantes nativos (...) tal como acontece no meu país, e lamento dizê-lo, não querem que 12 milhões de romanichéis lá se vão instalar”, até porque, “durante seis séculos, os Roma não se integraram nos países da Europa Central e Oriental, onde têm residido”²⁹⁶, apontando-se idiosincrasias culturais e comportamentais à população cigana que impedem essa integração. O Parlamento Europeu é acusado, nos discursos da FN, de criar uma “hierarquia de pessoas que coloca a minoria Roma no topo, depois os migrantes de fora da Europa, a seguir os europeus de origem não europeia e, por fim, mesmo no fundo, os de origem europeia”²⁹⁷.

Considerando que, no caso dos africanos, os imigrantes “são as primeiras vítimas da globalização e da neo-escravatura ultraliberal”, para travar o fenómeno a FN sugere a “reformulação de uma ajuda internacional restritiva, de forma a promover a estabilidade política e económica nesses países”²⁹⁸ e “lutter contre le pillage scandaleux des ressources de l’Afrique par une poignée d’entreprises mondialisées avec la complicité de nos gouvernements”²⁹⁹ criando boas condições de vida nos países de origem das populações que pretendem e/ou tentam entrar no continente europeu.

A essa intenção soma-se a de terminar com o Acordo de Schengen, que permite a livre circulação de pessoas dentro do espaço europeu, criando “excelentes oportunidades para os imigrantes ilegais, que sabem que, independentemente do local por onde entrarem na Europa, poderão fixar-se onde quiserem”, especialmente em

²⁹⁵ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011i). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110406+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-301-000>.

²⁹⁶ GOLLNISCH, Bruno – “Situação da população romanichel na Europa (debate)”. (2010g). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100907+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-352>.

²⁹⁷ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010h). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100325+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-248>.

²⁹⁸ LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto”. (2010b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101019+ITEM-009+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-826>.

²⁹⁹ LE PEN, Marine, 2009c.

França³⁰⁰. De resto, Schengen, e consequente abertura de fronteiras internas (sem reforço das externas), é encarado como conducente à concessão de “extraordinárias oportunidades oferecidas os terroristas de todos os credos”³⁰¹, bem como ao aumento da criminalidade organizada e transnacional – que beneficiam também da mundialização, pois a livre circulação de capitais facilita processos de lavagem de dinheiro³⁰².

Em suma, os representantes da FN definem-se como os que “se preocupam com os efeitos da globalização da economia sobre a sua identidade, com a mistura universal das pessoas”³⁰³, numa demonstração clara da influência das teses da “nova direita” (condenatória do cosmopolitismo e da mistura de civilizações) no interior do partido.

3.3.3 – Alargamentos

Em matéria de alargamentos, há uma oposição de fundo em relação à entrada da Turquia no clube da União Europeia, sendo o desenvolvimento de uma “parceria privilegiada”³⁰⁴ a opção favorita da FN. Ancorada na opinião dos “cidadãos da Europa, que na sua esmagadora maioria se opõem à adesão da Turquia”³⁰⁵ e, pese embora o país sirva como “ponte entre a Europa e a Ásia”³⁰⁶, “não é (...) europeu, nem em termos geográficos, nem demográficos, nem históricos, nem culturais”³⁰⁷. É apontado também o facto de “a Turquia não honrar os seus compromissos, de as reformas serem lentas, de

³⁰⁰ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011j). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110608+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-219-000>.

³⁰¹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto (continuação)”. (2009b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091112+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-110>.

³⁰² GOLLNISCH, Bruno – “A criminalidade organizada, a corrupção e o branqueamento de capitais”. (2011i). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130611+ITEM-013-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-348-750>.

³⁰³ GOLLNISCH, Bruno – “Eleição do Presidente do Parlamento Europeu”. (2009c). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20090714+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-028>.

³⁰⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010i). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100921+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-347>.

³⁰⁵ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011m). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110309+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-314-000>.

³⁰⁶ GOLLNISCH, 2010h.

³⁰⁷ GOLLNISCH, 2010h.

as condições das mulheres e das minorias cristãs estarem a deteriorar-se”³⁰⁸ e, acima de tudo, o de não conseguir resolver a situação conflituosa com um Estado-Membro (o Chipre): “tout est prétexte à la Turquie pour réaffirmer sa négation de la souveraineté de la République de Chypre et son soutien au nord de l’île, qu’elle occupe militairement”³⁰⁹. Levanta-se ainda a questão de a União Aduaneira entre a União Europeia e a Turquia, acordada em 1963, supostamente ter representado o aumento das deslocalizações e, por consequência, do desemprego dentro da União, sendo que a adesão plena só é bem vista “sob o prisma dos benefícios industriais e comerciais a granjear por europeístas, mundialistas e ultraliberais ávidos de lucros”³¹⁰. Perante tudo isto, os frentistas não consideram “credível”³¹¹ a prossecução das negociações visando a adesão turca.

Durante o período analisado só a Croácia entrou na comunidade europeia. Conquanto a FN a considere – em termos geográficos, culturais, históricos e populacionais – “um país europeu”, não foi favorável à adesão porque é incapaz de vender “un billet à un ami pour qu’il embarque sur le Titanic”³¹². Mesmo que a vontade dos croatas em aderir tenha sido comprovada em referendo, o encanto, na visão da FN, deve desaparecer rapidamente pois os “bénéfices qu’il en retirera seront bien moindres qu’espérés, et les contraintes bien plus insupportables que prévues”³¹³.

Nas intervenções dos eurodeputados aqui estudadas, os processos de integração europeia de Islândia, Macedónia, Sérvia (candidatos à adesão, tendo, em 2014, a Islândia retirado o seu pedido), Bósnia-Herzegovina e Kosovo (potenciais candidatos) foram abordados – sempre por Bruno Gollnisch.

No caso islandês, foi frisado que “a decisão de se candidatar à adesão foi tomada num momento de pânico, após o colapso do sistema bancário islandês, para que pudesse beneficiar de apoio europeu”, não sendo “útil” a integração da Islândia.

³⁰⁸ GOLLNISCH, 2011m.

³⁰⁹ LE PEN, Jean-Marie – “Tensões entre a Turquia e a República de Chipre (debate)”. (2011a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110927+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-735-500>.

³¹⁰ LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto”. (2010c). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100921+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-349>.

³¹¹ LE PEN, Jean-Marie, 2011a.

³¹² GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011n). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20111201+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-358-000>.

³¹³ GOLLNISH, 2011n.

Relativamente à Macedónia e à Bósnia-Herzegovina, os processos foram declarados “prematurados” por dois fatores: os conflitos que esses dois países ainda mantêm com países vizinhos³¹⁴ e a sua “impréparation économique, juridique, administrative et des relations conflictuelles entre leurs communautés ethnico-religieuses”³¹⁵.

Sobre a Sérvia, é reprovada a “ambiguidade”³¹⁶, presente em cláusulas do seu processo de adesão, relativa à questão do Kosovo, um território que o partido (à imagem de Chipre, Eslováquia, Espanha, Grécia e Roménia) não reconhece como Estado, defendendo que a sua independência colide com o direito à autodeterminação da Sérvia. Se isso não bastasse, a crer na FN, o acordo de associação com os kosovares levaria a que a União Europeia tivesse de “faire face à la criminalité organisée, à la corruption, à la persécution des minorités”³¹⁷, aux failles de l’État de droit”³¹⁸.

3.3.4 – Perspetiva sobre países terceiros e intervenções no estrangeiro

No que toca à forma como observa as grandes potências mundiais (neste caso, a China, os Estados Unidos e a Rússia, dado serem os três que mais discussões motivaram durante o período estudado), é notória uma clara simpatia da Frente Nacional pelos russos, não estendida aos dois outros Estados referidos.

Ainda que, durante a Guerra Fria, como já mencionámos, parte importante da política da FN girasse em torno do “perigo vermelho”, atualmente, e até porque “não é a

³¹⁴ Neste aspeto, e mesmo que Gollnisch não o tenha referido diretamente, a questão reside: no conflito existente entre a Macedónia e a Grécia (membro da União Europeia desde 1981) devido ao nome escolhido (Macedónia) pela antiga república jugoslava para designar o seu país. Cf. THE ECONOMIST – Call it what you want. **The Economist** [Em linha]. 10/12/2011. [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21541400>; e nas diversas disputas territoriais da Bósnia-Herzegovina com os países fronteiriços. Cf. GOSAR, Anton – “Border Puzzle: The Results of Disintegration and EU Integration Processes on the Territory of the Former Yugoslavia”. (2010). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/publicn/eurasia_border_review/ebr3/gosar.pdf.

³¹⁵ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120314+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-376-500>.

³¹⁶ GOLLNISCH, Bruno – “Processo de integração europeia do Kosovo (debate)”. (2013g). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130417+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-919-000>.

³¹⁷ A referência é ao “destino trágico dos sérvios do Kosovo, perseguidos no território, agora colonizado, dos seus antepassados”. Cf. GOLLNISCH, 2009a.

³¹⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120314+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-376-500>.

URSS”, a Rússia “é um grande país com que devemos criar relações privilegiadas, porque temos interesses comuns e benefícios mútuos a retirar dessas relações” e que, “ao contrário da Turquia, faz parte, inquestionavelmente, da geografia, da cultura, do espírito e da civilização da Europa”³¹⁹. O partido defende que os russos – recusadores da “nova ordem mundial” e um exemplo de patriotismo e de aposta em setores chave como a Defesa nacional³²⁰ –, são “um parceiro geopolítico inevitável”, “estratégico para os Estados europeus”³²¹. Critica ainda as sistemáticas condenações da União Europeia em relação a violações dos direitos humanos no interior de uma nação que “conseguiu erguer novamente a cabeça de uma nação inteira apesar das dificuldades e desafios consideráveis a que ainda tem de dar resposta”³²². Sobre as pressões que a Rússia exerce sobre os países vizinhos (especialmente quando eles colocam a hipótese de uma maior aproximação à UE), a FN acusa a União de não ser qualquer exemplo por teoricamente usar os acordos comerciais e de parceria não só para influenciar as políticas internas de outros países, mas também para prosseguir a política de alargamento sem atender a quaisquer interesses³²³. Nos casos de crises entre a UE, a Rússia e/ou os países próximos dos russos é defendida uma política de negociação (e não de oposição) com todos os lados³²⁴.

É da maior importância uma explicação acerca das constantes referências à pertença europeia (caso da Rússia) ou não (principalmente a Turquia) de determinados países. A FN diz-se um partido verdadeiramente europeu, sendo três os fatores essenciais que permitem a um país definir-se enquanto tal³²⁵: um substrato religioso cristão (sinónimo de uma determinada visão sobre o Homem e o mundo); o desenvolvimento de afinidades culturais catalisadas por alianças e por lutas contra invasores externos comuns, como os Muçulmanos (invocações da Europa como berço

³¹⁹ LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto (continuação)”. (2009a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091112+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-134>.

³²⁰ BALENT, 2012, pp. 76-82.

³²¹ LE PEN, Jean-Marie – “Conclusões da Cimeira UE-Rússia (31 de maio - 1 de junho) (continuação do debate)”. (2010d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100616+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-090>.

³²² LE PEN, Jean-Marie, 2010d.

³²³ GOLLNISCH, Bruno – “Pressão exercida pela Rússia sobre os países da Parceria Oriental (no contexto da próxima Cimeira da Parceria Oriental em Vilnius) (debate)”. (2011o). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130911+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-575-500>.

³²⁴ GOLLNISCH, 2011o.

³²⁵ BALENT, 2012, pp. 34-35.

da filosofia ocidental, por exemplo, são usadas de forma a minorar as civilizações surgidas posteriormente e fora do continente europeu); e a existência de um território provido de fronteiras naturais. Em suma, é uma visão ideológica, e não histórica, do continente, na medida em que são destacados as fases de unidade europeia – as Cruzadas e/ou a era do Humanismo – secundarizando períodos de lutas e guerras entre nações europeias – permitindo a prevalência e a valorização de uma suposta homogeneidade cultural que renega as contribuições dadas à Europa por parte de outras civilizações, como ocorreu na Idade Média com os Muçulmanos³²⁶. Numa mundividência introduzida na FN pela corrente da “nova direita” (baseada no GRECE), crê-se numa família europeia herdeira da existência “d’une civilisation indo-européenne pré-historique rassemblent les peuples d’Eurasie, qui aurait forgé leurs mentalités et accrédirait leur ascendance commune” e que permite alegar “la compatibilité de la représentation mentale et du mode de vie de ces peuples”³²⁷. Tal não impede a feroz confrontação ao projeto da União Europeia, sendo defendida uma cooperação entre países europeus em torno de interesses partilhados.

Palavras bem mais duras em comparação às alusivas aos russos são as escritas e proferidas em relação à China, “le plus grand contrefacteur du monde”³²⁸, um símbolo do ultraliberalismo. A FN acusa as instituições europeias de, ao invés do que ocorre com a Rússia, silenciarem “as sistemáticas violações do Estado de direito”³²⁹ do “paradis du capitalisme le plus cynique”³³⁰, especialmente em relação aos “‘laogai’³³¹, essa espécie de imensa fábrica, no que respeita a requisitos sociais mínimos como os europeus, enquanto os nossos trabalhadores franceses ou europeus estão desempregados”³³². A teórica ausência de regulamentação no comércio com os chineses provocou (e continua a provocar) “la désindustrialisation de l’Europe, les

³²⁶ BALENT, 2012, p. 36.

³²⁷ BALENT, 2012, pp. 76-77.

³²⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012e). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120703+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-311-750>.

³²⁹ LE PEN, Jean-Marie, 2010d.

³³⁰ GOLLNISCH, Bruno – “Relações comerciais UE-Taiwan (debate)”. (2012f). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131008+ITEM-018+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-609-000>.

³³¹ Os “laogai” são campos chineses de reeducação pelo trabalho, inspirados nos gulag soviéticos.

³³² LE PEN, Jean-Marie, 2010c.

délocalisations, la perte de millions d'emplois, l'inondation de nos marchés par des produits de mauvaise qualité”³³³.

Por sua vez, a alusão aos Estados Unidos da América é usual não para criticar diretamente o país, mas como forma de reprovar a postura da União em assuntos relacionados com os norte-americanos. Um exemplo pode ser encontrado na discussão do acordo sobre trocas comerciais e investimento com os EUA: para a FN, isso vai expor a UE a “une concurrence encore plus sauvage au seul profit de multinationales toujours plus gigantesques et de marchés financiers toujours plus rapaces”³³⁴, ameaçando a agricultura, a indústria e os serviços europeus. Um passo adicional na “submissão”³³⁵ europeia aos Estados Unidos, que não é exceção em matérias de defesa nacional, nas quais o partido teme que a Europa “desarmada” seja “absorbé par une puissance américaine plus vigoureuse et souveraine”³³⁶, ao confiar em exclusivo a sua defesa ao “grande irmão americano”³³⁷. Outra matéria polémica envolvendo os EUA consistiu na descoberta de programas de vigilância (mormente o PRISM), abrangendo cidadãos europeus, levados a cabo pela NSA (National Security Agency), que abrangiam cidadãos europeus. A FN encara o PRISM como “une étape de plus dans le fichage généralisé de la population par les services d’information américains” e reprova a colaboração de países da UE (com destaque para o Reino Unido) nesse “irrespect de plus en plus grave du droit à la vie privée”³³⁸. Condenação estendida ao caso do fundador da WikiLeaks³³⁹, Julien Assange, sob proteção diplomática na Embaixada do Equador, no qual a FN fala de hipocrisia da União ao não se insurgir perante a vontade

³³³ GOLLNISCH, Bruno – “UE e China: desequilíbrio comercial? (debate)”. (2012g). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120522+ITEM-013+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-524-000>.

³³⁴ LE PEN, Marine – “Negociações do acordo sobre trocas comerciais e investimento da UE com os EUA”. (2013e). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-398-000>.

³³⁵ LE PEN, Marine, 2013a.

³³⁶ LE PEN, Marine, 2013e.

³³⁷ LE PEN, Jean-Marie – “Segurança comum e política de defesa (artigo 36.º do TUE) - Impacto da crise financeira no setor da defesa (debate)”. (2011b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20111213+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-395-000>.

³³⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Controlo da Internet dos cidadãos da UE pelos Estados Unidos (Programa PRISM da Agência de Segurança Nacional) (debate)”. (2013h). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130611+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-049-500>.

³³⁹ A WikiLeaks é uma organização que se tornou conhecida pela divulgação de material secreto da autoria de Estados, governos, e altas organizações internacionais. Cf. FILDES, Jonathan – What is Wikileaks?. **BBC News** [Em linha]. 07/12/2010. [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/technology-10757263>.

dos Estados Unidos em extraditá-lo do continente europeu e julgá-lo em solo norte-americano por publicação de conteúdo secreto do governo e de altas figuras dos EUA. A respeito da internet, a FN opôs-se a projetos como o ATA³⁴⁰ (de que anteriormente já falámos, pelo seu envolvimento na proteção de conteúdos em linha com direitos de autor), alegando “la logique répressive (...) envers les individus mènerait assurément vers la censure sur l'internet, tout en menaçant l'accès à la culture pour les plus faibles de nos concitoyens”³⁴¹, na “meilleure preuve de (...) complicité entre l'Union européenne et les États-Unis”³⁴².

As intervenções (e/ou as reações) de países europeus em Estados localizados no continente africano que viveram a “primavera Árabe” foram igualmente merecedoras de atenção por parte dos eurodeputados da Frente Nacional.

Para o partido, apoiante do princípio de não ingerência (“não nos [europeus] cabe dar ao mundo princípios e leis”³⁴³), “as boas intenções desta Câmara – que são muitas e fartas –, o desejo de intervenção humanitária e a ingerência em assuntos alheios têm efeitos profundamente adversos”³⁴⁴. Um deles é o de que “les capitales européennes ont créé des gouvernements islamistes par une intervention directe en Libye hier, et probablement en Syrie demain”³⁴⁵, ao apoiar os opositores ao regime, uma situação que é vista como ameaçadora para a própria Europa no sentido em que o

³⁴⁰ O ATA gerou bastante polémica devido à (alegada) ameaça que representava à liberdade de expressão na internet. Acabou por ser rejeitado no Parlamento Europeu. Cf. BBC – Ata: Controversial antipiracy agreement rejected by EU. **BBC** [Em linha]. 04/07/2012. [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/technology-18704192>.

³⁴¹ LE PEN, Marine – “Acordo Comercial Anticontrafação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, a Austrália, o Canadá, o Japão, a República da Coreia, os Estados Unidos Mexicanos, o Reino de Marrocos, a Nova Zelândia, a República de Singapura, a Confederação Suíça e os Estados Unidos da América (debate)”. (2012c). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120703+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-429-000>.

³⁴² LE PEN, Marine, 2013a.

³⁴³ GOLLNISCH, Bruno – “Alocação inaugural do Presidente do Parlamento Europeu”. (2009d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20090915+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-109>.

³⁴⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Os vizinhos do Sul, e a Líbia em particular, incluindo os aspetos humanitários (debate)”. (2011p). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110309+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-023-000>.

³⁴⁵ LE PEN, Marine – “Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa (debate) (2)”. (2013f). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-568-000>.

armamento fornecido pode vir a ser usado contra as populações dos países europeus³⁴⁶. A FN critica ainda a viragem das atenções europeias para a Líbia, ao invés de se dirigir para os “gouvernements islamistes qui font régner la terreur”, como o da Eritreia ou o da Somália, causadores da emigração massiva de naturais desses países rumo à Europa, muitos dos quais acabam por ser as vítimas em locais como Lampedusa³⁴⁷.

Nos casos egípcio e tunisino, relacionados, respetivamente, com a deposição de Hosni Mubarak e Ben Ali, à FN “repugna - à falta de palavra melhor - o tratamento concedido hoje a esses indivíduos, sem querer interferir pessoalmente de forma alguma na situação política desses países”³⁴⁸, criticando a postura condenatória para com ambos os regimes da União Europeia (por ter convidado Ben Ali, que fez um discurso no Parlamento Europeu em 1993) e dos socialistas europeus, dado que a Internacional Socialista, que federa os partidos socialistas de todo o mundo, integrava as organizações de Ali e Mubarak³⁴⁹.

Já antes outra situação havia motivado fortes reações da parte da FN: a crise que se gerou na Costa do Marfim na sequência das eleições presidenciais de 2010³⁵⁰, nas quais o presidente até aí em funções, Laurent Gbagbo, saiu derrotado por Alassane Ouattara, recusando-se a reconhecê-lo com alegações de fraude eleitoral. Tal gerou uma guerra civil entre os apoiantes dos dois candidatos, tendo a comunidade internacional apoiado Ouattara – a União Europeia aplicou sanções ao regime de Gbagbo³⁵¹.

Em pergunta à Comissão Europeia e ao Conselho de Ministros da UE³⁵², Marine Le Pen dizia que as “sanções escolhidas atingem não só os agentes económicos, mas também pessoas inocentes que não têm qualquer responsabilidade nesta situação”, não sendo, no entanto, a primeira vez que “um processo eleitoral «duvidoso» e «interrompido» (...) conduz a um bloqueio da situação política” de um país africano.

³⁴⁶ GOLLNISCH, Bruno – “Situação no Mali (debate)”. (2013i). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130115+ITEM-014+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-422-000>.

³⁴⁷ LE PEN, Marine, 2013h.

³⁴⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011q). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110203+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-174-000>.

³⁴⁹ GOLLNISCH, 2011q.

³⁵⁰ Cf. DIALLO, Mamadou Alpha; OLIVEIRA, Lucas Kerr de; SILVA, Igor Castellano – A crise da Costa do Marfim: a desconstrução do projeto nacional e o neo-intervencionismo francês. Revista Conjuntura Austral [Em linha]. Vol. 2, nº. 6 (2014). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/20643/12059>.

³⁵¹ Cf. COMISSÃO EUROPEIA – “Restrictive measures (sanctions) in force”. (2015). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: http://eeas.europa.eu/cfsp/sanctions/docs/measures_en.pdf.

³⁵² LE PEN, Marine – “Perguntas Parlamentares: Sanções da UE contra a Costa do Marfim”. (2011d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+WQ+E-2011-001915+0+DOC+XML+V0//PT&language=pt>.

Questionando a ingerência “nos assuntos internos de uma nação soberana”, sugeria a realização de uma segunda volta das presidenciais para garantir aos costa-marfinenses “o pleno exercício da sua soberania”. No plenário do Parlamento Europeu, coube a Bruno Gollnisch intervir sobre o tema, ao alertar para “o gregarismo generalizado: a nossa tendência para nos comportarmos como carneiros” em direção a uma constatação: a de “Alassane Ouattara estar inocente das atrocidades cometidas pelas suas tropas, quando Laurent Gbagbo é sempre responsabilizado pelas atrocidades cometidas pelas suas”³⁵³, num claro apoio do Parlamento a “um muçulmano não natural da Costa do Marfim treinado no FMI em Washington”³⁵⁴.

Porém, no que diz respeito à forma de lidar com a situação de instabilidade no Mali³⁵⁵, a FN afirmou que “on ne peut pas laisser un État d'Afrique tomber aux mains des djihadistes, dont on connaît les exactions”³⁵⁶, uma situação vista como perigosa para os malianos e seus países vizinhos. Ao mesmo tempo que criticavam, face à “necessidade de agir”, a suposta falta de apoio europeia à França no combate às forças rebeldes que ocupavam vastos territórios no Mali, os frentistas não deixavam de referir o desejo de que, antes dos soldados franceses, deveriam ser os jovens malianos residentes em França a partir para defender o seu país³⁵⁷.

A resposta europeia à situação na República Centro-Africana (RCA)³⁵⁸, outro país francófono, espoletou, à semelhança dos acontecimentos na Costa do Marfim e no Mali, uma reação da FN com especial veemência. Aí, haverá que destacar dois elementos comuns à forma como o partido olha para os assuntos internacionais. Primeiro, a especial preocupação com os países (e a herança) da francofonia: “la France

³⁵³ GOLLNISCH, Bruno – “Situação na Costa do Marfim”. (2011r). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110406+ITEM-017+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-658-000>.

³⁵⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011s). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110407+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-290-000>.

³⁵⁵ Em 2012, o Mali começou a mostrar vulnerabilidades perante “o avanço de redes terroristas e criminosas” no seu território. A França decidiu-se pela intervenção no país pelo “receio de que as colunas armadas dos rebeldes islamitas chegassem sem resistência a Bamako, capital do Mali”. Cf. CARNEIRO, António – Escasso apoio militar europeu à intervenção no Mali causa mal-estar em França. RTP [Em linha]. 17/01/2013. [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=620397&tm=7&layout=121&visual=49>.

³⁵⁶ GOLLNISCH, 2013i.

³⁵⁷ GOLLNISCH, 2013i.

³⁵⁸ O país assistiu, em 2013, a um golpe de estado protagonizado por uma coligação intitulada Séléka (de inspiração muçulmana) que derrubou o presidente François Bozizé (cristão). Esse acontecimento motivou uma situação caótica por todo o país, que originou a resposta rápida da França, responsável, com mandato da ONU, pelo envio de tropas para controlar a situação. Posteriormente, outros países juntaram-se aos franceses no esforço militar para a pacificação da RCA.

et son armée connaissent ce pays et ont suffisamment à y faire pour ne pas être gênée par de petits contingents européens non francophones et non préparés au terrain africain” com um pedido às instituições europeias para que permita às “nations européennes agir là où elles ont vocation historique à intervenir, là où elles ont un savoir-faire”. O outro aspeto a destacar é a referência religiosa, que já havíamos visto a propósito do costa-marfinense Ouattara – a FN descreve um país que “est plongée dans le chaos depuis mars 2013, lorsqu'une coalition hétéroclite à dominance musulmane, la Seleka, a renversé le pouvoir légal du président Bozizé” (cristão), sendo que “les exactions commises pendant des mois sur une population majoritairement chrétienne ont entraîné un cycle de tueries interreligieuses”³⁵⁹.

A defesa das populações cristãs em países estrangeiros (e islâmicos) é repetida pela FN, para quem “o respeito pela liberdade de consciência” não existe “em vários países onde a maioria da população é muçulmana, nomeadamente, alguns que são considerados moderados, [nos quais] os cristãos são tratados como cidadãos de segunda classe”³⁶⁰. O mesmo acontece com as minorias brancas em países africanos, com a denúncia por parte da organização do “racismo antibranco” que resulta em discriminação e até em vagas de assassinatos de agricultores brancos em Estados como a África do Sul³⁶¹ ou o Zimbabué³⁶².

³⁵⁹ LE PEN, Marine – “O papel da Europa na República Centro-Africana (debate)” (2014b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140205+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140205+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-618-000)

[015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-618-000](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140205+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-618-000).

³⁶⁰ GOLLNISCH, Bruno – “Situação dos cristãos no contexto da liberdade de religião (debate)”. (2011t). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000)

[010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000).

³⁶¹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012h). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000)

[010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000).

³⁶² GOLLNISCH, Bruno – “Acordo provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral e a CE”. (2013j). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130117+ITEM-013-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130117+ITEM-013-04+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-169-011)

[013-04+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-169-011](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130117+ITEM-013-04+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-169-011).

3.3.5 – Críticas à situação francesa

Neste trabalho, já verificámos que os partidos eurocéticos usam instituições como o Parlamento Europeu para influenciar a política interna. Nesse âmbito, nas intervenções analisadas é recorrente ver os representantes da FN aproveitarem a ocasião para se debruçarem sobre assuntos domésticos, maioritariamente para atacar os presidentes franceses (Sarkozy, até 2012, seguido de Hollande) e os governos liderados pelos seus partidos (em 2012, a UMP, de Sarkozy, foi sucedida pelo partido de Hollande, o PS).

Até à sua saída da presidência francesa, Sarkozy (que ocupou o cargo entre 2007 e 2012) e o governo da UMP foram alvos frequentes da FN, que via o primeiro como colaborador de Angela Merkel (“le couple ‘Merkozy’”) ao “imposer à vingt-sept peuples une Europe allemande, pure aberration mentale”³⁶³. Essa União Europeia é associada à “irresponsabilidade dos mercados e dos bancos”, que beneficiaram de ajudas estatais para a sua estabilização, numa prova “do capitalismo ético anunciado por Nicolas Sarkozy, pela União Europeia e pelo G20” cúmplices dos “escroques [que] emitiam e negociavam ativos tóxicos”³⁶⁴. Acusado de demagogia por (supostamente) não cumprir a sua promessa, feita por altura das Presidenciais francesas de 2007, de reformar a Europa³⁶⁵, foi ainda criticado pelas suas antigas relações com ditadores (caso de Ben Ali, a quem costumava dar “as boas-vindas com um abraço e uma palmadinha afetuosa nas costas”³⁶⁶); pelo modo como “ameaça, recorre aos tribunais à mais pequena crítica ou se implica pessoalmente num processo para eliminar um adversário político”³⁶⁷; e pela entrada, considerada excessiva, de romanichéis em território francês fruto da abertura de fronteiras e da assinatura de tratados por parte de Sarkozy e de

³⁶³ LE PEN, Jean-Marie, 2011b.

³⁶⁴ LE PEN, Jean-Marie – “Situação monetária, económica e social difícil em países da zona euro (debate)”. (2010e). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100209+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-205>.

³⁶⁵ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012i). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120418+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-242-500>.

³⁶⁶ GOLLNISCH, 2011p.

³⁶⁷ LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto”. (2009b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091021+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-147>.

membros do governo da UMP³⁶⁸. O governo francês, de facto, também não foi poupado: desde a forma como lidou com a gripe H1N1, mostrando que, “em França, por muito propenso a erros, negligente ou incompetente que um ministro seja, nada o, ou a, obrigaria a pedir a demissão”³⁶⁹, até ao modo como se vê “um Ministro (...) convidado para um grande telejornal (...) confessar ter praticado turismo sexual, ato punido em termos penais mas, estranhamente, não quando isso o afeta”³⁷⁰.

A chegada de François Hollande ao Eliseu não abrandou o tom da FN. O partido verrinava, poucas semanas após as eleições, o chefe de Estado francês por este trair as suas promessas eleitorais³⁷¹ ao aceitar as recomendações europeias no sentido de reduzir a dívida pública nacional. Meses depois, Hollande e o governo socialista eram acusados de prosseguir o caminho de Sarkozy, ou seja o do “jeu exclusif des puissances d'argent et d'une Union européenne quasi totalitaire, une Europe de Bruxelles et de Berlin, sous l'emprise des "banksters" de Goldman Sachs”, para quem apenas interessa a “rentabilité financière à court terme”³⁷². A presença da FN no Parlamento Europeu serviu ainda para denunciar a forma como o governo lidou com as manifestações, em 2013, contra o casamento homossexual, nas quais se assistiu a “arrestations et gardes à vue arbitraires, entraves à la liberté de circulation et de manifestation, violences policières sur ordre des autorités”³⁷³.

Curiosamente, a FN não perdeu a oportunidade de, numa discussão sobre a situação política na Costa do Marfim (!), lamentar o sistema uninominal maioritário a duas voltas francês que permitia que, à data, “um Grupo que conta com milhões de eleitores, com um líder que chegou à última volta das eleições presidenciais” não tivesse “um único deputado, nem sequer um único senador, no nosso Parlamento nacional”³⁷⁴.

³⁶⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010j). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100909+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-107>.

³⁶⁹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010l). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110308+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-248-500>.

³⁷⁰ LE PEN, Jean-Marie, 2009b.

³⁷¹ LE PEN, Marine – “Preparação do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2012 - Quadro Financeiro Plurianual e recursos próprios (debate)”. (2012d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120613+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-108-000>.

³⁷² LE PEN, Marine, 2013b.

³⁷³ GOLLNISCH, Bruno – “Situação na Turquia”. (2013l). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130613+ITEM-008-08+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-252-250>.

³⁷⁴ GOLLNISCH, Bruno – “Situação na Costa do Marfim (2)”. (2011u). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

3.3.6 – Assuntos diversos

Já tendo sido passados em revista os temas sobre os quais a FN mais interveio, há, ainda assim, outros assuntos que motivaram reações reveladoras de determinadas opções políticas do partido.

A recusação do “lobby verde” e “do politicamente correto ‘verde’, que nos quer pôr a produzir eletricidade” por via de energias renováveis³⁷⁵, dominantes na União Europeia e associados ao ultraliberalismo mundialista, é uma delas. Isto porque as renováveis são beneficiadas em detrimento da produção em minas de carvão “causando grande sofrimento e deixando regiões inteiras caírem na ruína - regiões que desta maneira se tornaram desertos económicos e sociais e que muitas vezes não puderam recuperar”³⁷⁶. O mesmo raciocínio é aplicado à produção de energia nuclear e fóssil, também apontadas, regularmente, como prejudiciais por parte das instituições europeias. Acerca da energia nuclear³⁷⁷, pedir aos países da União Europeia para “abandonarem urgentemente essa fonte de energia, a deterem a construção de novas centrais e a encerrarem outras” é incoerente com a “rejeição cabal da energia fóssil, sob o pretexto de que a sua utilização contribuirá para o aquecimento global”, dado que as energias renováveis não são capazes de responder à procura de abastecimento³⁷⁸. A hostilidade relativamente às atividades de extração de gás e óleo de xisto, motivada por preocupações ambientais, é igualmente criticada face à perspectiva de um alto rendimento económico que a exploração dessas fontes de energia poderia gerar – e, simultaneamente, a maior autonomia energética que daria ao(s) país(es) que o fizesse(m)³⁷⁹. Na resposta a problemas como o aquecimento global, a FN coloca a questão da seguinte forma: “*réalisme économique contre religion du réchauffement*

//EP//TEXT+CRE+20110406+ITEM-

017+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-660-000.

³⁷⁵ LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto”. (2010f). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-348>.

³⁷⁶ LE PEN, Jean-Marie, 2010f.

³⁷⁷ Cerca de 75% da eletricidade produzida em França provem de reatores nucleares. Simultaneamente, o país tem um dos preços de eletricidade mais baixos da Europa, sendo o maior exportador do mundo nessa área. Cf. WORLD NUCLEAR ASSOCIATION – “Nuclear Power in France”. (2015). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Countries-A-F/France/>.

³⁷⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011v). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110407+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-203-000>.

³⁷⁹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012j). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20121121+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-257-750>.

climatique”³⁸⁰, à qual não tem muita dificuldade na preferência pela primeira opção. Na opinião frentista, “sempre houve aquecimentos climáticos” e a obsessão com o seu combate serve para “preparar a chegada do governo mundial” e “culpabilizar mais uma vez o homem europeu e o homem ocidental, considerado, erradamente, responsável por todos os pecados do mundo”³⁸¹. Nesta discussão, a ideia de que as políticas ambientais mais não têm do que destruído setores como agricultura (em benefício dos “neocapitalistas do negócio ecológico” que aproveitam a PAC “verde”³⁸²) e a pesca é constantemente repetida.

Outra das grandes demandas da FN é o aumento do orçamento (nacional) dedicado ao setor da defesa nacional, que responde “aux besoins stratégiques, diplomatiques et de sécurité spécifiques à chaque nation”³⁸³. Não descartando a existência de cooperação entre países quando tal se justifique, as orientações na área da defesa devem, portanto, ser exclusivamente nacionais, pois correspondem à mundividência de um Estado, não havendo “pays libres sans défenses nationales”³⁸⁴. Considerando que “les budgets de la défense sont les premiers sacrifiés sur l'autel de la rigueur budgétaire”³⁸⁵, o partido privilegia a crítica, como tivemos oportunidade de ver, à dependência que os países europeus mantêm em relação aos Estados Unidos nesta matéria.

No que concerne à igualdade de género, a FN acredita que “igualdade de oportunidades e não discriminação não significam abolir e negar as diferenças e a complementaridade entre homens e mulheres” quanto “às respetivas naturezas, aspirações e maneiras de encarar o mundo e a vida”³⁸⁶, perguntando onde vai terminar “este talibanismo da ‘igualdade dos géneros’”. Se, por um lado, o PE mostra “uma sociedade europeia caricatural cheia de hostilidade quotidiana e sistemática contra as

³⁸⁰ GOLLNISCH, Bruno – “Calendário dos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa”. (2013m). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130416+ITEM-009-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-280-250>.

³⁸¹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009e). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091125+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-130>.

³⁸² LE PEN, Marine, 2010a.

³⁸³ LE PEN, Jean-Marie, 2011b.

³⁸⁴ GOLLNISCH, Bruno – “A Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia (2013n). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131121+ITEM-009-16+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-317-500>.

³⁸⁵ LE PEN, Jean-Marie, 2011b.

³⁸⁶ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011x). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110308+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-427-500>.

mulheres”, por outro, “as mulheres estão a perder, a pouco e pouco, os direitos sociais específicos e legítimos obtidos como reconhecimento do seu papel”, mormente no caso da maternidade³⁸⁷. Quase inevitável no debate da igualdade de género é a criação de medidas de discriminação positiva dirigidas às mulheres, amiúde em forma de quotas. Nas palavras da FN, as mulheres não necessitam desse “genre de mesures sexistes pour voir leurs mérites reconnus”³⁸⁸.

Alvo de reprovação é ainda o casamento entre pessoas do mesmo sexo por não “promover a família, composta por um pai, uma mãe e os filhos, que constitui a unidade fundamental de qualquer sociedade” e desrespeitar o princípio “natural” que consagra “o matrimónio como a união entre um homem e uma mulher”³⁸⁹. Uma questão que deve ser deixada ao entendimento dos Estados-Membros e cuja discussão nem deve ser tida em sede europeia³⁹⁰, local em que projetos legislativos que pretendem propagandear e transformar “en nouvelles valeurs de l'Europe l'homosexualité masculine, le lesbianisme, la bisexualité, la transexualité, etc”, impor o casamento homossexual, dar asilo a membros LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) perseguidos fora da Europa e tornar as críticas a essas medidas em “discurso de ódio” são “contributions actives à la décadence de l'Europe”³⁹¹. A países, como a Lituânia, que, aos olhos da FN, tentam contrariar essa tendência, é dado apoio total, por se considerar “natural” a proteção das crianças “de toda e qualquer propaganda a favor da homossexualidade, da bissexualidade e da poligamia”³⁹².

Favorável à pena de morte, “num Estado de direito, e apenas e só num Estado de direito”, onde “não é um crime de Estado”, dado que “ajuda a proteger a sociedade e os cidadãos contra criminosos para quem a pena capital constituiu, por vezes, a única

³⁸⁷ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010m). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100210+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-955>.

³⁸⁸ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012l). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120313+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-317-000>.

³⁸⁹ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011z). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-405-000>.

³⁹⁰ GOLLNISCH, Bruno, 2011z.

³⁹¹ GOLLNISCH, Bruno – “A homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género”. (2014a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140204+ITEM-009-16+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-374-000>.

³⁹² GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009f). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20090917+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-181>.

forma de redenção”³⁹³, a FN, ao invés de se preocupar com os condenados à pena de morte, lamenta “todos aqueles que não foram poupados à morte”, ou seja, as vítimas mortais devido à ação de indivíduos que já haviam estado na prisão por crimes graves, bem como “os 200 000 inocentes nascituros que todos os anos fazemos desaparecer em França” fruto da prática de aborto por parte de algumas mulheres francesas³⁹⁴. Aí, bastantes eurodeputados são visados pela FN por quererem “impor em todo o lado o aborto maciço e obrigatório, elevado ao nível de valor essencial de uma Europa em vias de suicídio coletivo”³⁹⁵.

Num outro âmbito, mas não menos ferozes são as críticas às restrições dos “ayatollahs de l'antitabagisme” cuja “logique hygiéniste” se impõe “au nom, disent-ils, d'une liberté qu'ils ne cessent de vouloir restreindre” ao aprovar medidas que proíbem cigarros eletrónicos e com sabores ou que, para além das mensagens dissuasoras nos maços, pretendem tornar indistinguíveis os pacotes das diferentes marcas.³⁹⁶ Na verdade, a luta contra o tabaco terá levado a que, ao mesmo tempo que “a produção francesa de tabaco desapareceu”, os hábitos dos fumadores europeus fossem supridos “com tabaco importado do estrangeiro”³⁹⁷.

³⁹³ GOLLNISCH, Bruno – “Dia Mundial contra a Pena de Morte (debate)”. (2010n). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101006+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-035>.

³⁹⁴ GOLLNISCH, 2010l.

³⁹⁵ GOLLNISCH, 2010j.

³⁹⁶ GOLLNISCH, Bruno – “Fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins”. (2013o). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131008+ITEM-010-08+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-311-937>.

³⁹⁷ GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009g). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091126+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-130>.

Conclusão

O surgimento da Frente Nacional, em 1972, enquadra-se numa tendência pós-materialista e libertária ocorrida na segunda metade do século XX, fazendo o partido parte da denominada “nova direita” e da lista (elencada por Ignazi) de partidos pós-industriais que integra as organizações partidárias que surgiram e se afirmaram numa fase marcada por ideias de autorrealização e identidade pessoal, típicas do pós-materialismo. A consolidação da FN, na década de 80, integra-se no movimento de aparecimento e/ou avigoramento, originado pelo fenómeno da imigração massiva no continente europeu, dos partidos considerados da terceira vaga da extrema-direita europeia.

De igual forma, o contexto histórico francês é relevante para compreender a forma como nasceu a Frente Nacional. Os movimentos contrarrevolucionários e boulangista, as organizações que exploraram o Caso Dreyfus, a Ação Francesa, o impulso extremista (de direita) antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o poujadismo e os movimentos ligados à causa da Argélia Francesa antecederam a FN no campo da extrema-direita em França, cujo denominador comum é a busca incessante pela ordem e pela autoridade, preferencialmente sob a forma de um regime e de um líder inquestionáveis. Algo que se traduz na oposição ao pluralismo político, a par da preferência por uma uniformidade social que lhe permite adotar uma retórica inflamada perante alguns setores da sociedade, como é o caso, ao longo da história contemporânea, dos judeus.

A Frente Nacional partilha com os outros partidos de direita radical europeia (de acordo com a definição de Cas Mudde): o nativismo, ao aliar o nacionalismo à xenofobia, causador de um discurso identitário anti-imigração e condenatório da mundialização; o autoritarismo, centrado no cumprimento rigoroso da lei e sinónimo da presença de um forte moralismo punitivo atinente ao incumprimento da moral convencional, o que leva à discriminação de alguns membros da comunidade; e o populismo, traduzido na luta pela constante separação entre o “povo” e as elites políticas, pretendendo este tipo de partidos servir de principais defensores do “povo”, supostamente esquecido pelo poder político. Subjacente a tudo isto está um carácter extremista, quer por ser um dos partidos mais à direita no espectro político, quer pelo simplismo com que faz face aos acontecimentos e às posições políticas.

Os princípios supra enunciados espelham-se na atividade política dos três eurodeputados frentistas ao longo da sétima legislatura do Parlamento Europeu. Os melhores resultados eleitorais do partido têm sido nas eleições para esse órgão, sendo que a presença da FN lá tem sido importantíssima não só para a institucionalização e profissionalização do partido, mas também para a divulgação das suas ideias, muitas das vezes conseguindo, dessa maneira, influenciar a política nacional francesa – os alvos das críticas vão desde os mais eminentes atores políticos gauleses até ao modelo de escrutínio uninominal maioritário.

A aversão à existência da União Europeia, mormente no seu molde atual, perpassa em praticamente todas as intervenções – de laivo populista. Aos olhos da FN, a UE é uma organização política, burocrata, contrária à soberania nacional, e com uma gritante falta de legitimidade democrática. Para além disso, o partido encara-a como um agente do mundialismo ultraliberal: pela sua alegada submissão, tal como a da globalidade da classe política, à “casta financeira internacional”, a qual integra, entre outros, os mercados financeiros e as agências de notação; e por presumidamente promover acordos comerciais que só beneficiam as multinacionais e o mundo financeiro, sempre em prejuízo das populações. Críticas que se estendem, pelas mesmas razões, a organizações como o Fundo Monetário Internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e a Organização Mundial do Comércio. De acordo com a FN, as consequências do fenómeno mundialista (e da ação da UE nele envolvida) refletem-se essencialmente na economia, como são os casos da indústria (através das deslocalizações para países de mão de obra mais barata), da agricultura (por via da Política Agrícola Comum, que teoricamente só desregula a agricultura europeia e está sujeita ao “lobby verde”, que, para além de beneficiar os mundialistas, pretende terminar com indústrias como a do carvão e a nuclear em benefício das energias renováveis) e das pescas (dada a imposição de quotas).

A imigração constitui-se, igualmente, como um dos alvos preferenciais dos frentistas. São apresentados quatro fatores principais nos quais se alicerça a posição do partido: o choque cultural e identitário ocorrido por causa da não-assimilação de comunidades imigrantes e da “imposição” de usos e costumes na sociedade de acolhimento, num discurso especialmente direcionado para as práticas (apelidadas de violentas) dos muçulmanos; economicamente, são referidos o desemprego e o “dumping social” (devido ao facto de muitos imigrantes aceitarem empregos requerendo condições de trabalho substancialmente más aos olhos da população nativa) gerador da baixa de

salários, a par do “custo social” para os “cidadãos nacionais”, por via das “generosas” condições dadas aos imigrantes, como por exemplo a atribuição de habitações sociais e de pensões; na demografia, a chegada de imigrantes significa, para a FN, a substituição das populações autóctones e não serve de resposta aos problemas demográficos, ligados ao envelhecimento galopante da população, enfrentados pelos países europeus; e por fim, mas não menos importante, a alegada taxa de delinquência acima da média por entre a população estrangeira não europeia nos Estados do continente.

Para resolver o “problema” da imigração, a solução da FN assenta principalmente em dois pontos: ajuda ao desenvolvimento económico e social das sociedades de onde são provenientes os imigrantes, maioritariamente vindos de África, e considerados vítimas de “pilhagem” de multinacionais e do “capitalismo selvagem”; e acabar com Schengen, uma das bandeiras do partido, dado que estabelece a livre circulação de pessoas e bens dentro da União Europeia e, conseqüentemente, abre espaço ao livre-trânsito de imigrantes (que, no discurso frentista, são amiúde integrados em enumerações que incluem criminosos e traficantes). O término deste Acordo deveria ser coadunado com o reforço das fronteiras externas europeias.

Nos casos em que é levantada a discussão acerca dos pedidos de asilo, a FN salienta a necessidade de a utilização desse tipo de medidas não servir de mero contorno da imigração económica, frisando que a União Europeia não tem condições para acolher “toda a miséria do mundo”.

Relativamente aos alargamentos, por diversas razões (entre as quais, a não auscultação dos cidadãos ou, quando isso aconteceu e os cidadãos se expressaram a favor da entrada, como no caso da Croácia, a ideia de que, mesmo assim, isso revelar-se-ia prejudicial para os interesses nacionais croatas), durante o período analisado os frentistas opuseram-se a todas as adesões. Uma em especial é comumente condenada: a da Turquia. A FN não considera o país europeu (em termos históricos, culturais, geográficos e demográficos), apelando constantemente à criação de uma parceria privilegiada com os turcos, mas nunca a sua entrada no clube europeu.

Pelo contrário, a Rússia é a potência mundial mais bem vista pelas hostes frentistas, que a veem como parte integrante da “civilização europeia”. É frequente a condenação, por parte dos eurodeputados da FN, de uma suposta atitude da UE para com os russos, em termos de direitos humanos, diferente da tida com países como a China, expoente máximo do “mundialismo ultraliberal”. Já a introdução dos EUA no discurso frentista, além de ocorrer para condenar acordos bilaterais (ou multilaterais)

com os americanos, permite introduzir outra crítica frequente, a da cada vez menor afetação de recursos financeiros para o setor da Defesa Nacional, dependente da ação dos EUA, mormente no que concerne à OTAN.

No que toca a intervenções em países terceiros, e ainda que a política dominante do partido seja a de não-ingerência nos assuntos internos de outros países, há uma clara preocupação para com a francofonia e a defesa das populações brancas e cristãs em países africanos.

Para investigações futuras, poder-se-á sugerir um trabalho semelhante ao aqui efetuado, mas com incidência nos representantes da Frente Nacional no Senado e/ou na Assembleia Nacional. De igual forma, uma boa hipótese de trabalho, pese embora com material de estudo de mais difícil acesso, pode residir na análise de discurso de autarcas do partido e na forma como é (está a ser) aplicada a retórica frentista num meio mais “micro” como são as autarquias (*communes*) – nomeadamente as lideradas pela FN. Por outro lado, e dentro do contexto europeu, seria interessante uma comparação entre a retórica de vários partidos eurocéticos e/ou de extrema-direita europeia que abordasse os temas a si mais comumente associados (a imigração e a oposição ao projeto europeu), mas também a forma como encaram a globalização, os alargamentos, as intervenções em países terceiros, etc.

Referências bibliográficas

AFP – Le nombre d'adhérents FN multiplié par 12 depuis 2007, selon le parti. **Libération** [Em linha]. 31/10/2014. [Consultado em 18/05/2015]. Disponível em: http://www.liberation.fr/politiques/2014/10/31/le-nombre-d-adherents-fn-multiplie-par12-depuis2007-selon-le-parti_1133438.

ALIDIÈRES, Bernard – "Trois decennies de vote Front National: éléments pour une cartographie diachronique et multiscalaire". (2014). [Consultado em 25/05/2015]. Disponível em: <http://www.geopolitique.net/wp-content/uploads/2014/08/W-Atlas1984-2014-new-quatro1.pdf>.

ALIDIÈRES, Bernard – Les temps du vote Front national et de ses représentations. In GIBLIN, Béatrice (coord.) – L'extrême droite en Europe. Paris: La Découverte, 2014. pp. 23-48.

AMARAL, Oswaldo E. – O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. Revista Debates. Porto Alegre. Vol. 7, n.º 2 (2013). pp. 11-32.

ARNOLD, Edward J. – *The Development of the Radical Right in France: From Boulanger to Le Pen*. London: MacMillan, 2000.

ARON, Raymond – The end of the ideological age?. In WAXMAN, C. I. (ed.) – *The end of ideology debate*. New York: Simon & Schuster, 1968. pp. 27-48.

AZÉMA, Jean-Pierre – Vichy. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 191-214.

BALE, Tim; DUNPHY, Richard – *The radical left in coalition government: Towards a comparative measurement of success and failure*. Party Politics. London. Vol. 17, n.º 5 (2011). pp. 488-504.

BALENT, Magali – *Le monde selon Marine*. Paris: Armand Colin, 2012.

BARTOLINI, Stefano – *The Political Mobilization of the European Left, 1860–1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BBC – Ata: Controversial antipiracy agreement rejected by EU. **BBC** [Em linha]. 04/07/2012. [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/technology-18704192>.

BBC – French National Front expels founder Jean-Marie Le Pen. **BBC** [Em linha]. 20/08/2015. [Consultado em 16/09/2015]. Disponível em : <http://www.bbc.com/news/world-europe34009901>.

BELL, Daniel – *The End of Ideology. On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, New York: Free Press, 1962.

BERDAH, Arthur – Jean-Marie Le Pen veut un «Rassemblement Bleu Blanc Rouge» pour «agir avec le FN». **Le Figaro** [Em linha]. 07/09/2015. [Consultado em 16/09/2015]. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2015/09/05/25001-20150905ARTFIG00133-jean-marie-le-pen-veut-un-rassemblement-bleu-blanc-rouge-pour-agir-avec-le-fn.php>.

BERSTEIN, Serge – Les ligues, un phénomène de droite. In SIRINELLI, Jean-François (dir.) – *Histoire des droites en France*. Paris: Gallimard, 1992. pp. 61-62.

BERTOSSI, Christophe – “Quando a França discute a “crise” do seu modelo de integração”. (2009). [Consultado em 28/05/2015]. Disponível em: http://www.gulbenkian.pt/images/mediaRep/institucional/fundacao/programas/PG%20Desenvolvimento%20Humano/pdf/C_Bertossi_PT.pdf.

BETZ, Hans-Georg – Xenophobia, Identity Politics and Exclusionary Populism in Western Europe. In FELDMAN, Matthew; GRIFFIN, Roger (eds.) – *Fascism – Critical concepts in political science*. Volume 5. London: Routledge, 2004. pp. 51-68.

BEYME, Klaus Von (ed.) – *Right-Wing Extremism in Western Europe*. London: Frank Cass, 1988.

BIRENBAUM, Guy – *Le Front National en politique*. Paris: Balland, 1992.

BIRNBAUM, Pierre – Affaire Dreyfus, Culture Catholique et antisémitisme. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 83-123.

BLOCK, Maurice – *Dictionnaire général de la politique*. Paris: O. Lorenz, Libraire-Éditeur, 1864.

BOBBIO, Norberto – *Direita e Esquerda*. Lisboa: Presença, 1995.

BOLTANSKI, Luc; ESQUERRE, Arnaud – *Vers l'extrême, Extension des domaines de la droite*. Bellevaux: Éditions Dehors, 2014.

BONI, Marc - La célébration de la mort de De Gaulle divise au sein du FN. **Le Figaro** [Em linha]. 09/04/2014. [Consultado em 18/05/2015]. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/couacs/2014/11/09/25005-20141109ARTFIG00108-le-celebration-de-la-mort-de-de-gaulle-divise-au-sein-du-fn.php>.

BREDIN, Jean-Denis – *L’Affaire*. Paris: Fayard, 1981.

BRIGOULEIX, Bernard – *L'extrême-droite en France*. Paris: Fayolle, 1977.

BUCHEZ, Philippe J. B.; ROUX-LAVERGNE, Pierre C. – *Histoire parlementaire de la révolution Française, ou Journal des Assemblées Nationales depuis 1789 jusqu'en 1815*. Tomo XII. Paris: Paulin, 1834-1838.

BURNS, James M. – *Fire and Light: How the Enlightenment Transformed Our World*. New York: Thomas Dunne Books, 2013.

CALCA, Patrícia – “Clivagens Políticas e Partidos Políticos: Uma Abordagem”. (2010). [Consultado em 05/03/2015]. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP99_Calca.pdf.

CARNEIRO, António – Escasso apoio militar europeu à intervenção no Mali causa mal-estar em França. **RTP** [Em linha]. 17/01/2013. [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=620397&tm=7&layout=121&visual=49>.

CHARLOT, Jean – *Le phénomène gaulliste*. Paris: Fayard, 1970.

CHARLOT, Jean – *Os partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

CHEBEL D'APPOLLONIA – *L'extrême-droite en France: De Maurras à Le Pen, Volume 1*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1996.

CHEVALLIER, Jean-Jacques – *Histoire des institutions et des régimes politiques de la France moderne, (1789-1958)*. Paris: Dalloz, 1958.

COMISSÃO EUROPEIA – “Restrictive measures (sanctions) in force”. (2015).

[Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

http://eeas.europa.eu/cfsp/sanctions/docs/measures_en.pdf.

CRAPEZ, Marc – De quand date le clivage gauche/droite en France?. Revue française de science politique. Paris. Vol. 48, n.º 1 (1998). pp. 42-75.

CRUZ, Manuel Braga da – Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária. *Análise Social* [Em linha]. Vol. 24 (1988). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029409Z7nWW9ur7Yr37TV0.pdf>.

DAIBER, Birgit; HILDEBRANT, Cornelia – Preface. In DAIBER, Birgit; HILDEBRANT, Cornelia (eds.) – *The Left in Europe. Political Parties and Party Alliances between Norway to Turkey*. Brussels: Rosa-Luxemburg Foundation, 2009.

DAVIDSON-SCHMICH, Louise; DAVIDSON-SCHMICH, Michael – "The Content of European Parliament Election Campaigns: A Framework for Analysis and Evidence from Germany in 2004". (2005). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/3076/1/Davidson-Schmich.pdf>.

DÉZÉ, Alexandre – *Le Front national: à la conquête du pouvoir?*. Paris: Armand Colin, 2012.

DIALLO, Mamadou Alpha; OLIVEIRA, Lucas Kerr de; SILVA, Igor Castellano – A crise da Costa do Marfim: a deconstrução do projeto nacional e o neo-intervencionismo francês. *Revista Conjuntura Austral* [Em linha]. Vol. 2, n.º. 6 (2014). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/20643/12059>.

DUNPHY, Richard – *Contesting Capitalism?: Left Parties and European Integration*. Manchester: University Press, 2004.

DUVERGER, Maurice – *Les partis politiques*. Paris: Librairie Armand Colin, 1976.

DUVERGER, Maurice – *Os grandes sistemas políticos*. Coimbra: Almedina, 1985.

EURONEWS – Crise de refugiados na Europa. **Euronews** [Em linha]. 03/10/2014. [Consultado em 25/06/2014]. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2014/10/03/crise-de-refugiados-na-europa/>.

FERNANDES, António José – *Introdução à Ciência Política - teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora, 2008.

FERREIRA, Ana Rita; ROSAS, João Cardoso – Left and Right: Critical Junctures. In FERREIRA, Ana Rita; ROSAS, João Cardoso (eds.) – *Left and Right: The Great Dichotomy Revisited*. Cambridge: Scholars Publishing, 2013. pp. 2-20.

FILDES, Jonathan – What is Wikileaks?. **BBC News** [Em linha]. 07/12/2010. [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/technology-10757263>.

FLANAGAN, Scott - *Value change in industrial societies*. American Political Science Review. New York. Vol. 81, n.º 4 (1987). pp. 1303-1319.

FORCARI, Christophe – Les chambres à gaz, toujours un «détail» pour Jean-Marie Le Pen. **Libération** [Em linha]. 02/04/2015. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: http://www.liberation.fr/politiques/2015/04/02/les-chambres-a-gaz-toujours-un-detail-pour-jean-marie-le-pen_1233597.

FREIRE, André – A profissionalização política dos deputados portugueses. Sociologia. Porto. Vol. 12 (2002). pp. 27-56.

FREIRE, André – *Esquerda e Direita na Política Europeia – Portugal, Espanha e Grécia em Perspetiva Comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

FREIRE, André – A esquerda europeia ante os dilemas da imigração. Sociologia. Porto. Vol. 19 (2009). pp. 255-279.

FUCHS, Dieter; KLINGEMANN, Hans-Dieter – The Left-Right Schema. In JENNINGS, M. Kent [et. al.] (eds.) – *Continuities in Political Action*. Berlin: de Gruyter, 1990. pp. 203-234.

FUKUYAMA, Francis – The End of History. The National Interest. Vol. 16 (1989).

GAUCHET, Marcel – La droite et la gauche. In NORA, Pierre (dir.) – *Les lieux de mémoire*. Tomo 3. *Les France. 1: Conflits et partages*. Paris: Gallimard, 1992.

GIBLIN, Béatrice – Extrême droite en Europe: une analyse géopolitique. In GIBLIN, Béatrice (dir.) – *L'extrême droite en Europe*. Paris: Éditions La Découverte, 2014. pp. 5-22.

GIDDENS, Anthony – *Para além da Esquerda e da Direita*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

GIDDENS, Anthony – *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOSAR, Anton – “Border Puzzle: The Results of Disintegration and EU Integration Processes on the Territory of the Former Yugoslavia”. (2010). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/publicitn/eurasia_border_review/ebr3/gosar.pdf.

H.T. – Avanço dos extremos marca eleições europeias. **Diário de Notícias** [Em linha]. 25/05/2014. [Consultado em 09/03/2015]. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3933239&seccao=Europa&page=-1.

HAINSWORTH, Paul – *The Extreme Right in Western Europe*. New York/London: Routledge, 2008.

HIX, Simon; HØYLAND, Bjørn - *The Political System of the European Union*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

HIX, Simon; MARSH, Michael - Punishment or Protest? Understanding European Parliament Elections”. *The Journal of Politics* [Em linha]. Vol. 69, n.º 2 (2007). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://personal.lse.ac.uk/hix/Working_Papers/Marsh-Hix-JOP2007.pdf. p. 496.

HOBOLT, Sara Binzer; WITTRICK, Jill – The Second-Order Election Model Revisited: An Experimental Test of Vote Choices in European Parliament Elections. **Electoral Studies**. Amsterdam. Vol. 30, n.º 1 (2011). pp. 29-40.

HONORÉ, Renaud – Le Parlement européen, laboratoire de la stratégie de conquête du FN. **Les Échos** [Em linha]. 11/02/2015. [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://www.lesechos.fr/journal20150211/lec1_enquete/0204144699182-le-parlement-europeen-laboratoire-de-la-strategie-de-conquete-du-fn1092139.php.

IGOUNET, Valérie – *Le Front National*. Lonrai: Éditions du Seuil, 2014.

IGNAZI, Piero – Un nouvel acteur politique. In MAYER, Nonna e PERRINEAU, Pascal (dirs.) – *Le Front National à découvert*. 2ème édition. Paris: Presses de Sciences Po, 1996. pp. 63-80.

IGNAZI, Piero – *Extreme Right Parties in Western Europe*. 2nd ed. Oxford: University Press, 2006.

INGLEHART, Ronald – *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: University Press, 1977.

IVALDI, Gilles – La scission du Front National. Regards sur l'actualité. Paris. N.º 251 (1999). pp. 17-32.

JUDGE, David; EARNSHAW, David – *The European Parliament*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

KATZ, Richard S; MAIR, Peter – Changing models of party organization and party democracy. The emergence of the cartel party. Party Politics. London. Vol. 1, n.º 1 (1995). pp. 5-28.

KAUPPI, Niilo. 'Europe': A Side Issue in European Parliamentary Election Campaigns. *EUSA Review* [Em linha]. Vol. 17, n.º 3 (2004). pp. 1-3. [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://aei.pitt.edu/7503/1/2004_V17_3.pdf.

KESTEL, Laurent – “Le Front national au Parlement européen : professionnalisation politique et ressources partisans”. (2007). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: <http://www.afsp.msh-paris.fr/congres2007/ateliers/textes/at30kestel.pdf>.

KIETZ, Daniela; VON ONDARZA, Nicolai – "Eurosceptics in the European Parliament". (2014). [Consultado em 21/06/2015]. Disponível em: http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2014C13_ktz_orz.pdf.

KIRCHHEIMER, Otto – A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília. N.º 7 (2012). pp. 349-385.

KITSCHOLT, Herbert – *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge: University Press, 1994.

KNUTSEN, Oddbjørn – *Expert Judgements of the Left-Right Location of Political Parties: A Comparative Longitudinal Study*. West European Politics. London. Vol. 21, n.º 2 (1998).

KNUTSEN, Oddbjørn – *Value orientations, political conflicts and left-right identification: A comparative study*. European Journal of Political Research. London. Vol. 28, n.º 2 (1995). pp. 63-94.

LAPONCE, Jean A. – *Left and Right. The Topography of Political Perceptions*. Toronto: University of Toronto Press, 1981.

LAUBACHER, Paul – Présidentielle : le profil des 6,4 millions d'électeurs FN. **L'Obs** [Em linha]. 24/04/2012. [Consultado em 25/05/2015]. Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/election-presidentielle2012/presidentielle-2012-tous-les-resultats/20120424.OBS6980/presidentielle-le-profil-des6-4-millions-d-electeurs-fn.html>.

LEACH, Robert – *The Politics Companion*. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2008.

LE BOHEC, Jacques – *Sociologie du phénomène Le Pen*. Paris : La Découverte, 2005.

LE PEN, Marine – “Communiqué de presse du Front National”. (2012). [Consultado em 21/05/2015]. Disponível em: <http://www.frontnational.com/2012/12/communique-de-presse-du-front-national13/>.

LEVISALLES, Natalia - «La présidente du Front national démocratise la xénophobie». **Libération** [Em linha]. 22/04/2012. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: http://www.liberation.fr/politiques/2012/04/22/la-presidente-du-front-national-democratise-la-xenophobie_813633.

LIPSET, Seymour M. [et. al.] – The Psychology of Voting: An Analysis of Political Behavior. In GARDNER, Lindzey (ed.) – *Handbook of Social Psychology*. Cambridge: Addison-Wesley, 1954. pp. 1124-1175.

LISPET, Seymour M. – *Political Man*, New York: Anchor Books, 1963.

LIPSET, Seymour M.; ROKKAN, Stein (orgs.) – *Party Systems and Voter Alignments. Cross-National Perspectives*. New York: Free Press, 1967.

LODGE, Juliet (dir.) – *The 2009 Elections to the European Parliament*. Basingstoke: Palgrave, 2010.

LUKES, Steven – Epilogue: The Grand Dichotomy of the Twentieth Century. In BALL, T.; BELLAMY (eds.) – *The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought*. Cambridge: University Press, 2003. pp. 602-626.

LUSA – primavera árabe derrubou regimes e mudou mapa político. **Diário de Notícias** [Em linha]. 16/12/2011. [Consultado em 25/06/2014]. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4258741.

MANENTI, Boris – Européennes : qui a voté FN ?. **L’Obs** [Em linha]. 26/05/2014. [Consultado em 22/05/2015]. Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/elections-europeennes2014/20140526.OBS8488/europeennes-qui-a-vote-fn.html>.

MARCH, Luke; MUDDE, Cas – *What’s left of the radical left? The European radical left after 1989: Decline and mutation*. Comparative European Politics. Basingstoke. Vol. 3, n.º 1 (2005). pp. 23–49.

MARCH, Luke – *Contemporary Far Left Parties in Europe – From Marxism to the Mainstream?*. Berlin: Friedrich Ebert Foundation, 2008.

MARCH, Luke – *Contemporary Far Left Parties in Europe*. Abingdon: Routledge, 2011.

MAYER, Nonna – *From Jean-Marie to Marine Le Pen: Electoral Change on the Far Right*. **Parliamentary Affairs**. Oxford. Vol. 66, n.º1 (2013). pp. 160-178.

MESTRE, Abel – 5 octobre 1972 : le jour où Jean-Marie Le Pen est devenu président. **Le Monde** [Em linha]. 05/10/2012. [Consultado em 18/05/2015]. Disponível em: http://www.lemonde.fr/politique/article/2012/10/05/5-octobre1972-le-jour-ou-jean-marie-le-pen-est-devenu-president_1770636_823448.html.

MILZA, Pierre – L’ultradroite des années trente. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l’extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 157 - 189.

MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. 4.^a ed. Coimbra: Almedina, 2009.

MUDDE, Cas – *Right-wing extremism analyzed. A comparative analysis of the ideologies of three alleged right-wing extremist parties (NPD, NDP, CP’86)*. European Journal of Political Research. London. Vol. 27, n.º 2 (1995). pp. 203–224.

MUDDE, Cas - The War of Words: Defining the Extreme Right Party Family. West European Politics. Vol. 19, n.º 2 (1996). pp. 225-248.

MUDDE, Cas – *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: University Press, 2000.

MUDDE, Cas – *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: University Press, 2007.

NOËL, Alain; THÉRIEN, Jean-Philippe – “Left and Right in Global Politics (book excerpt)”. (2008). [Consultado em 05/03/2015]. Disponível em: <http://policyoptions.irpp.org/issues/canadas-working-poor/left-and-right-in-global-politics-book-excerpt>.

OLSEN, Jonathan; HOUGH, Dan; KOß, Michael – From Pariahs to Players? Left Parties in National Governments. In OLSEN, Jonathan; HOUGH, Dan; KOß, Michael

(eds.) – *Left Parties in National Governments*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010. pp. 1-15.

OSTER, Adrien – Le Front national de Marine Le Pen est-il un parti d'extrême droite?. **Le Huffington Post** [Em linha]. 03/10/2015. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: http://www.huffingtonpost.fr/2013/10/03/marine-le-pen-front-national-extreme-droite_n_4035588.html.

PANEBIANCO, Angelo – *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Editora, 2005.

PARLAMENTO EUROPEU – “Grupos políticos no Parlamento Europeu: os diferentes pontos de vista dos cidadãos”. (2014). [Consultado em 22/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140528STO48635/html/Grupos-pol%C3%ADticos-no-Parlamento-Europeu-diferentes-pontos-de-vista-dos-cidad%C3%A3os>.

PARLAMENTO EUROPEU – “Bruno Gollnisch – Historial das legislaturas”. (2015). [Consultado em 15/09/2015]. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/1164/BRUNO_GOLLNISCH_history.html.

PARLAMENTO EUROPEU – “Deputados por Estado-Membro e Grupo Político, 8.^a legislatura”. (2015). [Consultado em 20/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/crosstable.html>.

PARLAMENTO EUROPEU – “Jean-Marie Le Pen – Historial das legislaturas”. (2015). [Consultado em 15/09/2015]. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/1023/JEAN-MARIE_LE+PEN_history.html.

PARLAMENTO EUROPEU – “Marine Le Pen – Historial das legislaturas”. (2015). [Consultado em 15/09/2015]. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meps/pt/28210/MARINE_LE+PEN_history.html.

PASQUINO, Gianfranco – *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia, 2002.

PERRINEAU, Pascal – Le Front national: 1972-1994. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 243-299.

PERRINEAU, Pascal – La dynamique du vote Le Pen: le poids du gauchisme-lepénisme. In PERRINEAU, Pascal; YSMAL, Colette – *Le Vote de crise. L'élection présidentielle de 1995*. Paris: Département d'Etudes Politiques du Figaro/Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1995. pp. 243-261.

PERRINEAU, Pascal – *L'électorat du Front National: permanences et nouveautés*. Barcelona: Institut de ciències polítiques i socials, 1996.

PERRINEAU – *Le Symptôme Le Pen*. Paris: Fayard, 1997.

PERRINEAU, Pascal – L'électorat de Marine Le Pen: ni tout à fait le même, ni tout à fait un autre. In PERRINEAU, Pascal (dir.) – *Le Vote normal: les élections présidentielle et législatives d'avril-mai-juin 2012*. Paris: Presses de Sciences Po, 2013. pp. 227-247.

PETITFILS, Jean-Christian – *L'Extrême Droite en France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

PINTO, Jaime Nogueira – *A Direita e as Direitas*. Lisboa: Difel, 1996.

PROCHASSON, Christophe – Les années 1880: au temps du boulangisme. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 51-82.

RAMOS, Rui – Orfãs da História? As direitas e a historiografia em Portugal. In MARCHI, Riccardo (dir.) – *As raízes profundas não gelam? – Ideias e percursos das direitas portuguesas*. Alfragide: Texto Editores, 2012. pp. 13-78.

RANGIN, Magali – Le Pen sur BFMTV: "nous ne sommes pas un mouvement d'extrême droite". **BFMTV** [Em linha]. 03/10/2013. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: <http://www.bfmtv.com/politique/marine-pen-nous-ne-sommes-pas-un-mouvement-dextreme-droite616416.html>.

REIF, Karlheinz; SCHMITT, Hermann – Nine Second - Order National Elections – A conceptual Framework for the Analysis of European Election results. European Journal of Political Research. London. Vol. 8, n.º 1 (1980). pp. 3-44.

RÉMOND, René – *Les Droites en France*. 4.^a ed. Paris: Aubier-Montaigne, 1982.

RÉMOND, René – *Les droites aujourd'hui*. Paris: Points, 2005.

RIBEIRO, Daniel – Marine le Pen condena declarações antissemitas do pai. **Expresso** [Em linha]. 08/06/2014. [Consultado em 19/05/2015]. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/marine-le-pen-condena-declaracoes-antisemitas-do-pai=f874710#ixzz3IoiPpK1y>.

RIOUX, Jean-Pierre – Des clandestines aux activistes. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 215-241.

RIVASIS; Rafaële – Dissolution d'ITS, groupe de Bruno Gollnisch au Parlement européen. **Le Monde** [Em linha]. 15/11/2007. [Consultado em 22/06/2015]. Disponível em: http://www.lemonde.fr/europe/article/2007/11/15/dissolution-d-its-groupe-de-bruno-gollnisch-au-parlement-europeen_978755_3214.html#ens_id=866290.

SIRINELLI, Jean-François – *Les droites françaises*. Éditions Gallimard, 1995.

SLETAUNE, Ida Gjesvold – Anti-immigration parties in the European Parliament. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Oslo. Oslo: 2013.

SHILS, Edward – *The End of Ideology*. Encounter. London. Vol. 5, n.º 5 (1955). pp. 52-58.

SHILS, Edward – The end of ideology?. In WAXMAN, C. I. (ed.) – *The end of ideology debate*. New York: Simon & Schuster, 1968. pp. 49-63.

STERNHELL, Zeev – *Ni droite ni gauche. L'idéologie fasciste en France*. Paris: Fayard, 2000.

THE ECONOMIST – Call it what you want. **The Economist** [Em linha]. 10/12/2011. [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21541400>.

TRAYNOR, Ian – Europe's far right gets the attention, but the left is making the political running. **The Guardian** [Em linha]. 18/01/2015. [Consultado em 09/03/2015]. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/jan/18/europe-greece-far-right-anti-austerity-left-power-syriza-podemos>.

UNIÃO EUROPEIA – “Parlamento Europeu”. (2015). [Consultado em 20/06/2015]. Disponível em: http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-parliament/index_pt.htm.

VAN DER EIJK, Cees; FRANKLIN, Mark – *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of Union*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.

VAN DIJK, Teun Adrianus – What is Political Discourse Analysis?. *Belgian Journal of Linguistics*. Amsterdam. Vol. 11 (1999). pp. 11-52.

WARE, Alen – *Political Parties and Party Systems*. Oxford: University Press, 1996.

WEBER, Max – *Le savant et le politique*. Paris: Plon, 1963.

WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994.

WINOCK, Michel – Introduction. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 7-16.

WINOCK, Michel – L'Action française. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 125-156.

WINOCK, Michel – L'héritage contre-révolutionnaire. In WINOCK, Michel (dir.) – *Histoire de l'extrême droite en France*. Paris: Points, 1994. pp. 17-49.

WINOCK, Michel – *La Droite : hier et aujourd'hui*. Paris: Éditions Perrin, 2012.

WHITE, Jonathan – “Left, Right and Beyond: the Pragmatics of Political Mapping”. (2010). London. [Consultado em 08/03/2015]. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LEQS/LEQSPaper24.pdf>.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION – “Nuclear Power in France”. (2015). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Countries-A-F/France/>.

Intervenções no Parlamento Europeu

Bruno Gollnisch

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009a). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091216+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-123>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto (continuação)”. (2009b). [Consultado em

25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091112+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-110>.

GOLLNISCH, Bruno – “Eleição do Presidente do Parlamento Europeu”. (2009c).

[Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20090714+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-028>.

GOLLNISCH, Bruno – “Alocução inaugural do Presidente do Parlamento Europeu”.

(2009d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20090915+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-109>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009e). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091125+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-130>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009f). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20090917+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-181>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2009g). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091126+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-130>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-280>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101020+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-442>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100310+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-269>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100907+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-295>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010e). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101111+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-316>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010f). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100616+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-960>.

GOLLNISCH, Bruno – “Situação da população romanichel na Europa (debate)”. (2010g). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100907+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-352>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto “. (2010h). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100325+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-248>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010i). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100921+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-347>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010j). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100909+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-107>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010l). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110308+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-248-500>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2010m). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100210+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-955>.

GOLLNISCH, Bruno – “Dia Mundial contra a Pena de Morte (debate)”. (2010n). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101006+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-035>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110510+ITEM-
012+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-160-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Vaga de despedimentos na Europa na sequência da crise económica, nomeadamente nas empresas Arcelor e Nokia (debate)”. (2011b).

[Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20111025+ITEM-
013+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-514-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011c). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110511+ITEM-
006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-376-218.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011d). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110608+ITEM-
007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-500-125.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011e). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20111115+ITEM-
008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-434-377.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011f). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20111115+ITEM-
008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-434-734.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011g). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110913+ITEM-
008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-191-125.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011h). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110405+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-186-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011i). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110406+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-301-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011j). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110608+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-219-000.

GOLLNISCH, Bruno – “A criminalidade organizada, a corrupção e o branqueamento de capitais”. (2011l). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20130611+ITEM-013-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-348-750.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011m). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20110309+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-314-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011n). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20111201+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-358-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Pressão exercida pela Rússia sobre os países da Parceria Oriental (no contexto da próxima Cimeira da Parceria Oriental em Vilnius) (debate)”. (2011o). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20130911+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-575-500.

GOLLNISCH, Bruno – “Os vizinhos do Sul, e a Líbia em particular, incluindo os aspetos humanitários (debate)”. (2011p). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110309+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-023-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011q). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110203+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-174-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Situação na Costa do Marfim”. (2011r). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110406+ITEM-017+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-658-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011s). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110407+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-290-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Situação dos cristãos no contexto da liberdade de religião (debate)”. (2011t). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Situação na Costa do Marfim (2)”. (2011u). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110406+ITEM-017+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-660-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011v). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110407+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-203-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011x). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110308+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-427-500>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2011z). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-405-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120216+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-239-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20121211+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-230-500>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120216+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-353-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120314+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-376-500>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012e). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120703+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-311-750>.

GOLLNISCH, Bruno – “Relações comerciais UE-Taiwan (debate)”. (2012f). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131008+ITEM-018+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-609-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “UE e China: desequilíbrio comercial? (debate)”. (2012g).

[Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120522+ITEM-013+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-524-000>.

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012h). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000)

[010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110119+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-430-000).

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012i). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120418+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120418+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-242-500)

[010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-242-500](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120418+ITEM-010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-242-500).

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012j). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20121121+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20121121+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-257-750)

[006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-257-750](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20121121+ITEM-006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-257-750).

GOLLNISCH, Bruno – “Declarações de voto”. (2012l). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120313+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120313+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-317-000)

[009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-317-000](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120313+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-317-000).

GOLLNISCH, Bruno – “Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)”. (2013a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

[http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131121+ITEM-009-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131121+ITEM-009-01+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-156-750)

[01+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-156-750](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131121+ITEM-009-01+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-156-750).

GOLLNISCH, Bruno – “Adoção do euro pela Letónia em 1 de janeiro de 2014”.

(2013b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

[//EP//TEXT+CRE+20101020+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101020+ITEM-)

[007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-442](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101020+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-442).

GOLLNISCH, Bruno – “Decisão relativa à abertura e ao mandato de negociações interinstitucionais sobre os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da PAC”. (2013c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

[//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-)

[10+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-223-750](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-10+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-223-750).

GOLLNISCH, Bruno – “Condições de trabalho e padrões de saúde e segurança na sequência dos recentes incêndios em fábricas e do colapso de edifícios no Bangladeche”. (2013d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

[//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-)

[14+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-449-000](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-14+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-449-000).

GOLLNISCH, Bruno – “Intensificação da luta contra o racismo, a xenofobia e o crime de ódio”. (2013e). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

[//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-)

[17+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-322-500](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130314+ITEM-009-17+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-322-500).

GOLLNISCH, Bruno – “Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa (debate)”. (2013f). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

[//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-)

[016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-619-125](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-619-125).

GOLLNISCH, Bruno – “Processo de integração europeia do Kosovo (debate)”.

(2013g). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20130417+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-919-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Controlo da Internet dos cidadãos da UE pelos Estados Unidos (Programa PRISM da Agência de Segurança Nacional) (debate)”. (2013h). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20130611+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-049-500.

GOLLNISCH, Bruno – “Situação no Mali (debate)”. (2013i). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20130115+ITEM-014+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-422-000.

GOLLNISCH, Bruno – “Acordo provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral e a CE”. (2013j). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20130117+ITEM-013-04+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-169-011.

GOLLNISCH, Bruno – “Situação na Turquia”. (2013l). [Consultado em 25/06/2015].

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20130613+ITEM-008-08+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-252-250.

GOLLNISCH, Bruno – “Calendário dos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa”. (2013m). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20130416+ITEM-009-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-280-250.

GOLLNISCH, Bruno – “A Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia (2013n). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131121+ITEM-009-16+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-317-500>.

GOLLNISCH, Bruno – “Fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins”. (2013o). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131008+ITEM-010-08+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-311-937>.

GOLLNISCH, Bruno – “A homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género”. (2014a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140204+ITEM-009-16+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-374-000>.

Jean-Marie Le Pen

LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto (continuação)”. (2009a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091112+ITEM-011+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-134>.

LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto”. (2009b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091021+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-147>.

LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto” (2010a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101214+ITEM-010+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-824>.

LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto”. (2010b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20101019+ITEM-
009+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-826.

LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto”. (2010c). [Consultado em 25/06/2015].
Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20100921+ITEM-
006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-349.

LE PEN, Jean-Marie – “Conclusões da Cimeira UE-Rússia (31 de maio - 1 de junho)
(continuação do debate)”. (2010d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20100616+ITEM-
007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-090.

LE PEN, Jean-Marie – “Situação monetária, económica e social difícil em países da
zona euro (debate)”. (2010e). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20100209+ITEM-
010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-205.

LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto“. (2010f). [Consultado em 25/06/2015].
Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-
009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-348.

LE PEN, Jean-Marie – “Tensões entre a Turquia e a República de Chipre (debate)”.
(2011a). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20110927+ITEM-
016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-735-500.

LE PEN, Jean-Marie – “Segurança comum e política de defesa (artigo 36.º do TUE) -
Impacto da crise financeira no setor da defesa (debate)”. (2011b). [Consultado em
25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20111213+ITEM-
010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-395-000.

LE PEN, Jean-Marie – “Declarações de voto” (2012a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120202+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-306-625>.

LE PEN, Jean-Marie – “Medidas em relação aos países que permitem uma pesca não sustentável para efeitos da conservação das unidades populacionais de peixes - Organização comum de mercados no setor dos produtos da pesca e da aquicultura - Conservação e exploração sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da Política Comum das Pescas - Reforma da Política Comum das Pescas (debate)”. (2012b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20120911+ITEM-020+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-665-000>.

LE PEN, Jean-Marie – “Conclusões da Cimeira UE-Rússia (31 de maio - 1 de junho) (continuação do debate)”. (2013a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100616+ITEM-007+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=3-090>.

LE PEN, Jean-Marie – “A situação atual em Chipre (debate)”. (2013b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130417+ITEM-003+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=3-055-000>.

LE PEN, Jean-Marie – “Supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros afetados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira na área do euro “. (2013c). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130312+ITEM-011-12+DOC+XML+V0//FR&language=fr&query=INTERV&detail=2-364-500>.

LE PEN, Jean-Marie – “Política comum das pescas” (2013d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20130206+ITEM-008-04+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-246-875.

Marine Le Pen

LE PEN, Marine – “Conferência ministerial da OMC (debate)”. (2009a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

[http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091214+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=1-119)

[//EP//TEXT+CRE+20091214+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=1-119.](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091214+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=1-119)

LE PEN, Marine – “Declarações de voto“. (2009b). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091126+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-172)

[//EP//TEXT+CRE+20091126+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-172.](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20091126+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-172)

LE PEN, Marine – “Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa (debate)“. (2009c). [Consultado em

25/06/2015]. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-566-000)

[//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-566-000.](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-566-000)

LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010a). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-384)

[//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-384.](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101123+ITEM-009+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-384)

LE PEN, Marine – “Agências de notação de crédito (debate)“. (2010b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130205+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-081-000)

[//EP//TEXT+CRE+20130205+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-081-000.](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130205+ITEM-004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-081-000)

LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010c). [Consultado em 24/06/2015].

Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100708+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-359)

[//EP//TEXT+CRE+20100708+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-359.](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100708+ITEM-008+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-359)

LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20100907+ITEM-007+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-255>.

LE PEN, Marine – “Declarações de voto”. (2010e). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20101007+ITEM-013+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-252>.

LE PEN, Marine – “Conclusões da reunião do Conselho Europeu (8-9 de dezembro de 2011) (debate)”. (2011a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20111213+ITEM-005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-044-000>.

LE PEN, Marine – “Crise financeira, económica e social: Medidas e iniciativas a tomar (debate)” (2011b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110706+ITEM-003+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-111-000>.

LE PEN, Marine – “Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros (debate)”. (2011c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20110215+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-520-000>.

LE PEN, Marine – “Perguntas Parlamentares: Sanções da UE contra a Costa do Marfim”. (2011d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+WQ+E-2011-001915+0+DOC+XML+V0//PT&language=pt>.

LE PEN, Marine – “Preparação do Conselho Europeu (13-14 de dezembro de 2012) (debate)”. (2012a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20121212+ITEM-
005+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-046-000.

LE PEN, Marine – “Estado da União (debate)” (2012b). [Consultado em 24/06/2015].
Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20120912+ITEM-
004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-105-000.

LE PEN, Marine – “Acordo Comercial Anticontrafação entre a União Europeia e os seus Estados--Membros, a Austrália, o Canadá, o Japão, a República da Coreia, os Estados Unidos Mexicanos, o Reino de Marrocos, a Nova Zelândia, a República de Singapura, a Confederação Suíça e os Estados Unidos da América (debate)”. (2012c). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20120703+ITEM-
010+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-429-000.

LE PEN, Marine – “Preparação do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2012 - Quadro Financeiro Plurianual e recursos próprios (debate)”. (2012d). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

//EP//TEXT+CRE+20120613+ITEM-
006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-108-000.

LE PEN, Marine – “Balanço da Presidência irlandesa, incluindo o acordo do QFP (debate)”. (2013a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20130702+ITEM-
006+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-096-000.

LE PEN, Marine – “Declaração de François Hollande, Presidente da República francesa (debate)”. (2013b). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->
//EP//TEXT+CRE+20130205+ITEM-
004+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-081-000.

LE PEN, Marine – “Negociações do acordo sobre trocas comerciais e investimento da UE com os EUA”. (2013c). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-398-000>.

LE PEN, Marine – “Preparação para o Conselho Europeu (19-20 de dezembro de 2013) (debate) (2)“. (2013d). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131211+ITEM-003+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-053-000>.

LE PEN, Marine – “Negociações do acordo sobre trocas comerciais e investimento da UE com os EUA“. (2013e). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20130523+ITEM-014-11+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=4-398-000>.

LE PEN, Marine – “Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa (debate) (2)“. (2013h). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-568-000>.

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-568-000>.

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20131009+ITEM-016+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-568-000>.

LE PEN, Marine – “Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços (debate)“. (2014a). [Consultado em 24/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140415+ITEM-014+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=2-732-000>.

LE PEN, Marine – “O papel da Europa na República Centro-Africana (debate)” (2014b). [Consultado em 25/06/2015]. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20140205+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT&language=pt&query=INTERV&detail=3-618-000>.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.